

# **PSICOLOGIA SOCIAL**

## **DESENVOLVIMENTO, VALORES, DESIGUALDADES, SAÚDE E TRABALHO**

Maria de Fatima Pereira Alberto  
Paulo César Zambroni-de-Souza  
Silvana Carneiro Maciel  
Carlos Eduardo Pimentel  
(Organizadores)

**PSICOLOGIA SOCIAL**  
**DESENVOLVIMENTO, VALORES,**  
**DESIGUALDADES, SAÚDE E TRABALHO**



## UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

**Valdiney Veloso Gouveia**  
Reitor

**Liana Filgueira Albuquerque**  
Vice-Reitora



**Natanael Antônio dos Santos**  
Diretor Geral da Editora UFPB

**Everton Silva do Nascimento**  
Coordenador do Setor de Administração

**Gregório Ataíde Pereira Vasconcelos**  
Coordenador do Setor de Editoração

### CONSELHO EDITORIAL

**Cristiano das Neves Almeida** (Ciências Exatas e da Natureza)

**José Humberto Vilar da Silva** (Ciências Agrárias)

**Julio Afonso Sá de Pinho Neto** (Ciências Sociais e Aplicadas)

**Márcio André Veras Machado** (Ciências Sociais e Aplicadas)

**Maria de Fátima Alcântara Barros** (Ciências da Saúde)

**Maria Patrícia Lopes Goldfarb** (Ciências Humanas)

**Elaine Cristina Cintra** (Linguística e das Letras)

**Regina Celi Mendes Pereira da Silva** (Linguística e das Letras)

**Ulrich Vasconcelos da Rocha Gomes** (Ciências Biológicas)

**Raphael Abrahão** (Engenharias)

Editora filiada à



Maria de Fatima Pereira Alberto  
Paulo César Zambroni-de-Souza  
Silvana Carneiro Maciel  
Carlos Eduardo Pimentel  
(Organizadores)

**PSICOLOGIA SOCIAL:  
DESENVOLVIMENTO, VALORES,  
DESIGUALDADES, SAÚDE E TRABALHO**

Editora UFPB  
João Pessoa - PB  
2024

**1ª Edição – 2024**

E-book aprovado para publicação através do Edital nº 01/2023 – Editora UFPB.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do código penal.

O CONTEÚDO DESTA PUBLICAÇÃO, SEU TEOR, SUA REVISÃO E SUA NORMALIZAÇÃO SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO(S) AUTOR(ES).

Projeto gráfico · Editora UFPB  
Editoração eletrônica e design de capa · Ana Gabriella Carvalho

Catálogo na publicação

---

P974      Psicologia social : desenvolvimento, valores, desigualdades, saúde e trabalho [recurso eletrônico] / Maria de Fatima Pereira Alberto ... [et al.] (organizadores). - Dados eletrônicos - João Pessoa : Editora UFPB, 2024.

E-book.

Modo de acesso: editora.ufpb.br

ISBN: 978-65-5942-259-3

1. Psicologia social. 2. Desigualdades sociais. 3. Psicologia – Saúde e trabalho. I. Alberto, Maria de Fatima Pereira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6

---

**OS DIREITOS DE PROPRIEDADE DESTA EDIÇÃO SÃO RESERVADOS À:**



Cidade Universitária, Campus I – Prédio da Editora Universitária, s/n  
João Pessoa – PB CEP 58.051-970  
<http://www.editora.ufpb.br> E-mail: [editora@ufpb.br](mailto:editora@ufpb.br) Fone: (83) 3216.7147

# **AGRADECIMENTOS**

Ao PPGPS e a UFPB por serem fonte de trabalho e aprendizado diário

Aos órgãos de fomento, CAPES e CNPq por todo apoio e incentivo à pesquisa, traduzida em bolsas, para os docentes e discentes do PPGPS

A todos os que fazem o PPGPS, por todas as produções e parcerias realizadas em prol do conhecimento científico.

O que sabemos é uma gota; o que ignoramos é um oceano.

*Isaac Newton*

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>PREFÁCIO</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1</b> <b>“É MELHOR TRABALHAR DO QUE...”. SERÁ?</b> <b>A SITUAÇÃO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO DE</b> <b>TRABALHADORES INFANTIS ENCARCERADOS</b>	<b>17</b>
Maria de Fatima Pereira Alberto Tâmara Ramalho de Sousa Amorim Rytha de Cassia Silva Santos Anne Caroline Nascimento da Silva Alice Victoria Simplicio Fernandes Anna Beatriz Gonzaga Costa Lopes	
<b>CAPÍTULO 2</b> <b>CAMINHOS DA SOCIALIZAÇÃO PARENTAL:</b> <b>DA HISTÓRIA AO SABER PSICOLÓGICO</b>	<b>32</b>
Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo Iluska Pinto da Costa Jaqueline Gomes Cavalcanti Sá Julio Rique Neto	
<b>CAPÍTULO 3</b> <b>CARACTERIZAÇÃO DO LINCHAMENTO</b> <b>E SUAS POSSÍVEIS CAUSAS</b>	<b>45</b>
Maria Edna Silva de Alexandre Cleonice Pereira dos Santos Camino Lilian Kelly de Sousa Galvão Viviane Alves dos Santos Bezerra Marília Pereira Dutra	
<b>CAPÍTULO 4</b> <b>O PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS:</b> <b>UM ESTUDO DE LEVAMENTO DA LITERATURA A PARTIR DA</b> <b>PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL DE VIGOTSKI</b>	<b>55</b>
Ingrid Rayssa Lucena Ferreira Fabíola de Sousa Braz Aquino	

<b>CAPÍTULO 5</b> <b>CONHECIMENTO FACTUAL E PERCEBIDO</b> <b>SOBRE O SUICÍDIO E SEUS IMPACTOS NAS</b> <b>INTENÇÕES DE AJUDAR ALGUÉM EM RISCO</b>	<b>66</b>
Viviane Alves dos Santos Bezerra Lilian Kelly de Sousa Galvão Cleonice Pereira dos Santos Camino Maria Edna Silva de Alexandre Marília Pereira Dutra	
<b>CAPÍTULO 6</b> <b>A OUTRA FACE DO SEXISMO: O CASO DA DISCRIMINAÇÃO</b> <b>CONTRA HOMENS IGUALITÁRIOS</b>	<b>80</b>
Hyalle Abreu Viana Ana Raquel Rosas Torres	
<b>CAPÍTULO 7</b> <b>INTERPRETANDO A REALIDADE SOCIAL</b> <b>À LUZ DA COMPARAÇÃO SOCIAL</b>	<b>92</b>
Rayssa Soares Pereira Patrícia Nunes da Fonseca	
<b>CAPÍTULO 8</b> <b>CRENÇA NO MUNDO JUSTO E DA VITIMIZAÇÃO</b> <b>SECUNDÁRIA DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA</b>	<b>105</b>
Suiane Magalhães Tavares Carlos Eduardo Pimentel Cícero Roberto Pereira Débora Cristina Nascimento de Lima Isabella Leandra Silva Santos	
<b>CAPÍTULO 9</b> <b>REFLEXÕES SOBRE A SUCESSÃO EMPRESARIAL FAMILIAR</b>	<b>116</b>
Cláudia Helena Costa de Oliveira Zambroni Anielson Barbosa da Silva Júlio Rique Neto Paulo César Zambroni-de-Souza Hilka Pelizza Vier Machado	

<b>CAPÍTULO 10</b> <b>A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO</b> <b>PARA TRABALHADORES DA SAÚDE</b> <b>DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19</b>	<b>126</b>
Wirnia Roberta Vasconcelos Costa Tháís Augusta Cunha de Oliveira Máximo Lucas Eurikes Melo Vasconcelos Tatiana de Lucena Torres Pablo de Araújo Cruz Maria Gabriela Conceição de Andrade	
<b>CAPÍTULO 11</b> <b>A COOPERAÇÃO NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO</b> <b>MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU</b>	<b>139</b>
Yana Thamires Mendes Felix Anísio José da Silva Araújo	
<b>CAPÍTULO 12</b> <b>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA LOUCURA,</b> <b>SISTEMAS DE REPRESENTAÇÕES E VÁCUO</b> <b>REPRESENTACIONAL: UMA VISÃO INTEGRADORA</b>	<b>150</b>
Linniker Matheus Soares de Moura Silvana Carneiro Maciel	
<b>CAPÍTULO 13</b> <b>“SOU O VÍRUS ENCARNADO”: PRECONCEITO E</b> <b>DISCRIMINAÇÃO VIVENCIADOS POR TRABALHADORES</b> <b>DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19</b>	<b>163</b>
Petra Júlia Santos de Azevedo Tatiana de Lucena Torres Tháís Augusta de Oliveira Máximo	
<b>CAPÍTULO 14</b> <b>SINTOMAS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM</b> <b>PESSOAS COM E SEM HISTÓRICO DE COVID-19</b>	<b>177</b>
Jandirilly Julianna de Souza Souto Gabriella Medeiros Silva José Marcos Nascimento de Sousa Rafaela Maria Ribera Gonçalves de Souza Daniele de Fátima de Paiva Abreu Natanael Antonio dos Santos	
<b>SOBRE AUTORES</b>	<b>189</b>

# APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que apresentamos o livro “Psicologia Social: desenvolvimento, valores, desigualdades, saúde e trabalho”, organizado por docentes do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade Federal da Paraíba e é uma coletânea de trabalhos desenvolvidos por docentes e discentes do PPGPS. Essa coletânea tem a função acadêmica de produzir, difundir e utilizar os conhecimentos para que possa produzir transformações positivas na sociedade e servir de base para futuras pesquisas. A modalidade *e-book* facilitará sua difusão gratuita e democrática para quem se interessar pelos temas aqui abordados.

A obra segue a tradição do PPGPS que, desde sua fundação em 1975, aporta grande força na produção científica no campo da Psicologia Social do Brasil. Cada um dos capítulos traz frutos de pesquisas e estudos realizados no âmbito do PPGPS, com professores, discentes, egressos, graduandos da UFPB e convidados externos. Como expresso no próprio título, procurou-se possibilitar a participação dos membros que compõem atualmente as três grandes linhas de pesquisa do PPGPS: Psicologia Social do Desenvolvimento; Psicologia Social dos Valores e das Desigualdades Sociais; Psicologia Social da Saúde e do Trabalho.

Agradecemos a todas as pessoas envolvidas na sua elaboração, particularmente àquelas que trabalham no PPGPS, na Editora e na Pró-reitoria de Pós-graduação da UFPB.

Queremos manifestar nossa gratidão à gentileza prestada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Isolda de Araújo Günther para escrever o prefácio deste livro. Para nós foi uma honra ela ter aceito prefaciá-la obra, tendo em vista já ter sido docente da Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS/UFPB) e do Departamento de Psicologia da UFPB, na área de desenvolvimento, e por já ter deixado tantas contribuições acadêmicas na área da Psicologia Social.

A partir de agora, o livro, com suas ideias, propostas, questionamentos, limitações, dúvidas etc. passará a compor o patrimônio imaterial de quem vier ao seu encontro para lê-lo.

Desejamos boa leitura e ótimo aprendizado!

OS ORGANIZADORES,  
*João Pessoa, outubro de 2023.*

# PREFÁCIO

Com sentimentos de alegria e gratidão acolhi o convite para prefaciar o livro **PSICOLOGIA SOCIAL: DESENVOLVIMENTO, VALORES, DESIGUALDADES, SAÚDE E TRABALHO**, elaborado por integrantes do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba (PPGPS/UFPB).

O PPGPS/UFPB tem uma longa trajetória acadêmica iniciada nos anos 70, seus corpos docente e discente já publicaram inúmeros trabalhos que demonstram o empenho de seus componentes para produzir conjuntamente, em uma seara que incentiva e agracia o mérito individual. Em mais de meio século de atividades seus participantes demonstram determinação, persistência e, sobretudo, muito trabalho e dedicação.

Com um número de capítulos não só quantitativamente significativo, representando temáticas das mais relevantes do que vem sendo construído na tradição da psicologia social, o livro mescla questões teóricas com conteúdos que visam compreender e enfrentar problemas do nosso desafiador dia a dia.

A seguir, será apresentada a estrutura e o conteúdo do livro, a partir das informações resumidas dos quatorze capítulos.

Os primeiros cinco capítulos são vinculados à linha de pesquisa Psicologia Social do Desenvolvimento.

No Capítulo 1 investiga-se a situação social de desenvolvimento (SSD) de 138 jovens trabalhadores, encarcerados em sete Unidades Socioeducativas do estado da Paraíba, com idades variando entre 14 e 20 anos, sendo 132 do sexo masculino. O estudo identifica esses jovens trabalhadores paraibanos, suas condições objetivas de vida, e revela que 60% dos mesmos dependiam de renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo. As ocupações desempenhadas por esses adolescentes nas regiões metropolitana e rural são semelhantes, mas destacam-se, respectivamente, a construção civil e tarefas elementares da agropecuária. A motivação para começar a trabalhar é ligada à necessidade de conseguir independência, comprar coisas para si e contribuir com o sustento da família, mas, contrariamente ao desejado, os participantes desse estudo encontram-se encarcerados.

No Capítulo 2 apresentam-se as perspectivas histórica e psicológica relacionadas às práticas parentais. Na perspectiva histórica são elencados

autores clássicos que estudaram a evolução das percepções e práticas parentais de criação e educação de crianças e as mudanças sociais e culturais nelas envolvidas. A perspectiva psicológica oferece uma sistematização de teorias da socialização parental e discute os estilos parentais e suas consequências no processo de desenvolvimento infantil. Todos esses fundamentos impactam na socialização de crianças e jovens. Assim, investigar a interação desses fatores, disseminar e aplicar suas recomendações, redundará, segundo os/as autores/as, na formação de pessoas “mais saudáveis, empáticas e socialmente conscientes.”

No Capítulo 3 expõe-se a literatura sobre a caracterização do linchamento e suas possíveis causas. O linchamento é definido como uma violência coletiva marcada pela agressão física a uma pessoa ou a um grupo, acusados de cometer um crime ou infringir uma norma social. Indica-se a alta incidência desse problema e refere-se que, no Brasil, ocorre pelo menos um linchamento por dia. As vítimas são, predominantemente, homens negros entre 15 e 30 anos, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, execrados pela justiça do povo que se mostra descrente da justiça oficial. As autoras reivindicam o desenvolvimento de modelos explicativos que tragam elementos teóricos e empíricos adicionais, capazes de explicar com mais pertinência esse fenômeno.

No Capítulo 4 parte-se da tese de Vigotsky, que enfatiza o potencial da mediação sociocultural para o desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais. Para tanto, conduz-se uma revisão da literatura, buscando dados referentes à educação inclusiva. Essa revisão aponta que coexistem concepções ambivalentes em relação a educação inclusiva e manifesta a insegurança, as barreiras e as dificuldades que impedem a efetivação dessa prática na escola regular. Por outro lado, são mencionadas estratégias aplicadas por profissionais da educação básica para fomentar essa inclusão. As autoras salientam a importância da mediação sociocultural e da utilização de meios alternativos, que possam promover uma guinada positiva para desenvolver o potencial de pessoas com necessidades especiais.

No Capítulo 5 examina-se o papel preditivo das variáveis conhecimento factual e conhecimento percebido na disposição para ajudar alguém em risco de cometer suicídio. Os participantes (N = 1096), com idades variando entre 18 e 60 anos, em sua maioria do sexo feminino, responderam a três escalas e a um questionário sociodemográfico e psicossocial. Análises de Regressão Linear Múltipla indicaram que as duas variáveis investigadas contribuem

na predição das intenções comportamentais para ajudar pessoas nessa situação de risco, entretanto, a variável conhecimento percebido parece atuar de maneira mais significativa nas ações de prevenção ao suicídio.

Os três capítulos seguintes são ligados à linha de pesquisa Psicologia Social dos Valores e das Desigualdades Sociais.

No Capítulo 6 propôs-se mostrar as variadas expressões que o sexismo pode adotar na sociedade brasileira, investigando: a) a discriminação frente a homens igualitários no mercado de trabalho e as justificativas para tal discriminação; b) o papel do sexismo entre o posicionamento tradicional ou igualitário do recrutando e a decisão adotada pelo recrutador em efetuar, ou não, sua contratação. Homem igualitário, diferentemente do homem tradicional, é definido como aquele que defende a paridade de status entre homem e mulher e que compartilha todas as tarefas domésticas e familiares. Os 235 participantes, estudantes universitários com idade média de 21 anos e 3 meses, responderam a um questionário no contexto de sala de aula. O estudo evidenciou que os participantes que indicaram baixa adesão ao sexismo hostil perceberam a contratação do candidato igualitário como mais legítima e que a maior adesão ao sexismo hostil revelou maior legitimação para a decisão de contratar o candidato tradicional.

No Capítulo 7 de maneira clara e elucidativa, as autoras apresentam a Teoria Clássica da Comparação Social (Festinger, 1954), que refere existir uma motivação intrínseca no organismo humano para avaliar suas opiniões e aptidões. Intercalam essa teoria clássica com peculiaridades dos dias atuais, elaborando instigantes questões sobre a influência das plataformas de redes sociais – Facebook, Twitter, agora denominado X, Instagram – no mecanismo psicológico da comparação social. As autoras apontam, também: a) as quatro condições para o envolvimento com comparações sociais; b) a direção ascendente ou descendente dessas comparações; c) as consequências, positivas ou negativas, que podem impactar em sentimentos de autoaprovação ou depreciação. Chamam atenção, ainda, para a necessidade de estudos que contribuam para o diagnóstico e tratamento de queixas ligadas à saúde mental.

No Capítulo 8 exploram-se os fatores psicossociológicos que permitem compreender como as pessoas fazem julgamentos relacionados à justiça. Para tanto investigam-se a hipótese da Crença no Mundo Justo e a Vitimização Secundária na situação de violência entre parceiros íntimos. Os autores referem o grande número de mulheres vítimas fatais de seus

parceiros ou ex-parceiros e lembram que, mesmo ao denunciar seu agressor, a mulher enfrenta julgamentos negativos. Como explicar essa assimetria de gênero? Por que as pessoas tendem a condenar tais vítimas de violência e absolver seus agressores, reforçando uma cultura de dominação masculina? Apontam, ainda, que muitos estudos deram atenção às diferentes concepções de justiça, mas poucos consideram os fatores cognitivos e psicossociológicos que impulsionam as pessoas a adotar uma ou outra forma de justiça.

Os próximos seis capítulos são vinculados à linha de pesquisa Psicologia Social da Saúde e do Trabalho.

No Capítulo 9 chama-se atenção para o papel que a academia deve desempenhar na realização de estudos não apenas instrumentais, mas que levem à compreensão dos processos subjetivos enredados na sucessão empresarial familiar. Apresentam-se um histórico dos primeiros estudos acadêmicos, os problemas geracionais, a importância de se debruçar sobre possíveis conflitos psíquicos e relacionais. O referencial teórico e metodológico da Psicodinâmica do Trabalho é a abordagem indicada para dar suporte a esses estudos. Avançar nessa direção tem o potencial de promover uma contribuição social que possa minorar conflitos e sofrimentos entre antecessores e sucessores e, assim, consolidar empresas familiares.

No Capítulo 10 relata-se a análise de 51 entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais que atuaram na linha de frente do Sistema Único de Saúde (SUS,) no decorrer da pandemia do SARS-COV-2. O estudo objetivou compreender as implicações decorrentes das vivências desses profissionais e suas percepções sobre seus processos de trabalho, partindo das temáticas saúde e segurança. Os dados foram analisados pelo software de análise textual Iramuteq, utilizando o método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), correlacionando-os com a teoria da Psicodinâmica do Trabalho. Os resultados revelaram que o trabalho durante a pandemia se caracterizou pela imprevisibilidade, por falhas da instituição empregatícia para com a saúde mental dos seus colaboradores, pelas precarizações laborais que originaram sentimentos de medo e de exposição a riscos, provocando impactos à saúde mental.

No Capítulo 11 investiga-se a partir de entrevistas coletivas com 24 trabalhadores do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), suas experiências concernentes às urgências e emergências em serviços de saúde. A Psicodinâmica do Trabalho é utilizada como referencial teó-

rico. Uma Análise de Conteúdo Temático subsidiou a análise dos dados coletados e indicou ser a cooperação um componente determinante para a qualidade do serviço, fortalecida pela existência de fortes vínculos entre os trabalhadores, pelo número reduzido de integrantes da equipe, pela atenuação da hierarquia frente às situações de urgência, pelo fato de que a ação de cada membro da equipe é fundamental para um trabalho bem sucedido frente às situações de urgência e emergência que ocorrem no trabalho diário desses profissionais.

No Capítulo 12 parte-se da perspectiva da Teoria das Representações Sociais, que conceitua que a construção compartilhada sobre o mundo se dá por meio da interação social. Alerta para a importância de uma análise integrativa da noção de loucura, uma vez que esta noção recebe o influxo de sistemas de representação que coevoluem temporalmente, devido às mudanças culturais e políticas. Introduce o conceito de polifasia cognitiva, imprescindível para a compreensão das representações da loucura, por aglutinar a complexidade de saberes científicos, culturais e da vida cotidiana. Finalmente, apresenta a hipótese de vácuo representacional, ao explicitar a ausência de um entendimento abrangente da loucura, moldado pela interação complexa entre sistemas de representações sociais e pela diversidade do conhecimento cultural e científico.

No Capítulo 13 argumenta-se que, por um lado, os trabalhadores (as) da saúde que atuavam na linha de frente durante a pandemia de COVID-19 foram considerados (as) heróis e heroínas, por outro lado, face às questões ligadas à saúde e segurança, vivenciaram preconceito e discriminação. Foram implementados dois estudos com delineamento multicêntrico, misto e multimétodo – qualitativo e quantitativo – com o objetivo de investigar preconceito e discriminação vivenciados em função do trabalho que desenvolviam. No Estudo I foram entrevistados 51 participantes com base em um roteiro semiestruturado. No Estudo II, 1003 trabalhadores responderam a um questionário on-line acerca do trabalho durante a pandemia. Os resultados foram obtidos por meio de análise temática e estatística inferencial e, em ambos os estudos, apresentaram convergência que indicou a dissonância experienciada pelos participantes, reconhecidos na mídia como heróis e heroínas, mas discriminados no trabalho, na família e em locais públicos. Preconceito e discriminação, motivados por questões relacionadas à raça e à categoria profissional, também foram vivenciados.

No Capítulo 14 relata-se um estudo quase experimental com análise inter e intra participantes que investigou o aumento da morbidade psiquiátrica decorrente da pandemia COVID-19. Aponta-se que a pandemia causou, ou acentuou, sintomas neuropsiquiátricos como, por exemplo, 25% de sintomas de ansiedade e 35% de sintomas de depressão. Face a tal cenário, pesquisou-se sintomas de ansiedade e depressão em pessoas com (GE) e sem (GC) diagnóstico de COVID-19. A amostra de conveniência é constituída por 30 voluntários, em sua maioria do sexo feminino, solteiros e estudantes universitários. Foram aplicados: a) um questionário de dados sociodemográficos e clínicos com questões relacionadas à COVID-19; b) um Mini Exame do Estado Mental; c) os Inventário de Ansiedade e Depressão de Beck. A análise dos dados foi realizada por meio do SPSS e indicou que embora fosse esperado que o GE, grupo com histórico de COVID-19, obtivesse escores mais altos nas escalas, verificou-se, apenas, sintomatologia depressiva leve. Interpretando tais resultados, os autores apontam as limitações do estudo e apresentam sugestões para futuras investigações sobre o tema.

Faz-se necessário salientar que os autores desses capítulos perpassam gerações acadêmicas, assim, temos o avô-orientador que orientou o pai-orientador, que por sua vez orienta o neto-orientando. Essa colaboração intergeracional confere uma imensa esperança na continuidade do Programa e legitima a trajetória desses mais de meio século de atuação.

Finalmente, parabênzo as autoras e os autores dessa importante publicação, agradeço a oportunidade para escrever esse prefácio e faço minhas as palavras do escritor e político paraibano, José Américo de Almeida (1887-1980): “Voltar é uma forma de renascer e ninguém se perde no caminho da volta”.

Aos leitores e leitoras, bom proveito!

*Outubro/2023*  
*Isolda de Araújo Günther<sup>1</sup>*

---

1 Graduada em formação de psicólogo, licenciatura em psicologia e bacharelato (1968) pela Universidade Católica de Pernambuco, mestrado em Psicologia Social Experimental (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba, doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pela Michigan State University, EUA. Professora Pesquisadora Colaboradora Sênior da Universidade de Brasília.

## CAPÍTULO 1

# “É MELHOR TRABALHAR DO QUE...”. SERÁ? A SITUAÇÃO SOCIAL DE DESENVOLVIMENTO DE TRABALHADORES INFANTIS ENCARCERADOS

*Maria de Fatima Pereira Alberto  
Tâmara Ramalho de Sousa Amorim  
Rytha de Cassia Silva Santos  
Anne Caroline Nascimento da Silva  
Alice Victoria Simplicio Fernandes  
Anna Beatriz Gonzaga Costa Lopes*

## 1 INTRODUÇÃO

A fim de compreender o desenvolvimento humano, Vygotsky recorreu ao estudo do humano primitivo para buscar o marco que registrou a diferença entre este e o humano moderno, caracterizado pela presença das funções psicológicas superiores. Inspirado pelo método marxista histórico-dialético, o autor conclui que o ponto de corte de tal processo foi o trabalho por este preconizar a existência de uma transformação mútua, tanto do ambiente quanto do/a trabalhador/a (Tuleski, 2008).

Tal reflexão se comprovou pela atividade laboral ter promovido a cooperação entre os humanos primitivos que, ao construírem os primeiros núcleos sociais, criaram elementos simbólicos, que desempenharam um papel mediador das relações sociais. Internalizados, os símbolos possibilitaram a formação das funções psicológicas superiores. Desse modo, elaborou-se a Lei da Internalização, que desponta como princípio fundador do desenvolvimento humano. Os signos internalizados se refinam, retornando ao meio com novas roupagens para aprimorar a atividade humana, concedendo continuidade perpétua ao processo de (re)construção do meio e do humano (Tuleski; Eidt, 2016).

Diante disso, torna-se fulcral instruir as gerações mais jovens sobre os significados sociais que os constituem. Vygotsky (1999) enfatiza a

importância da aprendizagem, que começa antes da escola, de forma não estruturada, através da interação com o ambiente. Essa interação se relaciona com o curso do desenvolvimento, que é marcado em cada período por atividades-guia, as quais influenciam as relações pessoais e sociais, visando promover algum avanço qualitativo nas funções psicológicas superiores (Tuleski; Eidt, 2016).

Porém, o autor afirma que nem sempre uma atividade se concretiza como promotora de um desenvolvimento de qualidade devido aos elementos mediadores disponíveis não viabilizarem tal conjuntura, visto que não instigam as funções psicológicas adequadamente. Logo, é necessário atentar para a situação social em que os sujeitos se inserem, a fim de entender o desenvolvimento destes (Alberto et al., 2019).

Nessa perspectiva, Alberto *et al.* (2021) investigaram os impactos do trabalho infantil para o desenvolvimento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, sob a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural, partindo das condições objetivas de vida desses/as trabalhadores/as (Alberto, 2002). Tais autoras observaram que os/as trabalhadores/as infantis, em sua maioria, eram provenientes de áreas interioranas marcadas por uma situação de vulnerabilidade social caracterizada pela presença de facções/gangues e ausência de equipamentos e serviços públicos. Assim como, sobreviviam em lares de baixa renda e com prejuízos acentuados à sua escolarização, com altos índices de defasagem e evasão escolar. E ainda precisavam lidar com os mitos do trabalho como antídoto à criminalidade, tendo inclusive a privação de liberdade como consequência de uma trajetória de vida marcada pela vulnerabilidade social e o trabalho precoce.

Tais resultados se assemelham aos encontrados por Souza (2022) que, ao analisar o trabalho de adolescentes no tráfico de drogas, identificou que eram oriundos de áreas periféricas, muitas vezes abandonavam a escola devido ao trabalho no tráfico e cumpriam medidas socioeducativas. Tais dados conflitam com o Decreto brasileiro 6.481/2008, que categoriza o tráfico de drogas como uma das piores formas de trabalho infantil (Lista TIP) e com o direito de receber proteção do Estado, conforme postula a Constituição Federal de 1988.

A literatura aponta as consequências biopsicossociais para os/as trabalhadores infantis: defasagem, evasão escolar (Almeida, 2019), baixa escolarização, impedimento à formação profissional que proporcione uma melhor inserção futura no mercado de trabalho (Carvalho, 2008), adultização precoce (Alberto, 2007) e medidas socioeducativas (Alberto *et al.*, 2020).

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD Contínua), em 2019, 4,8% da população total de crianças e adolescentes brasileiros de 5 a 17 anos – 1,8 milhão de pessoas – eram trabalhadores infantis. Em 2019, o estado da Paraíba ultrapassou a média nacional de 4,8%, tendo 5% (39.663) de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, realidade que piorou na pandemia com o aumento da desigualdade social (Fnpeti, 2019; Unicef, 2021).

Dentre essas crianças e adolescentes, 76% eram do sexo masculino, enquanto 24%, do feminino. Cerca de 74,1% eram negros, aglutinando pretos e pardos, em acordo com o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010). 78,7% tinham entre 14 e 17 anos, 99% dessa faixa etária exerciam atividades informais. Ainda, 58% viviam em zonas urbanas do estado da Paraíba, enquanto 42% residiam em zonas rurais, contrapondo-se à característica nacional, em que a maioria dos trabalhadores infantis é da zona rural (IBGE, 2019).

Dentre as atividades exercidas por eles/elas na Paraíba, 28,8% se enquadravam dentro das piores formas de trabalho infantil, de acordo com a lista TIP. No exercício do trabalho, as crianças e adolescentes paraibanos eram, majoritariamente, balconistas e vendedores de loja (8,3%); seguido por classificadores de resíduos (6,8%); e trabalhadores elementares da agricultura (6,3%). Das atividades exercidas, a maioria era no comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo (9,8%); coleta, tratamento e disposição de resíduos (6,8%); e recuperação de materiais e comércio de produtos novos que não foram especificados (4,3%). Ainda, 45,8% exerciam afazeres domésticos. As horas dedicadas ao trabalho e aos afazeres domésticos eram de 14,6 e 9,2, respectivamente.

De acordo com Santos e Alberto (2020), com base nos dados da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRTE-PB) e do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), que mapearam o trabalho infantil realizado de 1996 a 2016 em 96 municípios da Paraíba, foi registrado 4.464 crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos, em situação de trabalho infantil. As maiores faixas etárias foram de 10 a 15 e 16 a 17 anos, com 56,82% e 28,42%, respectivamente. 73,32% eram do sexo masculino e 26,68% do feminino, semelhante aos dados do PNAD, de 2019, no estado.

Acerca das mesorregiões do estado, ainda de acordo com Santos e Alberto (2020), o Agreste apresentou o maior percentual de casos de trabalho infantil nesse período, com 36,72%, seguido pelo Sertão, com

26,50%. A Mata paraibana, região metropolitana de João Pessoa, exibiu um percentual de 24,42%, enquanto a Borborema foi de 12,37% de crianças e adolescentes trabalhadores infantis, revelando que, no conjunto do estado da Paraíba, a situação social de desenvolvimento é limitante dificultando a formação desses sujeitos.

Embasado nessas referências, este capítulo apresenta dados sobre a situação social de desenvolvimento vivenciada por trabalhadores infantis, que cumprem medidas socioeducativas no estado da Paraíba. Analisa dados sobre trajetória de trabalho (idade em que começou, atividades realizadas e o motivo da inserção) de crianças e adolescentes da região metropolitana de João Pessoa e do interior do estado e a concepção deles sobre a idade em que acabou a infância.

## **2 MÉTODO**

### **2.1 LÓCUS**

Esta pesquisa ocorreu nas sete Unidades Socioeducativas, localizadas no estado da Paraíba, nas quais adolescentes e jovens cumprem medidas de privação e restrição de liberdade.

### **2.2 PARTICIPANTES**

Participaram 138 adolescentes e jovens com idades entre 14 e 20 anos, sendo 132 meninos e 6 meninas, que se encontravam cumprindo medidas socioeducativas, no período compreendido entre 2021 e 2023.

### **2.3 INSTRUMENTOS**

Utilizou-se dois instrumentos: o Mosquito Diagnóstico e um Questionário de Aprofundamento. O Mosquito Diagnóstico se refere a um questionário de triagem, cuja finalidade é verificar quem foi trabalhador infantil (Alberto *et al.*, 2009). O Questionário de Aprofundamento se distingue por abordar entre os que foram trabalhadores: os dados biossociodemográficos, vida escolar, trajetória de trabalho antes de cumprir medidas socioeducativas e infância.

## 2.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS E DE COLETA

A pesquisa que origina este capítulo cumpriu todas as diretrizes das Resoluções 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, para pesquisas com seres humanos, especialmente adolescentes e jovens.

## 2.5 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados alcançados foram analisados, por meio de estatísticas descritivas (frequências brutas e relativas), desenvolvidas pelo *software Statistical Package for the Social Science (SPSS)*.

# 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

## 3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS

Consoante os dados biossociodemográficos, identifica-se que a amostra era formada majoritariamente por meninos (95,7%), com idades entre 14 e 20 anos, preto (25,40%), pardos (47,80%) ou seja negros (73,2%) conforme define o Estatuto da Igualdade Racial (Brasil, 2010). Quanto a escolaridade<sup>2</sup> encontravam-se predominantemente no ciclo III (24,6%), ciclo IV (23,2%) e ciclo V (26,1%).

62,34% dos/as participantes eram provenientes de regiões metropolitanas (57,24%, da capital paraibana, e 5,1%, de áreas metropolitanas de outros estados), enquanto 37,66% residiam em regiões interioranas paraibanas. Esses dados se alinham aos alcançados pelo Levantamento PNAD Contínua (IBGE, 2019) e por Santos e Alberto (2020), que identificam que a maioria dos/as trabalhadores infantis são do sexo masculino e negros/as. Como predominam provenientes da região metropolitana de João Pessoa, revelam que, na época da pesquisa (2021 e 2023), a maioria dos trabalhadores infantis encarcerados eram da citada região. Entretanto, verifica-se presença significativa (37,66%) de trabalhadores infantis das áreas interioranas da Paraíba, cumprindo medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade.

A presença massiva da população negra como trabalhadores/as infantis que, ainda, foram encarcerados em medidas socioeducativas, constitui-se

---

<sup>2</sup> No estado da Paraíba, a escolarização dos/as adolescentes que cumprem medidas socioeducativas segue a estrutura da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

como um indicativo do racismo estrutural, que permeia a sociedade brasileira. Nesse ponto, Gatto *et al.* (2019) discutem que tal grupo enfrenta, desde o seu nascimento, um projeto social e histórico, que se fundamenta na exclusão social do povo negro dos meios sociais, que é forçado a viver/sobreviver nas margens da sociedade, marcada pela ausência de políticas públicas estatais efetivas, corroborando para uma maior vulnerabilidade desse grupo.

Além dessa violência estrutural, as pessoas negras ainda se defrontam com a criminalização, sobretudo do jovem, de classe baixa, que recebe estereótipo forjado sócio-historicamente de perigoso, como elucida Batista (2015). Isso se evidencia pelos/as participantes se encontrarem encarcerados em medidas socioeducativas, mas também em dados nacionais, que demonstram que 56% da população de socioeducandos/as, no Brasil, são negros/as (SINASE, 2019).

Além disso, há implicações negativas do trabalho infantil, uma vez que 91,3% se encontravam em defasagem escolar com a média de 3,96 anos de distorção idade-série. Essas informações se ratificam em Almeida (2019), que encontrou uma média de distorção idade-série 4,7 anos para meninos e 2,5 anos para meninas que foram trabalhadores infantis.

### **3.2 CONDIÇÕES OBJETIVAS DE VIDA**

Acerca de sua infância, 33% dos participantes moravam com sua família estendida (pai ou mãe, avós e outros parentes; avós e irmãos; avós, tias(os) e bisavós), 30% moravam com a família nuclear (pai, mãe e/ou irmãos) e 0,70% citaram morar em instituição de acolhimento. Nesse sentido, Cunha *et al.* (2016) discorrem que a presença da família estendida se estabelece como um marcador de vulnerabilidade social por se revelar como uma estratégia de sobrevivência diante de condições precárias de vida, já que a união da família envolve também uma aglutinação das rendas individuais, para garantir a supressão das necessidades básicas desses sujeitos.

Em relação a quem era responsável pelo sustento da família, para 24% o trabalho da mãe e/ou o trabalho do pai (19%) e/ou o recebimento do Bolsa Família (16%) e/ou o seu próprio trabalho (14%). E quanto à renda, 41,30% possuíam uma renda familiar entre 1.000 e 2.000 reais, 16,6% menos de 1.000 reais, 21% entre 4.000 e 10.000 e 21% não souberam informar.

Os dados corroboram a PNAD Contínua (IBGE, 2019), na qual as mulheres ocupam majoritariamente a chefia das famílias (50,8%), sobretudo

mulheres negras (56,5%). Essa situação reflete mais um fator de vulnerabilidade social para a entrada precoce de crianças/adolescentes no trabalho (Kassouf, 2007), o que representa as causas da exploração da mão de obra infantil, como revela a literatura científica utilizada (Kassouf, 2007; Alberto; Costa, 2021; Souza, 2022).

### 3.3 TRABALHO PRECOCE (REGIÃO METROPOLITANA)

Destaca-se que na região metropolitana, 95,3% dos participantes informaram que foram trabalhadores infantis e 4,7% consideravam que apenas “ajudavam”. 55% dos adolescentes começaram a trabalhar antes dos 14 anos, ou seja, foram inseridos no mercado de trabalho antes da idade permitida pelo ECA (1990) como aprendiz e 31% antes dos 16 anos (Tabela 1).

A inserção precoce faz com que a atividade-guia desses adolescentes não seja o estudo, mas sim o trabalho, revelando que para esses sujeitos as condições objetivas de vida é que são as atividades-guias para o desenvolvimento (Alberto *et al.*, 2020).

**Tabela 1.** Idade em que começou a trabalhar e até que idade foi sua infância (dos/as metropolitanos/as)

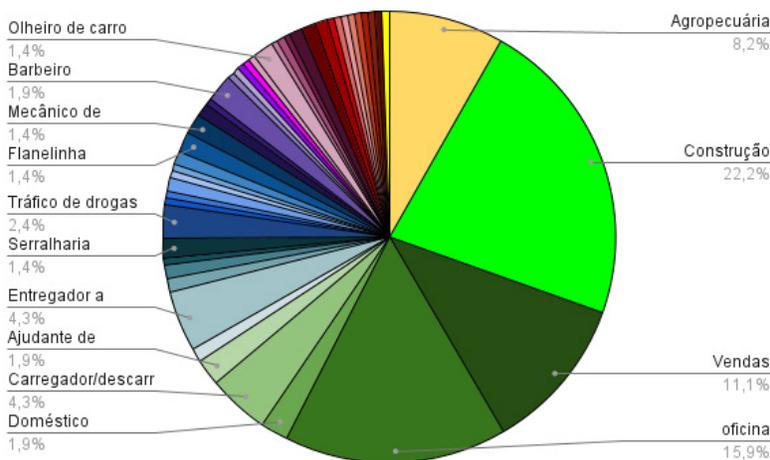
Categoria	Variáveis	Frequência	Percentual
Idade em que começou a trabalhar	Antes de 7 até 13 anos	47	55,3%
	14 até 15 anos	27	31,7%
	16 até 18 anos	11	13%
Até que idade foi sua infância	antes dos 07	5	5,9%
	até 07	1	1,2%
	até 08	4	4,7%
	até 09	1	1,2%
	até 10	15	17,6%
	até 11	11	12,9%
	até 12	20	23,5%
	até 13	5	5,9%
	até 14	10	11,8%
	até 15	12	14,1%
	não teve infância	1	1,2%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Em conformidade com isso, 45% dos entrevistados responderam que sua infância acabou antes dos 14 anos (Tabela 1). Ao rodar uma correlação de Pearson de 2 extremidades no *Software SPSS*, encontrou-se uma significância de 0,610, ou seja, uma correlação moderada positiva, onde quão mais alta for uma variável, mais alta a outra também será. Em outras palavras, notou-se que quão mais cedo uma criança começa a trabalhar, mais cedo ela considera que termina sua infância.

As atividades que mais apareceram foram as que envolvem construção civil (22,2%), referentes a ajudantes de pedreiro, gesseiro, marceneiro e pintor, sendo seguidas pelas ocupações que envolvem oficinas automobilísticas (15,9%), como mecânico de carro e motos, borracheiro, lanterneiro e lava-jato (Figura 1). Observa-se, também, a quantidade de ocupações, totalizando 71 tipos de atividades diferentes, dado que mostra como a exploração do trabalho infantil pode se dar de formas distintas.

**Figura 1.** Principais ocupações exercidas pelos adolescentes



Fonte: Dados da Pesquisa.

A principal razão para entrarem no mercado de trabalho foi a necessidade de independência e de comprar coisas para si (49,40%), seguida pela necessidade de conseguir dinheiro para sustentar a família (40%). Esses resultados dizem respeito às causas do trabalho infantil, ou seja, a sobrevivência, o sustento da família e de si próprio.

O conjunto dos dados demonstra, portanto, a ineficácia da família, da sociedade e do Estado, de garantir a infância desse participante. Isso afetou, e ainda afeta, diretamente o desenvolvimento dessa pessoa, como explicado em Vygotsky (1999), nem todas as atividades são adequadas para promover o desenvolvimento das crianças. O trabalho, por sua vez, é inadequado, diante de todos os riscos e prejuízos existentes.

### 3.4 TRABALHO PRECOCE (REGIÃO INTERIORANA)

Já na região interiorana, 88,7% reconheciam que eram trabalhadores infantis e 11,3% relataram que apenas “ajudaram”. 66% dos respondentes começaram a trabalhar antes da idade permitida pelo ECA (Brasil, 1990) (Tabela 2), um aumento de 11% relacionado aos adolescentes da região metropolitana, ou seja, longe dos espaços da capital, torna-se mais fácil para os adultos a exploração do trabalho infantil. Essa informação nos faz questionar a efetividade das fiscalizações a esse respeito nas cidades interioranas.

**Tabela 2.** Idade em que começou a trabalhar e até que idade foi sua infância (dos/as interioranos/as)

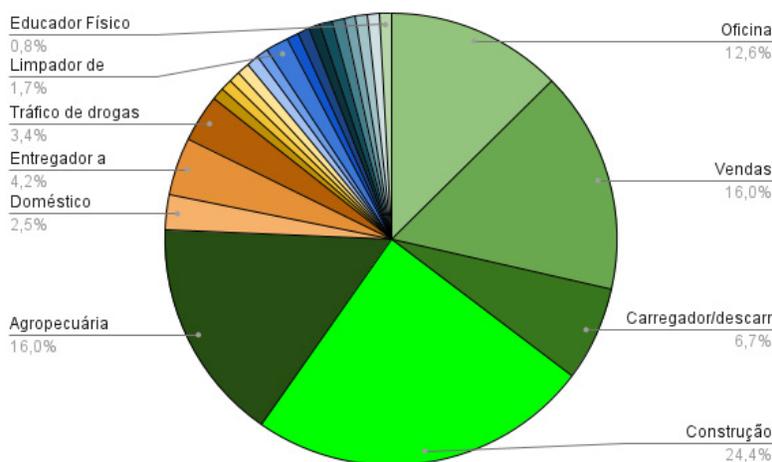
Categoria	Variáveis	Frequência	Percentual
Idade em que começou a trabalhar	Antes de 7 até 13 anos	35	66%
	14 até 15 anos	14	26,4%
	16 até 18 anos	4	7,6%
Até que idade foi sua infância	antes dos 07	4	7,5%
	até 07	1	1,9%
	até 08	4	7,5%
	até 09	3	5,7%
	até 10	6	11,3%
	até 11	5	9,4%
	até 12	9	17%
	até 13	8	15,1%
	até 14	8	15,1%
	até 15	2	3,8%
	até 17	1	1,9%
	não teve infância	2	3,8%

Fonte: Dados da Pesquisa.

As ocupações mais aparentes são semelhantes às da região metropolitana (Figura 2). No entanto, percebe-se que a porcentagem de agropecuária possui um aumento de 7,8%, dado que, como aponta a Pnad Contínua, refere-se ao terceiro trabalho que mais explora as crianças e adolescentes paraibanas (IBGE, 2019).

Além disso, foram encontrados 52 tipos diferentes de atividades, 19 tipos a menos que na região metropolitana, consoante a quantidade menor de participantes provenientes da região interiorana e da facilidade de as crianças serem recrutadas em espaços de trabalho formal, como energia solar, educador físico, posto de gasolina e lava-jato.

**Figura 2.** Principais ocupações exercidas pelos adolescentes



Fonte: Dados da Pesquisa.

Averígua-se que, nessa região, trabalhadores infantojuvenis estão em situação de maior vulnerabilização do que os da região metropolitana, o que está de acordo com os achados de Alberto e Santos (2021), apesar de os motivos para começar a trabalhar serem semelhantes entre as regiões: conseguir independência (34%) e sustentar a família (30%).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consoante ao objetivo deste capítulo, observou-se que os adolescentes e jovens presentes nas unidades de medidas socioeducativas possuem o desenvolvimento atravessado pelo trabalho infantil, independente da região (metropolitana ou interior) em que moraram na infância. Cerca de 62% dos participantes moravam na região metropolitana e 37% na região interiorana. 73% eram negros, 33% precisavam morar com a família estendida, como estratégia de sobrevivência. Destacou-se diversas atividades presentes na lista TIP, especificamente, o trabalho na construção civil e na agropecuária.

O conteúdo e a qualidade das mediações entre o indivíduo e a realidade determinam o curso do desenvolvimento. Percebe-se que o trabalho infantil é limitante, porque, dentre outros aspectos, impossibilita a vivência da infância, que, via de regra, acaba cedo, retira da escola ou atrapalha o desenvolvimento escolar, encarcera numa medida socioeducativa restritiva de liberdade. Desse modo, o desenvolvimento de crianças trabalhadoras, afastadas da escola, não é mediado por processos pedagógicos que conduzam à omnilateralidade, autonomia e desenvolvimento integral.

A análise do trabalho infantil, quer no contexto metropolitano de João Pessoa, quer no contexto interiorano, revela que é limitante em todo o estado da Paraíba. O trabalho infantil não tem o potencial de provocar novas formações psíquicas, que ocorrem quando a situação social em que ele está inserido mobiliza funções ainda não completamente desenvolvidas. Pelo contrário, o que se verificou foi que a inserção precoce no trabalho se faz presente em todo o estado e em vez de propiciar desenvolvimento e movimentos emancipatórios em direção à omnilateralidade, promoveu encarceramento.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. F. P. **A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa – PB**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

ALBERTO, M. F. P. As implicações psicossociais do trabalho precoce dos meninos e meninas em condição de rua. **Laboreal**, Porto, v. 3, n. 2, p. 8-21, 2007.

ALBERTO, M. F. P. Trabalho infantil doméstico: perfil bio-socioeconômico e configuração da atividade no município de João Pessoa, PB. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 57-73, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172009000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000100006). Acesso em: 19 set. 2023

ALBERTO, M. F. P. *et al.* A psicologia histórico-cultural e o desenvolvimento infantojuvenil em contextos diversos. In: MACIEL, Silvana Carneiro; FONSÊCA, Patrícia Nunes da (org.). **Psicologia social: vertentes e perspectivas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

ALBERTO, M. F. P. *et al.* Trabalho Infantil nos Municípios da Paraíba. In: ALBERTO, Maria de Fátima; SANTOS, Denise Pereira dos (org.). **Infância, adolescência e juventude: pesquisa, intervenção e políticas públicas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2011. p. 303-54.

ALBERTO, M. F. P.; COSTA, R. R. **Trabalho infantil e trajetórias de vida punidas e encarceradas com medidas socioeducativas**. Curitiba: CRV, 2021.

ALBERTO, M. F. P.; PESSOA, M. C. B.; MALAQUIAS, T. A. P.; COSTA, C. S. S. Trabalho infantil e ato tipificado como infracional: análise histórico-cultural do desenvolvimento infantojuvenil. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, p. 127-142, 2020. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702020000100010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702020000100010). Acesso em: 19 set. 2023.

ALMEIDA, H. C. D. **Interface entre o trabalho precoce e a prática de atos infracionais: uma análise de gênero**. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

BATISTA, V. M. **Introdução à criminologia crítica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

BRASIL. Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008. Regulamenta os artigos 3.º, alínea “d”, e 4.º da Convenção n.º 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6481.htm). Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estabelece o Estatuto da criança e do adolescente e concede outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 set. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 19 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estabelece o Estatuto da Igualdade Racial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm). Acesso em: 19 set. 2023.

CARVALHO, I. M. M. de. Trabalho infantil no Brasil contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 21, n. 54, p. 551-569, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Brjv4rnw8DvyYYKHFrjJsnK/?lang=pt#>. Acesso em: 19 set. 2023.

CUNHA, J. M. P. *et al.* A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIV, 2004. Minas Gerais: ENEP, 2004, p. 1-19.

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Características do trabalho infantil** – Paraíba, 2019. Disponível em: [https://fnpeti.org.br/media/foruns/relatorios/pnadc/estudo\\_pnadc2019\\_PB.pdf](https://fnpeti.org.br/media/foruns/relatorios/pnadc/estudo_pnadc2019_PB.pdf). Acesso em: 19 set. 2023.

GATTO, M. R. *et al.* Capitalismo, Estado e Racismo: tríplice devoradora de sonhos a questão social e o adolescente acusado de ato infracional. In:

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16., 2019. Brasília: CBAS, 2019, p. 1-10.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), 2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 set. 2023.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, Minas Gerais, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/vNWZvdPj8mGNRNF48zxWXPJ/>. Acesso em: 19 set. 2023.

SANTOS, D. P.; ALBERTO, M. F. P. **Trabalho infantil, luta e enfrentamento**: da história do movimento aos movimentos da história. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. **Levantamento Anual do SINASE**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: [www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf](http://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf). Acesso em: 19 set. 2023.

SOUZA, L. J. A. de. **O trabalho infanto-juvenil no tráfico**: uma revisão sistemática. 2022. Graduação (Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

TULESKI, S. C.; EIDT, N. M. A periodização do desenvolvimento psíquico: atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. In: MARTINS, Lígia Márcia; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI, Marília (org.). **Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico**: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016.

TULESKI, S. C. **Vygotsky**: A construção de uma psicologia marxista. 2. ed. Maringá: Eduem, 2008.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Crianças. **Child Labour: Global estimates 2020, trends and the road forward.** New York: UNICEF, 2021. Disponível em: [data.unicef.org/resources/child-labour-2020-global-estimates-trends-and-the-road-forward/](https://data.unicef.org/resources/child-labour-2020-global-estimates-trends-and-the-road-forward/). Acesso em: 18 set. 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

## CAPÍTULO 2

# CAMINHOS DA SOCIALIZAÇÃO PARENTAL: DA HISTÓRIA AO SABER PSICOLÓGICO

*Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo*

*Iluska Pinto da Costa*

*Jaqueline Gomes Cavalcanti Sá*

*Julio Rique Neto*

## 1 INTRODUÇÃO

“Como mãe, eu sei que é minha responsabilidade e de mais ninguém, criar e educar meus filhos”  
(Michelle Obama)

“Ser pai de uma criança é apresentá-la a si mesma e ao mundo, com carinho, atenção e respeito”  
(Roberto Shinyashiki)

“Sábio é o pai que conhece seu próprio filho”  
(William Shakespeare)

Diversas disciplinas, como História, Sociologia e Psicologia, analisam o processo de socialização para entender como a sociedade e os pais ensinam comportamentos, valores e crenças às crianças. Este processo é influenciado por fatores biológicos, culturais, sociais e psicológicos, e pode variar entre diferentes sociedades e momentos históricos. França (2011) destaca o papel significativo dos pais na socialização durante a infância, enquanto Ariès (2014) observa que a visão dos pais como agentes fundamentais de socialização é um conceito relativamente recente, refletindo mudanças nas percepções sobre a infância.

Os pais europeus do século XV ao XVII, e mais especificamente os brasileiros até o século XIX, provavelmente ficariam espantados e talvez discordantes do sentido das frases que foram citadas no início desse capítulo. Essas frases foram ditas por formadores de opinião e de alguma forma representam o modo como a sociedade do século XXI entende a função e responsabilidade dos pais no processo de socialização dos seus filhos.

A última frase, “Sábio é o pai que conhece seu próprio filho” (Shakespeare, 2010), aparentemente é uma exceção à concepção contemporânea de que os pais são os maiores responsáveis pela socialização dos filhos; mas foi adotada neste início para provocar, já que possivelmente, você interpretou no sentido das duas primeiras frases; ou seja, a de que os pais precisam conhecer e dar afeto aos filhos. De fato, esta frase costuma ser utilizada em datas comemorativas, como a do dia dos pais, em sinal da valorização que nossa sociedade atribui a relação entre pais e filhos. No entanto, a primeira edição desta obra – O mercador de Veneza – é do final do século XVI, mais precisamente no ano de 1598, época que segundo Ariès (2014), a sociedade ainda não possuía a concepção contemporânea de filho e família.

A citação foi retirada de um diálogo entre Lancelot (filho) e Gobbo (pai biológico, que desconhecia Lancelot – Ato II, Cena II). No diálogo, apresentado pelo autor em um cenário de desconfianças, o filho questiona o motivo do pai não reconhecê-lo como tal. O pai argumenta que é muito míope, e por isso, não o conhece; mas o filho responde: “Realmente, ainda que tivésseis vista, não poderíeis conhecer-me. Sábio é o pai que conhece seu próprio filho” (Shakespeare, 2010, p. 42).

A cena prossegue sempre em clima de negação e de desconfiança do pai, já que possuía medo de assumir e ser traído pelo filho. Portanto, aparentemente o comentário do filho de “Sábio é o pai que conhece seu próprio filho” foi em função da necessidade de o pai conhecer seu filho para evitar ser traído, e foi dito pelo filho em decorrência da mágoa que este possui para com seu pai.

A intenção da introdução deste capítulo foi iniciar a contextualização das mudanças de atitudes que os pais foram apresentando ao longo dos últimos cinco séculos. No entanto, mesmo que variem, veremos que os autores conseguem encontrar padrões utilizados pelos pais para socializar seus filhos, e que estes protótipos foram profundamente enriquecidos ou modificados ao longo dos últimos séculos.

## **2 ELEMENTOS HISTÓRICOS DA SOCIALIZAÇÃO INFANTIL**

O historiador Philippe Ariès, em seu livro de 1960, “História Social da Criança e da Família”, analisa as transformações das configurações

familiares e o papel da criança nessas configurações ao longo do tempo, centrando-se em objetos iconográficos e diários a partir do século XV. Ariès (2014) argumenta que, historicamente, a criança era percebida como um homem em miniatura e sua importância na família era primariamente prática, não afetiva. Era comum a inserção precoce da criança no mundo adulto, uma vez que ela adquirisse algum grau de independência funcional, sem passar por fases de infância e adolescência que são consideradas essenciais na sociedade contemporânea. A morte de uma criança, frequentemente, não era sentida com intensidade devido à prevalência de sentimentos pragmáticos sobre afetivos na relação entre pais e filhos.

No contexto onde a criança era vista como um adulto em miniatura, a função na infância na unidade familiar não era afetiva, mas estava mais alinhada à sobrevivência e conservação dos bens familiares. As estruturas familiares eram mais extensas e a socialização da criança acontecia principalmente na comunidade, composta por um conjunto diversificado de indivíduos, e não era uma responsabilidade direta dos pais. A sociabilidade ocorria em contextos coletivos e densos, distintos da preservação da privacidade valorizada nas sociedades industriais modernas, onde a família é vista como a célula indivisível da sociedade (Xavier, 2016).

Ariès (2014) também destaca a prática do infanticídio até o século XVII como um reflexo da falta de significado e de vínculo afetivo com a infância nas sociedades europeias pós-Idade Média. Mesmo sendo uma prática reprimida e não aceita moralmente, era frequentemente justificada como acidente e não era percebida como vergonhosa pela consciência social da época.

Este trabalho de Ariès, apesar de críticas ao seu método, transformou o entendimento da relação entre criança e família ao longo da história, mostrando as drásticas mudanças nas concepções da infância e nas configurações familiares. Quando e por que verificamos uma inversão do lugar da criança nas famílias? Que fatos poderiam ter desencadeado o que Araujo (2007), e Ariès (2014) chamariam de centralidade da criança na representação de família?

## **2.1 ANTROPOCENTRISMO E O NOVO LUGAR DA CRIANÇA**

Ariès (2014) destaca os séculos XVI e XVII como períodos chave para compreender a transição na percepção da infância e da família. Essa época, coincidindo com o Renascimento Cultural, marcou uma valorização da vida

privada e do antropocentrismo, contrastando com os valores medievais coletivos e fundamentados na fé. Esse novo pensamento propiciou a reconfiguração da estrutura familiar para uma célula social mais individualizada e privada, provavelmente intensificando a relação mãe-filho e promovendo uma valorização renovada da educação pela burguesia (Xavier, 2016).

A atenção e a responsabilidade dos pais na socialização e educação das crianças intensificaram-se, sendo evidente na preocupação dos pais com a perda de filhos e na diminuição das taxas de natalidade no século XVIII. A família começou a ser vista não apenas como um meio para transmissão de bens e nomes, mas também como formadora moral e espiritual (Ariès, 2014; Engels, 2014).

Essa transformação também é percebida na expressão de uma nova afetividade e um novo senso de responsabilidade dos pais para com todos os filhos, conforme ilustrado pela iconografia do século XVII. Esse processo de mudança do papel da criança e da família continuou a se desenvolver nos séculos subsequentes, especialmente com as influências da revolução industrial, exigindo um nível mais elevado de Educação Especial e responsabilidade parental, e promovendo estilos variados de socialização.

Aos poucos, essa cultura, sob influência do Renascimento Cultural, foi se expandido pela sociedade ocidental e se intensificando com a Revolução Industrial, que exigia cada vez mais formação escolar e técnica dos socializando. No Brasil, este movimento de centralidade da infância para a família se intensificou apenas nos últimos dois séculos. A forma como os pais brasileiros socializavam os filhos sofreu influência de pelo menos três contextos: o europeu, o da cultura escravocrata, baseada na autoridade, submissão e anonimato ou negligência, e o da Revolução Industrial (Freitas, 2003).

### **3 A HISTÓRIA DA INFÂNCIA NO BRASIL E SUAS FORMAS DE SOCIALIZAÇÃO**

Poucos são os trabalhos no Brasil sobre a história da infância até o século XIX. Os dados acessíveis antes desse período incluem estatísticas de natalidade e de recenseamentos muito variáveis, que apresentam pouca consistência, de difícil comparação e possivelmente pouca fidedignidade (Freitas, 2003).

Inicialmente, a infância era vista sob uma ótica de “ausência de fala” e a criança era vista como um “anjo” simbólico, associada a pureza e inocência, principalmente influenciado pela Igreja Católica. Contudo, essa concepção idílica coexistia com uma aceitação da mortalidade infantil, que era muitas vezes vista como inevitável ou inexpressiva afetivamente.

O processo de industrialização trouxe uma mudança gradual na percepção da infância, especialmente com uma ênfase crescente na educação e preparação para o trabalho. No Brasil, essa mudança foi mais tardia em comparação com a sociedade europeia. Existiam, predominantemente, dois posicionamentos principais na condução parental: um que era mais afetuoso e idealizado e outro que era autoritário e via a criança como um ser que deveria ser silenciado e ausente.

Até o século XX, as condutas autoritárias e coercitivas eram comuns em casos de transgressão, mas houve uma mudança gradual em direção a uma maior individualização e valorização da criança na família e na sociedade, com um aumento da preocupação com a escolaridade e uma postura parental mais presente e afetuosa (Santos, 2014). Contudo, La Taille (1998) ressalta que essa mudança pode ter levado a um extremo oposto, onde a falta de autoritarismo pode resultar em indiferença e excessiva liberdade, dificultando a aderência da criança às normas sociais.

Apesar das observações de Philippe Ariès serem majoritariamente centradas em contextos históricos e culturais, tais como o Renascimento Cultural e a Revolução Industrial, no nosso entendimento não há uma negação, por parte do autor, da influência biológica, descritas por Hoekzema *et al* (2016), nas relações entre pais e filhos. Parece fazer que o contexto histórico molde a expressão de cuidado e afeto inatos nas relações familiares, ressaltando como tais relações são potencialmente influenciadas pela interação entre fatores biológicos e ambientais.

Freitas (2003) e Ariès (2014) concordam que, embora progressos tenham sido feitos na compreensão da história da infância e da parentalidade, ainda há muito a explorar. A importância da socialização da criança tem sido objeto de estudo em várias áreas da ciência, com o objetivo de entender o ajustamento das crianças às normas e valores do seu grupo social.

## 4 SISTEMATIZAÇÃO DE TEORIAS DA SOCIALIZAÇÃO PARENTAL

Segundo Maccoby (2007) a socialização é um processo onde indivíduos ou grupos aprendem padrões de comportamento, valores e motivações essenciais para o funcionamento adequado na cultura em que estão inseridos.

Os diversos agentes socializadores, como família, escola e mídias, são responsáveis pela transmissão de normas, valores e comportamentos para indivíduos, influenciando como eles pensam, agem e experienciam suas emoções. No contexto contemporâneo, a família assume um papel central na socialização, representando e repassando os modelos culturais prevalentes na sociedade, embora haja uma diversidade substancial em suas práticas, sobretudo no Brasil, devido a diferentes processos históricos e sociais.

A importância dos pais, especificamente, como agentes socializadores é evidenciada pela crescente responsabilidade na imersão dos filhos em padrões culturais, mesmo em meio a dinâmicas familiares que podem ter modificado estas relações.

A literatura, por meio de Grusec (2011), enfatiza que os pais são figuras centrais no processo de socialização por diversos motivos. Eles são biologicamente predispostos para cuidar dos filhos, possuem uma posição privilegiada para estabelecer relações de proximidade e afetividade, detêm responsabilidade e poder significativos em muitas sociedades, incluindo a brasileira, para direcionar a socialização dos filhos, e têm a prerrogativa de escolher outros agentes socializadores para seus filhos.

A proximidade das mães, associada a construções socioculturais, muitas vezes, as posiciona como figuras mais responsáveis pela socialização, conforme discutido por Freitas (2003). A mãe, por estar frequentemente mais próxima do filho, é considerada por Fonsêca (2008) como mais apta a conhecer as experiências dos filhos e utilizar diálogo e afeto como principais formas de socialização.

Nesse contexto, as crianças, durante os primeiros anos de vida, tendem a internalizar as normas e valores repassados principalmente por seus pais, apresentando crescente congruência com os pensamentos e comportamentos parentais. Este fenômeno é explorado pela psicologia através do estudo de estilos parentais, buscando elucidar como diferentes abordagens parentais impactam o processo de socialização infantil.

A análise de todos esses aspectos reforça a necessidade de se compreender a complexidade e multifacetamento do papel dos pais na socialização, considerando a presença ou ausência deles, e ponderando sobre a possibilidade de sua substituição e os consequentes efeitos desse processo no desenvolvimento individual e coletivo.

#### **4.1 ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO PARENTAL**

Este capítulo aborda a evolução histórica da socialização parental e a variabilidade dos estilos parentais em resposta a diferentes situações e contextos. Ressalta-se que, embora as estratégias de socialização possam variar, há uma certa consistência nas práticas parentais que influenciam significativamente o desenvolvimento infantil, conforme observado por Baldwin (1955) e Baumrind (1971). Esses autores identificaram padrões persistentes de atuação parental, vinculando-os a consequências específicas no ajuste das crianças às normas e comportamentos sociais.

Darling e Steinberg (1993) definiram estilos parentais como um conjunto de atitudes comunicadas à criança que, coletivamente, estabelecem um clima emocional. Complementarmente, Camino, Camino e Moraes (2003) conceituaram estilos parentais como abrangendo técnicas e formas de atuação, incluindo aceitação, controle de comportamentos indesejados e imposição de limites. Essas definições destacam três componentes fundamentais dos estilos parentais: atitude, comunicação/percepção e objetivo do estilo.

Os estilos parentais, embasados em atitudes, compreendem componentes cognitivos, afetivos e comportamentais, representando o conhecimento, as crenças, as normas, os valores e os afetos dos pais, bem como suas predisposições comportamentais. A cognição e o afeto dos pais orientam as avaliações de favorabilidade e agradabilidade dos estilos, influenciando, assim, a comunicação parental sobre condutas sociais e a percepção infantil desta comunicação. Finalmente, o objetivo subjacente a cada estilo parental é preparar a criança para viver em sociedade, mediante controle e/ou incentivo.

Portanto, a análise detalhada dos estilos parentais evidencia uma complexa interação entre consistência e variabilidade, integrando elementos cognitivos, afetivos, comportamentais e comunicativos, todos cruciais para o desenvolvimento e a adaptação das crianças ao convívio social.

## 4.2 MODELO DOS ESTILOS DE SOCIALIZAÇÃO PARENTAL

Inicialmente, Baldwin (1955) propôs dois estilos de socialização, o democrático-recíproco e o estilo autoritário. Mas, em revisão da literatura, Maccoby (2007) considerou que os estudos da área ganharam mais destaque na década seguinte, com os trabalhos de Diana Baumrind, quando propôs três estilos de socialização: o autoritativo, o autoritário e o permissivo (Baumrind, 1971). Porém, em 1983, Maccoby e Martin, partindo dos estudos da Baumrind, verificaram que estes três estilos, somados a um quarto, poderiam ser entendidos em função de duas dimensões, denominadas de exigência e responsividade (Maccoby; Martin, 1983).

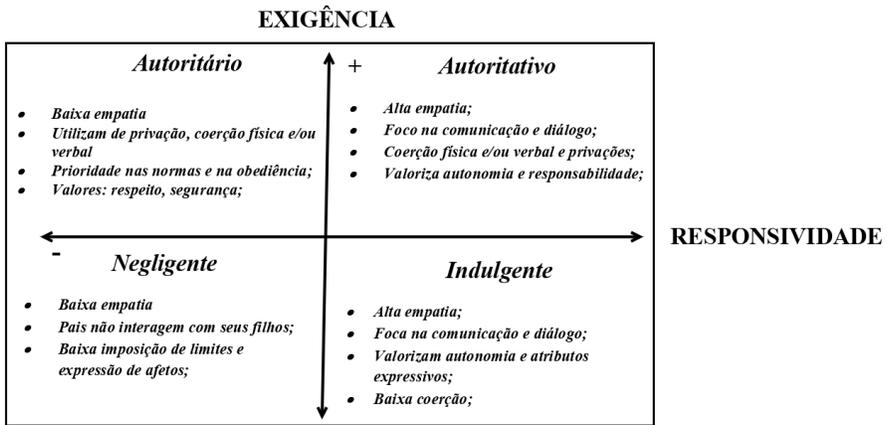
A dimensão exigência está relacionada ao estabelecimento dos limites das condutas dos filhos, por meio de atitudes de controle, supervisão e imposição. O objetivo está na integração da criança ao grupo social por meio da disciplina e obediência às normas, utilizando-se, principalmente, de formas físicas e/ou verbais de coerção em situações de desobediência. Enquanto que a responsividade se refere a pais que demonstram afeto e explicação. Possui como objetivo inserir o filho ao grupo social com autoconfiança, utilizando-se, por exemplo, de atitudes de apoio, encorajamento, reciprocidade e explicação.

Maccoby e Martin (1983) consideraram que os pais podem utilizar as duas dimensões de maneira independente, onde um *estilo autoritário* seria derivado da exigência com pouca responsividade e o *estilo indulgente* fruto da utilização da responsividade com pouca exigência. Os pais que combinam as duas dimensões, empregam um *estilo autoritativo* e os que nem são exigentes e nem responsivos, usam o *estilo negligente*.

Assim, Maccoby e Martin (1983) propuseram um estilo a mais que o modelo proposto inicialmente por Baumrind (1971), pois entendem que o estilo permissivo caracterizado pelo baixo autoritarismo (pouca exigência), pode existir em pais com pouca responsividade (estilo negligente) ou com muita responsividade (estilo indulgente). Essa diferenciação tem se mostrado relevante para os estudos de socialização, pois as crianças apresentaram diferenças importantes entre os estilos *negligente* e *indulgente* (Martínez; García, 2007; Musitu; García, 2004).

A figura 1 apresenta o modelo bidimensional da socialização parental, com os quatro estilos de socialização originados do cruzamento das dimensões.

**Figura 1.** Modelo bidimensional da socialização parental (Maccoby; Martin, 1983)



Da direita para a esquerda, de baixo para cima, o primeiro estilo é o *autoritário*. Esse talvez tenha sido o estilo parental mais prevalente na educação dos filhos brasileiros, principalmente até meados do século passado (Freitas, 2003). Caracteriza-se pela conduta que possui como desígnio moldar, controlar e avaliar se o comportamento e as atitudes dos filhos estão de acordo com os defendidos pelo grupo social.

Esse estilo tende a restringir a autonomia do filho e visa resguardar o respeito às responsabilidades dadas, preservando a ordem e a estrutura tradicional (Martínez; García, 2007; Musitu; García, 2004). O estilo autoritário acontece, principalmente, por meio de práticas de privação, de coerção física e/ou verbal. Fonsêca (2008), em revisão da literatura, indicou que esse estilo assinala para dificuldades dos filhos com desempenho escolar e com relações sociais.

O *estilo negligente* se caracteriza por pais que apresentam muita dificuldade em interagir com os filhos. Não estabelece limites de comportamento e normas e se verifica falta de supervisão, controle e cuidados com os filhos. Esse estilo está mais presente em pais com pouco tempo para participar de atividades com os filhos e é composto por indiferença e displicência.

Fonsêca (2008) expõe que essas crianças tendem a ter mais problemas nas esferas acadêmicas, afetivas e comportamentais. Talvez esse tipo de relação entre pais e filhos possa ser análogo com o descrito por Ariès (2014) referente ao ocorrente em meados do Renascimento Cultural, em que os pais eram ausentes enquanto instituição socializadora. Porém, nesse

período, a socialização infantil se dava fundamentalmente pela comunidade, que apresentava normas bem específicas e pouco mutáveis, baseadas em valores e comportamentos morais estabelecidos pela Igreja Católica.

O terceiro estilo é o *autoritativo*. Os pais que utilizam este estilo buscam equilíbrio entre autonomia e conformidade disciplinar. Para isso, fazem uso de práticas de diálogo e afeto, e práticas de privação e coerção, quando jugam necessárias. Procuram exercer controle sobre o filho, mas estimulando, por meio da comunicação, a reflexão sobre as restrições e reconhecendo a necessidade de o filho desenvolver autonomia no raciocínio sobre as normas sociais. Este estilo se caracteriza por alto nível de reponsabilidade, aceitação e exigência.

Com a utilização de uma comunicação empática, os pais refletem e estimulam os argumentos dos filhos, que tendem a apresentar elevada autoestima, desempenho acadêmico, com habilidades sociais, adaptação psicológica e menores níveis de problemas comportamentais (Fonsêca, 2008).

O último estilo, chamado de *indulgente*, refere-se a pais que possuem atitudes semelhantes ao *autoritativo*, com exceção de que não fazem uso de práticas de privação e coerção, ou seja, ausência do domínio de Exigência. Dessa forma, não são indiferentes ou displicentes com as necessidades dos filhos, mas seu foco para a socialização está no diálogo e afeto e não acreditam em comportamentos punitivos como meio de socialização. Esses pais consideram que a explicação e afeto são fundamentais e centrais para organizar os comportamentos dos filhos.

A literatura não possui um consenso quanto aos diferentes benefícios entre os estilos *autoritativos* ou *indulgentes*, pois os resultados não são consistentes. Alguns estudos mostram que os dois estilos apresentam correlações com o bem-estar subjetivo, ajustamento escolar, autoestima, desempenho acadêmico (Fonsêca, 2008; Soares, 2013).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em estilos parentais é crucial na psicologia e nas ciências sociais, especialmente considerando a diversidade cultural e social do Brasil, revelando um impacto significativo no desenvolvimento emocional, psicológico e social de jovens.

Assim influenciam não somente o processo educativo formal, mas também as dinâmicas familiares e interações sociais que moldam o indivíduo. Profissionais da área de educação e saúde mental são impelidos a integrar as percepções derivadas do estudo de estilos parentais para desenvolver abordagens mais eficazes e contextualizadas, que possam responder adequadamente aos desafios inerentes à diversidade cultural e social presente no Brasil, auxiliando na mitigação de problemas de saúde mental, baixa autoestima e comportamentos de risco entre os jovens.

Em suma, a investigação dos estilos parentais e suas implicações na socialização juvenil oferece uma lente através da qual podemos examinar a complexa interação de fatores que contribuem para o desenvolvimento de indivíduos mais saudáveis, empáticos e socialmente conscientes. Essa é uma contribuição inestimável para qualquer sociedade, mas particularmente relevante em um país diverso e multifacetado como o Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. C. S. **A Infância na Modernidade**: Entre a Educação e o Trabalho. Uberlândia: EDUFU, 2007.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BALDWIN, A. L. **Behavior and development in childhood**. New York: Dryden, 1955.

BAUMRIND, D. Current patterns of parental authority. **Developmental Psychology Monograph**, v. 4, n. 1, p. 10-21, 1971.

CAMINO, C.; CAMINO, L.; MORAES, R. Moralidade e socialização: estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social e o julgamento moral. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 16, n. 1, p. 41-61, 2003.

DARLING, N.; STEINBERG, L. Parenting style as context: An integrative model. **Psychological Bulletin**, v. 113, n. 3, p. 487-496, 1993.

ENGELS, F. A. **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. BestBolso, 2014.

FREITAS, M. C. **História Social da Infância no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GRUSEC, J. E. Socialization processes in the family: Social and emotional development. **Annual Review of Psychology**, v. 62, n. 1, p. 243-269, 2011.

HOEKZEMA, E. *et al.* Pregnancy leads to long-lasting changes in human brain structure. **Nature Neuroscience**, v. 1, n. 12, p. 1-14. <https://doi.org/10.1038/nn.4458>.

LA TAILLE, Y. **Limites: três dimensões educacionais**. São Paulo: Ártica, 1998.

MACCOBY, E. E. Historical overview of socialization research and theory. In: GRUSEC, J. E.; HASTINGS, P. D. (Eds.). **Handbook of socialization: Theory and research**. New York: Guilford Press, 2007. p. 13-41.

MACCOBY, E. E.; MARTIN, J. Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen; E. M. Hetherington (Eds.). **Handbook of child psychology** (4ª ed.). New York: John Wiley & Sons, 1983.

MARTÍNEZ, I.; GARCÍA, J. F. Impact of parenting styles on adolescents' self-esteem and internalization of values in Spain. **Spanish Journal of Psychology**, v. 10, n. 3, p. 338-348, 2007.

MUSITU, G.; GARCÍA, J. F. Consecuencias de la socialización familiar en la cultura española. **Psicothema**, v. 16, n. 3, p. 288-293, 2004.

ORTEGA, G. Socialización. In: L. Jacinto; J. Ortiz (Eds.). **Psicología social** (pp. 109-114). Madrid: Editora Pirámide, 1997.

SANTOS, L. M. S. **A relação entre os estilos de socialização materna e as concepções de perdão em adolescentes.** Dissertação de mestrado não publicada. João Pessoa, Paraíba: UFPB, 2014.

SOARES, A. K. S. **Valores Humanos e Bullying:** um estudo pautado na congruência entre pais e filhos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2013.

SHAKESPEARE, W. **O mercador de Veneza.** São Paulo: Editora Scipione, 2010.

XAVIER, L. B. A Família Brasileira em face da História e do Direito. **Revista Científica Fagoc Jurídica**, v. 1, n. 1, p. 39-52, 2016.

## CAPÍTULO 3

# CARACTERIZAÇÃO DO LINCHAMENTO E SUAS POSSÍVEIS CAUSAS

*Maria Edna Silva de Alexandre  
Cleonice Pereira dos Santos Camino  
Lilian Kelly de Sousa Galvão  
Viviane Alves dos Santos Bezerra  
Marília Pereira Dutra*

## 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama da literatura acerca da caracterização do linchamento e suas possíveis causas. Para tanto, buscou-se definir, operacionalmente, o que se compreende por linchamentos nesse capítulo, bem como apresentar sua recorrência no contexto brasileiro, a caracterização do público-alvo e as inferências relatadas na literatura pertinente sobre as possíveis causas motivadoras da prática do linchamento.

O fenômeno da violência no Brasil é multifacetado, com diversas formas de expressão, fazendo parte da experiência das pessoas no tecido social direta ou indiretamente, ocupando também grande centralidade na mídia. Nesse contexto, observa-se, por exemplo, o aumento de 88,8% entre 2017 e 2019 das mortes violentas por causa indeterminada, que são aquelas em que o Estado não foi capaz de identificar a motivação do óbito. Trata-se de um dado alarmante, mas que pode ser ainda maior devido a deterioração da qualidade dos sistemas de informação de mortalidade no país (IPEA *et al.*, 2021).

Dentre as múltiplas formas de violência recorrentes no Brasil dar-se destaque a um tipo muito peculiar, que vem despertando atenção da mídia e da comunidade científica: o linchamento. Em termos operacionais, compreende-se o linchamento como um tipo de violência coletiva, caracterizada, sobretudo, pela agressão física, direcionada a um indivíduo ou grupo que estejam sob acusação de ter cometido algum crime ou quebrado alguma normativa social (Martins, 2015).

Os linchamentos, consistem, portanto, em execuções sumárias de pessoas tidas como criminosas, em que a turba linchadora se reúne em volta

da vítima, realiza o ritual e em seguida se dissolve, aparentando espontaneidade sem prévia organização. Todavia, não se pode descartar a existência de grupos que se organizam e planejam esse tipo de ação, especialmente em territórios em que o linchamento é compreendido pela população como um dos poucos meios eficazes de se prover justiça (Sinhoretto, 2009). É importante destacar também, que esta modalidade de linchamento difere dos chamados linchamentos virtuais, que circunscrevem-se, exclusivamente, no âmbito das redes sociais e se qualificam pela exposição, xingamentos, injúrias e humilhação de um indivíduo ou grupo por parte de outro conjunto de pessoas nesses espaços (Mercuri; Lima-Lopes, 2020).

No que tange a recorrência dos linchamentos que acontecem no espaço físico no Brasil, as estatísticas indicam que essa prática tem sido registrada nas últimas décadas com frequência de pelo menos um caso por dia, com estimativa de que mais de um milhão de pessoas tenham participado de atos desse tipo, revelando uma “naturalização” dessa modalidade de justiça no contexto brasileiro (Alexandre *et al.*, 2019; Araújo *et al.*, 2021; Martins, 2015). Sublinha-se que, sejam os linchamentos que ocorrem no cotidiano físico ou aqueles que emergem na dinâmica das redes sociais, ambos trazem no bojo graves violações da dignidade humana.

Historicamente, tem-se notícia que atos de violência típicos do que hoje se entende por linchamento foram registrados no Brasil desde a colônia, antes mesmo que a nomenclatura fosse utilizada na América Inglesa no século XVIII e que chegasse ao Brasil por volta do século XIX. As práticas de linchamento ocorriam de maneira semelhante ao que se observa atualmente, tanto na forma, como nos significados, constituindo-se no imaginário popular como um modo de justiça, o popular “fazer justiça com as próprias mãos” (Martins, 2015; Natal, 2012; Soto, 2016).

Ao se constituir como uma espécie de “justiça do povo”, a prática do linchamento prescinde dos parâmetros de justiça oferecidos pelo Estado, conformando assim expedientes extra-oficiais de prover justiça. Nestes, não há uma preocupação com a proporcionalidade do crime e a penalidade aplicada, nem tão pouco com a averiguação da acusação. Nesse sentido, todos podem pagar com a vida, uma vez que quase todos os linchamentos acabam em morte, independente do crime que a vítima cometeu ou se a acusação foi julgada como procedente (Alexandre *et al.*, 2019; Martins, 2015; Ruotti *et al.*, 2009; Sinhoretto, 2002).

Os atos de linchamento em si já possuem um caráter de barbárie, contudo, ganham conotação ainda pior quando se observam os chamados rituais adicionais de violência, comumente associados a tais ocorrências. Estes, referem-se, por exemplo, ao dilaceramento, o esquartejamento, o fuzilamento e até mesmo a queima do corpo, como se fosse uma tentativa de anular no outro todo e qualquer resquício de humanidade (Lobo; Filho, 2017; Martins, 2015; Souza; Menandro, 2002). Este mesmo padrão também tem sido observado no cenário internacional (Ritchey; Ruback, 2017). Assim, os linchamentos contribuem para a intensificação dos ciclos de violência e graves violações dos Direitos Humanos, especialmente do direito à vida (Alexandre *et al.*, 2019; Ruotti *et al.*, 2009).

O linchamento e os referidos rituais de violências adicionais assumem um caráter de exemplaridade, a partir de uma espécie de demonstração das consequências para quem rompe alguma norma social (Sinhoretto, 2002). Entretanto, além dessa “função pedagógica” na qual pode-se configurar o linchamento, é importante destacar também o desejo de vingança que atravessa a população diante de algum crime, capaz de motivá-la para o ato de linchar alguém. Consoante a isso, Souza (1999, p. 333) faz uma ressalva muito elucidativa ao pontuar o seguinte:

Apesar da existência de um sistema racional que objetiva restringir o espaço da justiça pessoal, ele é incapaz, em muitos casos, de aplacar o espírito dos homens, não conseguindo controlar o sentimento de vingança, que algumas situações extremas produzem. O sentimento de vingança pode gradualmente se incorporar à representação de justiça. Fazer justiça, produzir a equivalência entre delito e pena, significa pagar com a mesma moeda: é a lei do “olho por olho, dente por dente”. Esta é a ética que funciona como regulador em tais ocorrências, associada obviamente a outros múltiplos determinantes.

Na referida citação de Souza (1999), cabe uma ressalva em relação a lógica do “olho por olho, dente por dente” que ele acredita estar contida na prática do linchamento. Trata-se de uma reflexão no sentido de que as ocorrências de linchamento não comportam essa suposta proporcionalidade, uma vez que não há, por vezes, nem o julgamento da acusação. Desse modo, metaforicamente, quem violou o dente de outrem pode ser penalizado com a violação de seu olho ou com a própria vida.

Outro fato associado a prática dos linchamentos que merece destaque especial refere-se as “vítimas preferenciais” desse tipo de justificação, conforme revela a literatura pertinente. Isso quer dizer, que as ocorrências de linchamento têm, em sua maioria, um alvo muito específico, relativo as pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente os homens entre 15 e 30 anos de idade e etnicamente reconhecidos como negros e mulatos (Martins, 2015; Natal, 2012; Ruotti et al., 2009; Sinhoretto, 2002). Tal panorama, além de denunciar o caráter discriminatório sob o qual assenta-se a prática do linchamento, evidencia também que os determinantes sociodemográficos e econômicos coadunam com a intensificação do ciclo da violência.

Embora comporte todos esses horrores, chama atenção a popularidade que o linchamento possui, não apenas por acontecer com muita frequência, mas também por, historicamente, se observar a diversidade do público que compõem as turbas linchadoras. Desde o Brasil colônia até os linchamentos contemporâneos, é comum observar a presença, por exemplo, de homens, mulheres, idosos e até crianças como expectadores e participantes ativos dos rituais de violência presentes nestes (Martins, 2015; Natal, 2012; Soto, 2016). Outro aspecto sobre a popularidade ou naturalização desse fenômeno, concerne a circulação na internet de vídeos em redes sociais como o youtube, retratando cenas de linchamento, como demonstrou Rodrigues (2013) em seu estudo.

Esta exposição além de revelar a banalização da violência, também está relacionada ao fato de que as ocorrências de linchamentos não costumam ser levadas ao sistema de justiça para uma possível responsabilização do grupo de linchadores, sendo raro os casos de julgamento e prisão destes. Isso ocorre, possivelmente, pelo fato de se referir a um ato coletivo, o que dificulta a identificação dos participantes e, portanto, a condução do rito judicial. Outra explicação plausível é a de que as autoridades públicas e a população legitimam esse tipo prática e não gostariam e nem achariam justo ver os linchadores presos (Sinhoretto, 2009).

No que tange ao comportamento da polícia diante das ocorrências de linchamento, por exemplo, tem-se observado que algumas equipes possuem uma atuação facilitadora para a continuidade dos atos violentos. A referida facilitação ocorre, por vezes, quando a polícia age com leniência para chegar ao local do crime ou mesmo estando na cena do crime permitem a continuidade dos rituais de violência e a dispersão da turba linchadora sem responsabilizá-la (Martins, 2015; Sinhoretto, 2009; Souza, 1999).

## 2 POSSÍVEIS CAUSAS MOTIVADORAS DO LINCHAMENTO

Os linchamentos estão se configurando como uma prática usual da população para resolver seus litígios, levantando questionamentos sobre o porquê optam por esse tipo de justicamento ao invés de recorrer ao aparato jurídico. Dentre as explicações possíveis para este fenômeno, a literatura tem apontado a descrença da população na justiça oficial, considerada como inoperante e permeada de ritos herméticos, morosos e pouco assimiláveis. A lei, por exemplo, é vista como insuficiente e até mesmo atenuante, para punir os infratores (Alexandre *et al.*, 2019; Lobo; Filho, 2017; Martins, 2015).

Outro aspecto interessante apresentado na literatura acerca das motivações para o linchamento está relacionado ao tipo de crime que o alvo do linchamento está sendo acusado de ter cometido. Nota-se, que os crimes considerados hediondos, como homicídios e violações sexuais, causam muita comoção social, alimentando na população o desejo de fazer justiça com as próprias mãos. Já os crimes contra a propriedade, embora também sejam motivos comuns de linchamentos, não causam tanta comisseração e, portanto, dispõem de menor engajamento da população (Alexandre *et al.*, 2019; 2022; Krupa, 2009; Lobo; Filho, 2017; Martins, 2015; Sinhoretto, 2009; Serra, 2008; Vutane, 2013). Inclusive, esta inferência teórica de que o tipo de crime influencia nas atitudes frente ao linchamento foi testada empiricamente e resultou na construção e validação da Escala de Atitudes Frente ao Linchamento, que consiste em um instrumento psicométrico preciso que pode compor as estratégias metodológicas para as investigações do tema no Brasil (Alexandre *et al.*, 2022).

A referida diferenciação ajuda compreender as atitudes e inferir possíveis comportamentos diante de potenciais situações de linchamento. Todavia, ao se ter a compreensão legitimada de que algumas situações que violam as normativas sociais são passíveis de serem resolvidas através do linchamento dos supostos infratores, aponta-se que este seria uma espécie de violência-resposta ao problema da violência (Lobo; Filho, 2017; Martins, 2015; Sinhoretto, 2009). Mais precisamente, Martins (2015, p.54) alerta que “o linchamento não é uma violência original: é uma segunda violência. Está fundamentalmente baseado num julgamento moral”.

Destarte, saber que o linchamento está baseado em um julgamento moral é fundamental para a compreensão de que há diferentes alicerces que referenciam a população para julgar o que é certo e o que é errado,

bem como o que é justo e o que é injusto. Assim, a população julga se o linchamento é correto ou incorreto e/ou se é uma forma de justiça ou injustiça. Nesse sentido, sublinha-se o estudo realizado por Alexandre *et al.* (2019) que objetivou, dentre outros aspectos, verificar diferenças na favorabilidade ao linchamento de estudantes de Psicologia e Ciências Exatas, tomando por base o nível de julgamento moral em que foram classificados, conforme a tipologia de Kohlberg (1969). Os resultados desta pesquisa indicaram que os estudantes das duas áreas classificados nos níveis mais baixos de juízo moral, que são ancorados em noções primitivas de justiça, demonstraram atitudes mais favoráveis ao linchamento.

A pesquisa de Alexandre *et al.* (2019) também identificou representações sociais acerca do linchamento a partir de duas dimensões, a saber: uma relacionada a compreensão do linchamento como uma prática motivada por questões sociais, como a descrença na justiça oficial e a necessidade de um rito alternativo de justiça; outra, ligada ao emocional, que atribui ao sentimento de impunidade e aos impulsos as motivações para o linchamento.

Em linhas gerais, todas estas supostas motivações para os atos de linchamento apontam para os perigos dele está se tornando uma prática alternativa e legitimada de se fazer justiça, pois ao prescindir dos ritos da justiça estatal, o linchamento fragiliza e se coloca como antítese do Estado Democrático de Direito. Certamente, há múltiplos outros determinantes que explicam a favorabilidade e prática do linchamento, sendo notáveis os esforços científicos, ainda que isolados, para compreender o fenômeno, mas ainda consiste em um campo que carece de novas investigações

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo objetivou realizar um panorama geral da literatura acerca da caracterização do linchamento e suas possíveis causas. Obviamente, as inferências e evidências preliminares descritas neste capítulo iluminam o entendimento da causa, mas também sinalizam a necessidade de composição de um modelo explicativo que condense essas informações, bem como agregue outras que sejam pertinentes. Destarte, é importante identificar e compreender as variáveis que podem estar na base das manifestações de favorabilidade ao linchamento, a fim de fornecer novos elementos teóricos e empíricos para ampliar a explicação sobre este fenômeno.

O linchamento, enquanto prática bárbara de violência, já representa por si só um perigo para o contrato social, mas ganha contornos ainda mais preocupantes quando se observa os rituais adicionais de desumanização que estão contidos na maioria desses atos. Diante disso, cabe refletir sobre o que a recorrente prática de linchamentos descortina para nós enquanto sociedade. Assim, quando se abrem as cortinas parece que é possível enxergar com mais nitidez a fragilidade do Estado e o desespero de uma sociedade que clama por continuar existindo, tentando eliminar aquilo ou aqueles que dificultam isso, como as pessoas acusadas de terem cometido algum crime e “desarmonizado” a comunidade.

Em linhas gerais, aponta-se como necessidade urgente o desenvolvimento de projetos de intervenções vocacionados para a redução da aquiescência às práticas violentas para resolução de conflitos como o linchamento e que estes considerem os aspectos individuais e a melhoria das condições socioeconômicas da população brasileira. Identificar as motivações da população para endossar a justiça com as próprias mãos consiste em uma etapa preponderante para o desenvolvimento de ações orientadas para superá-las.

Consoante, para que se cultive um futuro de paz, em que a diminuição da violência, especialmente aquela perpetrada nos atos de linchamento, seja uma condição básica, tem-se uma tarefa imperiosa pela frente. Para tanto, faz-se necessário um resgate de alguns aspectos, tais como: dos princípios humanistas, do contrato social com o Estado para a convivência social, da desnaturalização da criminalidade, da (re)avaliação do papel do Estado na distribuição de sanções punitivas e em sua responsabilização como agente de proteção social, a promoção da empatia e de princípios morais e de justiça direcionados ao respeito da vida humana. Esperançar com um novo cenário é urgente e possível, mas depende de planejamento, motivação e engajamento dos diversos setores da sociedade civil em parceria, irrestrita, com o Estado.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. E. S.; CAMINO, C. P. S.; GALVÃO, L. K. S. Construction and Validation of the Scale of Attitudes Towards Lynching, **Revista Psico-USF**, v. 27, n. 4, p. 613- 621, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-8271202270401>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

ALEXANDRE, M. E. S.; GALVÃO, L. K. de S.; SCARDUA, A. Representações Sociais e Julgamentos Morais de Estudantes Universitários sobre Linchamentos. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.35, 2019. Disponível em doi.org/10.1590/0102.3772e3554. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

IPEA, IJSN; FBSP. Atlas da violência 2021. São Paulo: Instituto Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11004>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

KOHLBERG, L. Stage and sequence: The cognitive developmental approach to socialization. In D. A. Goslin (Ed.), **Handbook of socialization theory and research**, p. 347- 480, 1969. Chicago: Rand McNally. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

KRUPA, C. Histories in red: Ways of seeing lynching in Ecuador. **American Ethnologist**, v. 36, n. 1, p. 20-39, 2009. Disponível em: [https://www.academia.edu/11443095/Histories\\_in\\_Red\\_Ways\\_of\\_Seeing\\_Lynching\\_in\\_Ecuador\\_American\\_Ethnologist](https://www.academia.edu/11443095/Histories_in_Red_Ways_of_Seeing_Lynching_in_Ecuador_American_Ethnologist). Acesso em: 17 de setembro de 2023.

LOBO, R. de A. A.; FILHO, M. S. D. C. Linchamentos em rede: justiça e violência-resposta na internet. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 5, n. 7, p. 190-216, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/11157>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

MARTINS, J. de S. Linchamentos, a justiça popular no Brasil. **UNIVESP TV**, 2015.

MERCURI, K. T.; LIMA-LOPES, R. E. Discurso de ódio em mídias sociais como estratégia de persuasão popular. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, p. 1216-1238, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/5nXh3dFwFnRvJfJXXydJXMj/?lang=pt>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

NATAL, A. L. **30 anos de linchamentos na região metropolitana de São Paulo-1980-2009**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18042013-121535/en.php>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

RITCHEY, A. J.; RUBACK, R. B. Prevendo a atrocidade do linchamento: as normas situacionais dos linchamentos na Geórgia. **Boletim de personalidade e psicologia social**, v. 44, n. 5, pág. 619-637, 2018. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0146167217733075>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

RODRIGUES, D. O círculo da punição: o linchamento como cena de acusação e denúncia criminal. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 4, p. 625-643, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5638/563865701004.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

RUOTTI, C. *et al.* Graves violações de direitos humanos e desigualdade no município de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, p. 533-540, 2009. Disponível em: [http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/9417/art\\_RUOTTI\\_Graves\\_violacoes\\_de\\_direitos\\_humanos\\_e\\_desigualdade\\_2009.pdf?sequence=1](http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/9417/art_RUOTTI_Graves_violacoes_de_direitos_humanos_e_desigualdade_2009.pdf?sequence=1). Acesso em: 22 de setembro de 2023.

SERRA, C. **Linchamentos em Moçambique: Uma desordem que apela à ordem**. Imprensa universitária, 2008.

SINHORETTO, J. Os justiçadores e sua justiça Linchamentos, costume e conflito. **Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)**, Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SINHORETTO, J. *et al.* Linchamentos: insegurança e revolta popular. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 4, p. 72-92, 2009. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/41/39>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

SOTO, W. H. G. Uma sociologia dos linchamentos no Brasil. **Revista História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.23 n. 1, p. 227-229, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/K9qYDZwggPnKCCWnwRF5qyw/?lang=pt#>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

SOUZA, L.; MENANDRO, P. R. M. Vidas apagadas: vítimas de linchamentos ocorridos no Brasil (1990-2000). **Psicologia Política**, v. 2, n. 4, p. 249-266, 2000. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv2n4/Capitulo%204.pdf>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

SOUZA, L. Judiciário e exclusão: O linchamento como mecanismo de reafirmação de poder. **Análise Psicológica**, v. 17, n. 2, p. 327-338, 1999. Disponível em: [http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087082311999000200009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087082311999000200009&script=sci_arttext). Acesso em: 19 de setembro de 2023.

VUTANE, J. B. **A problemática de linchamentos públicos em Moçambique**: Caso específico dos bairros da cidade de Chimoio. 2013. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67314>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

## CAPÍTULO 4

# O PROCESSO DE INCLUSÃO EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO DE LEVAMENTO DA LITERATURA A PARTIR DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL DE VIGOTSKI

*Ingrid Rayssa Lucena Ferreira  
Fabíola de Sousa Braz Aquino*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da pesquisa de tese da primeira autora, para quem o sistema regular de ensino é um espaço favorecedor de uma educação de qualidade, que pode beneficiar pessoas com ou sem deficiência. Adota-se como referencial teórico a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski, marcadamente os estudos sobre a Defectologia, presentes no Tomo V das Obras Escolhidas (Vigotski, 1983/2022).

Vigotski engloba nos princípios da sua teoria geral diversos tipos de desenvolvimento, tais como: o da pessoa surda, cega, com deficiência intelectual e outras formas distintas de desenvolvimento agravado por uma deficiência (Vigotski, 2022, 2021). Em suas formulações, o autor explorou o fato de que os princípios e conceitos da teoria estão presentes em ambos os tipos de desenvolvimento. A partir desta ideia, o autor defendeu integrar a pedagogia da educação regular à Educação Especial. Nesta perspectiva, entende-se que quando o desenvolvimento está momentaneamente estagnado por um obstáculo que impede o seu curso, ou o caminho é interrompido, outras possibilidades ou caminhos indiretos são criados (Vigotski, 2022, 2021; Vigotsky; Luria, 1996).

Vigotski postulou que os princípios e conceitos de sua teoria do desenvolvimento podem ser utilizados para compreender sujeitos com diversos tipos de desenvolvimento, o que engloba formas distintas de funcionamento psicológico agravado por uma deficiência (Vigotski, 2022; 2021). O autor defendeu a tese segundo a qual “caminhos indiretos de desenvolvimento são possibilitados pela cultura quando o caminho direto está impedido”

(Vigotski, 2011; p.863). Acrescenta-se como fundamental a premissa do autor de que a principal via para compensar a deficiência é o acesso à cultura e a uma educação regular que incorpore a educação especial, bem como crie alternativas e estratégias de ensino compatíveis com diferentes tipos de desenvolvimento (Vigotski, 2022; 2021, Vigotski; Luria, 1996).

Autores contemporâneos (Souza; Dainez, 2022; Dainez; Smolka, 2019; Dainez; Freitas, 2018; Stetsenko; Selau, 2018) afirmam a atualidade e pertinência das ideias de Vigotski acerca de sua compreensão de desenvolvimento humano, especificamente suas contribuições para pensar a escolarização da pessoa com deficiência, e propostas de Educação Inclusiva. Estes autores também apresentam os desafios para propostas de Educação Inclusiva, tal como a cisão entre Educação Especial e ensino regular.

Segundo Bezerra (2021), a forma como esta política se deu no país, sem a conscientização e formação necessária de profissionais, compromete a implementação de uma educação inclusiva, bem como provoca disparidades entre a política pública e a Declaração de Salamanca de 1994, tais como: o público-alvo desta política pública, e a compreensão de inclusão escolar.

Em 2015, instituiu-se a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13.146/15), que assegura o oferecimento de ensino em todos os níveis e modalidades do Sistema Educacional Brasileiro, e a institucionalização do Atendimento Educacional Especializado no Projeto Pedagógico, com profissionais de apoio (Brasil, 2015). Conforme Machado e Moraes (2020), a escola é um contexto de extrema importância na experiência humana, e seu acesso tem como principal objetivo construir o humano em cada indivíduo. Daí a importância de se efetivar, nos contextos formais de educação, práticas inclusivas.

A partir do exposto, o objetivo desse capítulo é abordar, por meio de uma pesquisa em bases de dados científicas, práticas profissionais que reflitam uma educação inclusiva no âmbito educacional, a partir do enfoque histórico-cultural de Vigotski.

## 2 MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão da literatura integrativa. A pesquisa adotou como estratégia de busca em bases de dados científica (ERIC, Scielo, Lilacs, Pepsic, Scopus, PsycArticles e Web of Science), e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram utilizados opera-

dores booleanos em concomitância com os seguintes descritores: “Inclusão Escolar”, “Educação Inclusiva”, “Desenvolvimento Humano”, “Escolas”, “Mediação da Aprendizagem”, “Pessoas com Deficiências”, “Vigotski”. Estes descritores foram organizados em quatro agrupamentos de descritores para busca nas fontes de informações supracitadas, são estes: “inclusão escolar”, “desenvolvimento humano” e “escolas”; “pessoas com deficiência”, “educação inclusiva” e “Vigotski”; “inclusão escolar”, “desenvolvimento humano” e “Vigotski”; “inclusão escolar”, “pessoas com deficiência” e “Vigotski”.

Convém ainda esclarecer que a escolha dessas fontes se justifica pela abrangência de estudos desenvolvidos no âmbito nacional e internacional. Os descritores foram inseridos nas respectivas bases considerando variações de escrita dos termos utilizados, de acordo com o idioma oficial e a nomenclatura adotada por elas. O total de trabalhos encontrados nas fontes supracitadas foram vinte e oito, sendo ERIC = 4, Lilacs = 1, Scopus = 1, e na BDTD = 22.

Para o tratamento dos dados obtidos nas buscas, adotou-se como critérios de inclusão: *estudos teóricos, de pesquisa empírica; trabalhos que investigassem a temática da Educação Inclusiva; trabalhos realizados no contexto da Educação Básica; artigos, dissertação ou tese publicada/ defendida entre os anos de 2012 a 2022; e pesquisas cujo tema fosse a deficiência no contexto educacional.* Após o levantamento foram lidos os resumos dos trabalhos obtidos das buscas nas bases de dados e na BDTD. Após leitura dos títulos e resumos obtive como resultado quatro pesquisas oriundas do banco de teses e dissertações BDTD = 4. Os trabalhos científicos encontrados foram estes: Borges (2016), Souza (2017), Faria (2018) e a tese de Hora (2020). As produções selecionadas foram analisadas considerando as seguintes categorias de análise: *embasamento teórico e argumentos sobre o tema; delineamento de pesquisa; participantes; procedimentos e intervenções; e principais resultados das pesquisas* (Albuquerque; Braz Aquino, 2018). Os resultados foram discutidos a partir das formulações de Vigotski (2022, 2021, 2018) sobre a deficiência, e autores contemporâneos (Toomela, 2019; Dainez; Freitas, 2018; Dainez; Smolka, 2019; Stetsenko; Selau, 2018) que têm explorado e discutido a referida temática.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que concerne ao *embasamento teórico*, os estudos selecionados utilizaram a perspectiva de Vigotski (2018), em especial, sua concepção de desenvolvimento, princípios e conceitos gerais dessa teoria, a exemplo do estudo de Borges (2016), Souza (2017), que retomaram a noção de desenvolvimento humano como não linear, com permanências e mudanças, crises e rupturas. Os estudos de Borges (2016), Faria (2018) e Hora (2020) defendem o materialismo histórico e dialético para a ampliação da concepção de ser humano, além do viés unicamente biológico. Essa concepção é compartilhada pelos demais estudos identificados no levantamento (Souza, 2017; Faria, 2018; Hora, 2020).

Borges (2016) utilizou a teoria de Vigotski para alicerçar seus argumentos acerca dos desafios na prática docente com estudantes que têm deficiência visual. A pesquisadora buscou compreender como pensa o estudante com deficiência visual, e as situações pedagógicas que podem ser propícias para a construção do pensamento, a formação de conceitos e as aprendizagens escolares. A autora, fundamentada nas ideias de Vigotski, retoma a premissa a qual afirma que o desenvolvimento, quando impedido por uma deficiência orgânica, deve criar caminhos alternativos mediados por ferramentas e estratégias que mobilizem o desenvolvimento de comportamentos culturais (Vigotski, 2022, 2021, 2018; Vigotsky; Luria, 1996).

Em outro estudo, Souza (2017) buscou possibilidades de avaliação da aprendizagem de pessoas com deficiência com base em argumentos da Psicologia Histórico-Cultural. Conforme essa autora, as crianças sem deficiência adquirem competências sociais sem grandes dificuldades, diferente do que ocorre com pessoas com deficiência. StetSenko e Selau (2018) acrescentam que esta aquisição aparentemente natural por parte de crianças com desenvolvimento típico se deve antes à adequação dos instrumentos culturais do que ao seu perfil biofisiológico. Mais que isso, as consequências sociais são o ponto chave na discussão sobre o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

No que tange a estudos que exploraram aspectos diretamente ligados à aprendizagem e/ou à inclusão escolar de estudantes com deficiência, Faria (2018) e Hora (2020), resgataram as contribuições de Vigotski (1996; 2022; 2021) sobre o desenvolvimento da pessoa com deficiência para pensar o processo de escolarização no contexto regular da Educação Básica.

A pesquisa de Faria (2018) evidenciou a importância das emoções como mediadores importantes no psiquismo humano, bem como orientadoras do comportamento. O estudo evidenciou a complexa relação entre o intelecto, afeto e volição, aqui entendida como central no processo de desenvolvimento, e importante caminho para o investimento em adaptações por parte do contexto educacional.

Em uma outra vertente, Hora (2020) explorou os aspectos da teoria de Vigotski, relacionados à formação das funções psicológicas superiores, e discutiu os fundamentos da Defectologia deste autor. Ainda, em seu trabalho Hora (2020) compreende que o meio social tanto pode apresentar elementos facilitadores que propiciam desenvolvimento, quanto pode ter elementos que se expressam como barreiras para a reestruturação das funções psicológicas superiores.

No que diz respeito ao *delineamento de pesquisa* do presente levantamento, percebeu-se a predominância da pesquisa qualitativa, tais como, estudos de caso (Borges, 2016; Souza, 2017) e estudos teóricos (Faria, 2018; Hora, 2020). Nesses estudos, os participantes eram principalmente professores de Educação Básica (Borges, 2016; Faria, 2018; Hora, 2020) e estudantes (Souza, 2017). As quatro produções selecionadas utilizaram as seguintes metodologias de pesquisa: pesquisa de campo (Faria, 2018; Souza, 2017; Borges, 2016), e pesquisa documental (Souza, 2017; Faria, 2018). Destaca-se ainda que Souza (2017) realizou um estudo de campo que utilizou como método o grupo focal, e que mais de um estudo utilizou diferentes metodologias.

Os instrumentos utilizados nestes estudos foram: roteiros de entrevistas semiestruturados (Borges, 2016; Souza, 2017; Faria, 2018; Hora, 2020) e roteiro de entrevista aberta a partir de uma atividade solicitada. Pediu-se às professoras que tirassem fotos que representassem suas emoções nas situações relativas à prática docente (Faria, 2018).

No que se refere aos *principais resultados das pesquisas* levantadas, Borges (2016) encontrou dificuldades de professores no ensino médio regular e de AEE no processo de inclusão de estudantes com deficiência visual que englobavam: falta de formação adequada às exigências das práticas docentes junto aos estudantes referidos acima; infraestrutura precária; falta de recursos e materiais; dificuldades de adaptação de atividades em que a visão é essencial; falta de conscientização e preconceito dos estudantes

sem deficiência; falta de diálogo entre os professores, e a necessidade de um outro profissional de apoio (em sala de aula).

Também se encontrou no relato de professores de ensino regular e de AEE que as principais estratégias e recursos que eles têm utilizado em suas práticas são: uso de materiais e instrumentos especiais para aprendizagem do sistema Braille; atendimento individual personalizado no contraturno do ensino regular; interação do aluno com deficiência visual com os demais colegas, conscientização dos professores; formação dos professores de sala de aula regular, entre outras estratégias utilizadas.

Borges (2016) verificou ainda que os participantes em seus relatos revelam atitudes positivas frente à inclusão escolar, bem como demonstram ter iniciativa ao propor e buscar realizar atividades adaptadas em sala de aula regular, bem como atividades dentro do contexto do AEE. Os resultados a partir dos relatos apontam que uma compreensão de que a educação inclusiva é necessária, ainda que os participantes evidenciem dificuldades e entraves a uma educação inclusiva. Autores como Bezerra (2021) atestam que resultados como esses são frequentes e se repetem nos estudos da área (Souza; Dainez, 2022; Bezerra, 2021; Dainez; Smolka, 2019).

Em outra experiência, Souza (2017) percebeu inicialmente uma concepção acerca das possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento da pessoa com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), restrita a uma compreensão meramente quantitativa de avaliação da aprendizagem, ou sejam não avaliava de fato o processo de ensino-aprendizagem. Nos encontros com os professores identificou-se também que, ao longo do tempo, houve melhora modesta do desempenho dos estudantes cujos professores participaram. Também se notou que o aumento da participação dos estudantes nas atividades de avaliação.

Esses resultados evidenciam a importância de outros profissionais propiciarem espaços aos professores para discussão e reflexão, para que possam rever suas práticas. Defende-se que os psicólogos possam exercer esta tarefa, tal como referido nas referências técnicas para a atuação de psicólogas(os) na Educação Básica (CFP, 2019) e por diversos autores da área (Souza; Dainez, 2022; Bezerra; Correia, 2020; Machado; Moraes, 2020; Dainez; Smolka, 2019; Braz-Aquino; Ferreira; Cavalcante, 2016; Patto, 2010).

Considera-se relevante acrescentar resultados dos estudos de Faria (2018) e Hora (2020) sobre as concepções e emoções de docentes acerca da inclusão e da deficiência. No estudo de Faria (2018) demonstrou que as

emoções negativas foram as mais citadas (medo, insegurança, impotência, desamparo), o que não se distanciou muito dos resultados obtidos a partir das entrevistas. A partir dos resultados das entrevistas, no primeiro encontro, solicitou-se aos professores que tirassem fotos que representassem suas emoções frente as situações relativas a prática docente para trabalharem em um segundo encontro. A questão norteadora foi “conte sobre suas fotografias. Você pode dizer o que quiser sobre elas ...” (Faria, 2018, p. 135). O estudo também evidenciou vivências positivas das três professoras do ensino fundamental I e dificuldades em áreas específicas.

Quanto à inclusão, as professoras relataram dificuldades, e duas delas a falta de preparo para atuar nessa perspectiva. Enquanto uma das docentes possui formação na área da educação especial e parece mais confiante em atuar nessa perspectiva na escola, a outra não possui formação específica. Evidenciou-se que as professoras, ao refletirem sobre as próprias fotografias, revelavam significados e sentidos profundos construídos a partir de suas realidades concretas sobre o que é a docência, e o que esperar do “aluno da inclusão”.

Hora (2020) realizou um estudo que tinha como objetivo geral conhecer a percepção de professoras sobre educação inclusiva. Os resultados evidenciaram que as professoras percebem que a deficiência implica limitações que podem e precisam ser superadas para que o indivíduo se desenvolva. As entrevistadas revelaram que há possibilidades de a criança se desenvolver e alcançar certa independência. Por outro lado, as professoras alegam a necessidade de discussões mais aprofundadas e formação continuada. Vale ainda destacar que das quatro professoras polivalentes que participaram deste estudo, duas tinham especialização em educação especial, enquanto outras duas profissionais faziam doutorado em educação com ênfase em estudantes com NEE.

Nas entrevistas as professoras relataram ainda uma série de dificuldades e impedimentos à implantação de propostas inclusivas de educação, tais como: falta de recursos financeiros, falta de formação adequada para conseguirem atuar junto às crianças da educação especial em sala, falta de um profissional especialista na escola para atender este grupo de crianças, entre outros.

Percebe-se que os estudos investigados tomaram como foco de seus trabalhos diferentes aspectos da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski (2022, 2021, 2018; Vigotsky; Luria, 1996). Os trabalhos ainda evidenciaram

concepções favoráveis dos profissionais da Educação Básica (principalmente, de professores) em relação à inclusão. Em contrapartida, ainda revelam se sentirem despreparados, inseguros e angustiados frente às demandas de inclusão escolar. Os participantes também descreveram muitas dificuldades e entraves ao processo educacional inclusivo.

Entende-se que esses resultados devem considerar as concepções acerca do desenvolvimento humano e de escola as quais devem alicerçar as práticas de educadores na perspectiva de fomentar uma escola efetivamente inclusiva.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo objetivou levantar e analisar as produções científicas, entre os anos de 2012 e 2022 sobre a prática de educação no âmbito de uma educação inclusiva, e a proposta de inclusão escolar de pessoas com deficiência, por meio de um levantamento da literatura.

O levantamento identificou quatro pesquisas que revelaram concepções e emoções ambivalentes frente à inclusão escolar: se por um lado os participantes das pesquisas demonstraram interesse e apontaram a importância de promover a inclusão escolar, por outro, relataram inseguranças, dificuldades e barreiras para que tal proposta se efetive na escola regular. Entre as principais dificuldades, destacam-se a falta de preparo para atuar junto à demanda da Educação Especial na perspectiva inclusiva na escola regular, e a escassez de recursos nas respectivas instituições escolares, que privilegiem o desenvolvimento humano e uma educação inclusiva. Também foram mencionadas as estratégias no trabalho dos profissionais da Educação Básica frente à inclusão escolar, que englobaram o uso de jogos e atividades adaptadas.

Diante disto, entende-se que os resultados dos estudos podem proporcionar reflexões pertinentes à atuação dos profissionais da educação para a promoção de uma educação escolar inclusiva. Mais especificamente, defende-se a importância de os profissionais da educação conceberem a deficiência a partir da Psicologia do Desenvolvimento de base histórico-cultural, pelos argumentos já apresentados. Advoga-se que os profissionais assumam em suas práticas uma ampla compreensão dos aspectos inerentes a todo e qualquer desenvolvimento humano, ao mesmo tempo que considerem as peculiaridades e complexidade do indivíduo com ou sem deficiência.

Ademais, espera-se que novos estudos busquem compreender e investigar as práticas profissionais, não só dos professores da Educação Básica que compuseram os participantes dos estudos investigados, mas também de psicólogos que trabalham em contextos educacionais, visando a promoção de uma educação escolar inclusiva que se traduza em um processo que colabore para a inclusão social.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. de; BRAZ AQUINO, F. de S. B. Psicologia escolar e relação família-escola: Um levantamento da literatura. **Psico-USF**, v. 23, n. 3, p. 307-318, 2018.

BEZERRA, G. F. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva. **Roteiro**, v. 46, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v46i.24342>.

BEZERRA, H. J. S.; CORREIA, M. de F. B. Psicologia Escolar e educação inclusiva na perspectiva dos direitos humanos. In: MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria; SANT'ANA, Izabella Mendes (org.). **Práticas Exitosas em Psicologia Escolar Crítica**. 1. ed. Campinas, São Paulo: Alínea, 2020. p. 31-53.

BORGES, T. C. B. **Deficiência Visual**: dificuldades e estratégias do professor no processo de inclusão escolar e no ensino médio. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. 195p.

BRASIL, **Lei n. 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília/DF: Presidência da República, 2015.

BRAZ-AQUINO, F. de S.; FERREIRA, I. R. L. ; CAVALCANTE, L. de A. Concepções e práticas de psicólogos escolares e docentes acerca da inclusão escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, p. 255-266, 2016.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica**. Brasília – DF: CFP, 2019.

DAINEZ, D. ; FREITAS, A. P. de. Concepção de educação social em Vigotski: apontamentos para o processo de escolarização de crianças com deficiência. **Horizontes**, v. 36, n. 3, p. 145-156, 2018.

DAINEZ, D. ; SMOLKA, A. L. B. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, v. 45, p. 1-18, 2019.

FARIA, P. M. F. de. **As emoções do professor frente à inclusão escolar**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018, 261 p.

GLAT, R. ; PLETSCH, M. D. **Inclusão Escolar de Alunos com Necessidades especiais**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 164p.

HORA, G. S. da. **Práticas Pedagógicas Inclusivas**: percepção de educadoras brasileiras e lusitanas. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. 383p.

MACHADO, A. F. C. ; MORAES, D. S. de. Atuação do psicólogo escolar na psicologia escolar na educação especial: construindo possibilidades de intervenção. In: FACCI, M. G. D.; ANACHE, A. A. (org.). **Psicologia e educação especial**: desenvolvimento humano, formação e atuação profissional. Curitiba: CRV, 2020. p.149-160.

PATTO, M. H. de S. **Introdução à psicologia escolar**. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010. 468p.

SOUZA, A. A. de. **Avaliação das Aprendizagens e Deficiência**: uma proposta de possibilidades para além da quantificação, 2017. Dissertação

(Dissertação de Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. 159p.

SOUZA, F. F. de; DAINEZ, D. Defectologia e Educação Escolar: implicações no campo dos Direitos Humanos. **Educação e Realidade**, v. 47, p. 1-18, 2022.

STETSENKO, A.; SELAU, B. A abordagem de Vygotsky em relação à deficiência no contexto dos debates e desafios contemporâneos: Mapeando os próximos passos. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 315-324, 2018.

TOOMELA, A. Vygotskian (but only partly Vygotsky's) understanding of special education. **Educação**, v. 41, n. 3, p. 347-361, 2018.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Completas** – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2022. 488p.

VIGOTSKI, L. S. (1983/2021). **Problemas da defectologia**. Trad.: PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

VIGOTSKI, L. S. **Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia**. PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth (org.). Trad.: PRESTES, Zoia; TUNES, Elizabeth; SANTANA, Claudia da Costa Guimarães. Rio de Janeiro: E-papers, 2018.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento**: símios, homem primitivo e criança. Tradução de OLIVEIRA, Lólio Lourenço de. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 252 p.

## CAPÍTULO 5

# CONHECIMENTO FACTUAL E PERCEBIDO SOBRE O SUICÍDIO E SEUS IMPACTOS NAS INTENÇÕES DE AJUDAR ALGUÉM EM RISCO

*Viviane Alves dos Santos Bezerra  
Lilian Kelly de Sousa Galvão  
Cleonice Pereira dos Santos Camino  
Maria Edna Silva de Alexandre  
Marília Pereira Dutra*

## 1 INTRODUÇÃO

O conhecimento, também chamado de alfabetização ou literacia em suicídio, pode ser definido como o nível de saber que um indivíduo possui sobre o suicídio e o comportamento suicida, sua capacidade de reconhecer sinais de alerta e fatores de risco para o suicídio e sua compreensão de como e quando intervir (Morton *et al.*, 2021).

De acordo com Porte *et al.* (2020), nas últimas três décadas o conhecimento sobre o suicídio tornou-se uma variável importante nas pesquisas e para as estratégias de prevenção, especificamente naquelas ações desenvolvidas em âmbito comunitário. Uma das principais razões para isto, foi a percepção de que o nível de conhecimento da população geral a respeito do assunto é insuficiente, o que influencia de forma negativa a prestação de cuidados adequados àqueles indivíduos que necessitam de ajuda (Almeida *et al.*, 2020). Desde então, tem-se buscado aumentar o conhecimento sobre o suicídio tanto entre profissionais de saúde, quanto entre a população geral, com diversos estudos apontando os benefícios que o conhecimento elevado sobre o suicídio pode promover. Dentre os principais benefícios, destacam-se a diminuição do estigma sobre o suicídio e o aumento da busca de ajuda por parte daqueles que estão em risco (Aldalaykeh *et al.*, 2020; Almeida *et al.*, 2020; Al-Shannaq; Aldalaykeh, 2021; Arafat *et al.*, 2022; Caele *et al.*, 2021; Chan *et al.*, 2014; Jung *et al.*, 2016; Öztürk; Akin, 2018; Porte *et al.*, 2020).

Apesar da extensa literatura demonstrando que o conhecimento sobre o suicídio afeta o estigma em torno do suicídio e os comportamentos e intenções de busca de ajuda, até o momento poucas investigações foram realizadas explorando como a alfabetização sobre o suicídio afeta o envolvimento da comunidade em ações de prevenção, mais especificamente, a oferta de ajuda a pessoas em risco de vida (Jung *et al.*, 2016). Entre os poucos estudos efetivados nesta direção, tem-se a pesquisa de Cruwys *et al.* (2018), realizada com uma amostra comunitária da Austrália, na qual se buscou investigar o efeito da alfabetização sobre o suicídio no tipo de ajuda prestada àqueles que vivenciam ideias suicidas. De modo geral, os resultados do estudo indicaram que a relação entre conhecimento e prestação de ajuda não é direta. Observou-se que os participantes com alto nível de alfabetização em suicídio tendem a ser mais hesitantes em recomendar ajuda profissional a pessoas em sofrimento psíquico porque tais recomendações são muitas vezes associadas ao estigma em relação aos transtornos psicológicos. No entanto, essa tendência desaparece quando pessoas com alto nível de alfabetização em suicídio são apresentadas a um alvo suicida – presumivelmente porque nessa circunstância sua preocupação com a segurança do alvo e sua crença na utilidade da ajuda profissional superam sua preocupação com o estigma (Cruwys *et al.*, 2018). Já o estudo de Aldrich *et al.* (2023), apresenta resultados que vão na contramão dos achados de Cruwys *et al.* (2018), ao demonstrar que o nível de conhecimento sobre o suicídio de estudantes universitários não afetou a intenção destes de intervir junto a um par em risco de suicídio, o que desafia a noção de que é preciso estar bem informado para pretender agir. Esses resultados discordantes demonstram que o papel do conhecimento sobre o suicídio nas intenções de ajudar pessoas em risco de vida ainda não é evidente, sendo necessárias novas pesquisas para elucidar a relação entre essas variáveis.

Outra limitação que pode ser observada nos estudos que investigam o conhecimento sobre o suicídio, é o foco no conhecimento real ou factual. Conforme Park (2001), o conhecimento factual consiste na consciência de informações – como nomes, datas e fatos, baseadas nos consensos científicos vigentes, que são avaliados como respostas corretas ou erradas pelos pesquisadores. Contudo, apesar de ser favorecido na maioria dos estudos, o conhecimento factual não é a única fonte de saber a qual os pesquisadores podem ter acesso. Há algum tempo, o denominado conhecimento percebido passou a receber atenção na literatura, sendo definido como o

saber que as pessoas acreditam possuir sobre um determinado assunto, independentemente do que realmente possam conhecer (Park, 2001).

Embora inicialmente tenham sido adotados nas pesquisas de modo intercambiável, as evidências sugerem que, na verdade, o conhecimento factual e o percebido referem-se a domínios distintos, uma vez que estão apenas moderadamente correlacionados, além de impactar e sofrer influência de maneira distinta de outros construtos (Mabe; West, 1982). Por exemplo, algumas pesquisas demonstram que a exposição midiática a um tema (ex.: política) tende a influenciar os níveis de conhecimento percebido, mas não de conhecimento factual das pessoas (Granderath et al., 2021; Schäfer, 2020). Também se observa que aquilo que os indivíduos acreditam saber sobre um determinado assunto parece ter maior impacto nas suas atitudes e intenções comportamentais do que aquilo que de fato conhecem (Rios et al., 2018; Schneider et al., 2016). Este último ponto foi de particular importância para os pesquisadores, e é uma das razões pelas quais o estudo do conhecimento percebido tornou-se tão relevante.

Em face do exposto, o presente trabalho teve como objetivo investigar se o conhecimento (factual e percebido) sobre o suicídio predizem a disposição de brasileiros para ofertar ajuda a uma pessoa em risco de suicídio. Salienta-se que os resultados desse estudo possibilitarão vislumbrar as complexas relações entre conhecimento factual e conhecimento percebido sobre o suicídio, identificando qual das duas variáveis seria mais relevante para o desenvolvimento de programas de prevenção do suicídio em nível comunitário.

## 2 MÉTODO

### 2.1 DELINEAMENTO

Trata-se de uma pesquisa de campo, correlacional e de corte transversal.

### 2.2 PARTICIPANTES

Participaram do estudo em tela 1096 pessoas, com idades variando de 18 a 60 anos ( $M_{idade} = 32,08$ ;  $DP = 12,34$ ). A maioria dos participantes declarou ser do sexo feminino (70,2%), estar cursando ou ter concluído o ensino superior (50,45%) e identificaram-se como pessoas brancas (62,59%). No que se refere a região de residência e a crença religiosa, a maior parte

dos respondentes foi oriunda da região Nordeste do Brasil (40,69%) e se autodeclararam católicos (30,29%). No tocante a renda mensal familiar, os participantes, em sua maioria, alegaram possuir uma renda que variava entre 1 e 3 salários-mínimos (42,42%). Tratando-se das características psicossociais da amostra, especificamente a exposição ao suicídio (já ter conhecido alguém que faleceu por suicídio), a experiência com o comportamento suicida (já ter sofrido com ideias e/ou tentativas de suicídio) e a educação sobre o suicídio, os participantes, majoritariamente, disseram ter conhecido alguém que morreu por suicídio (34,21%), já ter sofrido com ideias e/ou tentativas de suicídio (70,62%) e já ter recebido algum tipo de treinamento/educação sobre o suicídio (56,57%).

## 2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para coleta de dados, foram adotados os seguintes instrumentos:

- **Escala de Apoio à Pessoa em Risco de Suicídio (EARS).** A EARS foi construída por Smith (1994) e validada para contexto brasileiro por Bezerra *et al.* (2022). Trata-se de um instrumento formado por 13 itens que buscam avaliar a disposição de um indivíduo para se envolver em comportamentos de ajuda frente a uma pessoa em risco de suicídio. A disposição para ajudar é avaliada nesta escala por meio de quatro dimensões: assistência, distração, informação e conversação. Para cada item o participante deve indicar o quanto estaria disposto a ajudar em uma escala de 1 (Pouco Disposto) a 7 (Muito Disposto). Desse modo, o score do participante no instrumento pode variar de 13 a 91, e quanto maior for sua pontuação em cada subescala, e na escala total, maior será a disposição para ajudar alguém em risco de suicídio. Para esta amostra, a escala total e as subescalas apresentaram valores adequados de consistência interna, avaliada por meio da confiabilidade composta (CC): EARStotal (CC = 0,83), assistência (CC = 0,87), distração (CC = 0,82), informação (CC = 0,69), conversação (CC = 0,60). A estrutura tetrafatorial também apresentou índices de ajuste satisfatórios:  $\chi^2/g.l.$  = 3,68;  $p < 0,001$ ; CFI = 0,97; TLI = 0,96; RMSEA = 0,05 (IC90% = 0,04 – 0,06).
- **Escala de Conhecimento Sobre o Suicídio – Forma Reduzida (ECSS-FR).** Essa escala foi desenvolvida por Calear *et al.* (2012), traduzida para o português brasileiro por Almeida *et al.* (2020), e teve a qualidade dos seus itens avaliada por Bezerra *et al.* (in prep.).

A ECSS-FR avalia o conhecimento factual dos indivíduos a respeito do comportamento suicida por meio de 12 itens. Os itens podem ser avaliados como verdadeiros, falsos ou “não sei”. Às respostas corretas é atribuído o valor de 1, e para as respostas incorretas e “não sei”, é atribuído o valor de 0. O total é fornecido ao somar as pontuações marcadas corretamente. Nesse sentido, o score pode variar de 0 a 12, sendo que maiores pontuações sugerem maior nível de conhecimento factual acerca do suicídio. Por ser uma medida com respostas corretas e erradas, os autores da versão original (Calear *et al.*, 2012, 2021) sugerem que suas propriedades psicométricas não devem ser avaliadas pela Teoria Clássica dos Testes (TCT), devendo-se apenas verificar a qualidade dos itens por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI). Desse modo, neste estudo, verificou-se apenas a sua consistência interna que, para fins de pesquisa, pode ser considerada aceitável: confiabilidade composta = 0,62.

- **Escala de Conhecimento Percebido Sobre o Suicídio (ECPSS).** A ECPSS foi construída por Bezerra *et al.* (in prep.), e tem como objetivo verificar como os indivíduos percebem o próprio conhecimento acerca do comportamento suicida. Este instrumento é formado por seis itens e apresenta uma estrutura unifatorial. Os participantes devem responder o quanto concordam com cada afirmação presente no instrumento a partir de uma escala de 5 pontos (1 = Discordo Totalmente; 5 = Concordo Totalmente). O score total é fornecido ao somar a pontuação de todos os itens, e pode variar de 6 a 30, com maiores pontuações indicando maior nível de conhecimento percebido sobre o suicídio. Para o estudo em tela, observou-se que a consistência interna da escala é satisfatória (Confiabilidade Composta = 0,90) bem como os índices de ajuste:  $\chi^2/g.l. = 2,95$ ;  $p < 0,002$ ; CFI = 0,99; TLI = 0,99; RMSEA = 0,04 (IC90% = 0,02 – 0,06).
- **Questionário Sociodemográfico e Psicossocial.** Por último, adotou-se um questionário contendo perguntas referentes à idade, ao sexo, ao nível de escolaridade, à região de residência, à crença religiosa, à renda mensal familiar, à exposição ao suicídio, à experiência pessoal com o comportamento suicida, e à experiência educativa com a temática do suicídio.

## 2.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio do *Google Forms*, plataforma na qual se criou um formulário *online*. Na primeira página desse formulário, foram apresentadas as informações pertinentes ao estudo (e.g. objetivos, número de aprovação no comitê de ética), de modo que os participantes deveriam fornecer seu consentimento livre e esclarecido antes de responder aos instrumentos apresentados na seção anterior. O *link* do formulário foi divulgado para os potenciais participantes da pesquisa por meio do e-mail e de redes sociais, como *Facebook* e *WhatsApp*, permanecendo aberto para respostas por um período de 90 dias.

## 2.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Primeiro, para caracterizar a amostra, realizou-se análises estatísticas descritivas (frequência, média e desvio-padrão). Em seguida, foram examinadas, por meio da correlação de Spearman, as associações entre a disposição para ajudar pessoas em risco de suicídio, o conhecimento factual e o conhecimento percebido sobre o suicídio.

Por fim, para atingir o objetivo principal deste estudo: identificar como o conhecimento factual e o conhecimento percebido predizem a disposição para ajudar pessoas em risco de suicídio, foram realizadas Análises de Regressão Linear Múltipla. De modo específico, foram testados quatro modelos de regressão considerando como variáveis preditoras o conhecimento factual e o conhecimento percebido e como variáveis dependentes cada uma das dimensões da EARS. A construção dos modelos de regressão foi realizada a partir do método *backward*, uma vez que ele é o menos sujeito a cometer erros do Tipo 2, ou seja, deixar passar um previsor que, de fato, prevê a variável dependente (Field, 2020).

Todas as análises foram realizadas com o auxílio do programa JASP, versão 0.14.1.0 e o limiar de significância estabelecido foi  $p < 0,05$ .

## 2.6 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisas (CEP), sob o número CAAE: 58620822.8.0000.5188, tendo sido conduzida respeitando os preceitos éticos recomendados pela resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Brasil, 2016).

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente foram investigadas as associações bivariadas entre as dimensões da disposição para ajudar pessoas em risco de suicídio, o conhecimento factual e o conhecimento percebido.

Conforme pode ser observado na Tabela 1, o conhecimento factual sobre o suicídio se associou de forma positiva e significativa as dimensões informação e conversação da EARS. Contudo, a magnitude dessas correlações foi baixa, na verdade, quase irrisória, o que sugere que esses resultados podem não ser observados na realidade. Apesar das correlações fracas entre as variáveis, chama-se atenção para o fato de que a direção destas relações está de acordo com o esperado, tendo em vista que os dados sugerem que quanto mais conhecimento factual sobre o suicídio, maior é a disposição dos participantes para se envolver em ações de ajuda alinhadas as melhores práticas em saúde mental, como indicar apoio profissional e ativar as redes de suporte (Jung *et al.*, 2016).

No tocante as associações entre disposição para ajudar e o conhecimento percebido sobre o suicídio, observou-se que o conhecimento percebido se associou de maneira positiva e significativa as dimensões assistência e conversação da EARS, com a força dessas associações variando de fraca a moderada. Esses resultados corroboram o que foi observado em estudos anteriores, nos quais verificou-se que o conhecimento percebido sobre a depressão estava associado a uma maior intenção de ofertar ajuda a um colega deprimido (Egbert *et al.*, 2014).

Por último, verificou-se que o conhecimento factual e o conhecimento percebido sobre o suicídio também estão positivamente associados entre si, sendo esta correlação moderada. Esse achado está de acordo com o que preconiza a literatura na área (Mabe; West, 1982), dando suporte ao argumento que o conhecimento factual e percebido, embora correlacionados, se referem a construtos distintos, o que justifica a investigação de ambas as variáveis na pesquisa.

**Tabela 1.** Coeficientes de Correlação

	1	2	3	4	5	6
1. Assistência	-					
2. Informação	0,34**	-				
3. Distração	0,26**	0,22**	-			
4. Conversação	0,38**	0,23**	0,21**	-		
5. ECSS-FR	0,03	0,10**	0,07	0,09*	-	
6. ECPSS	0,33**	0,04	0,5	0,22**	0,36**	-

Nota. ECSS-FR = Escala de conhecimento Sobre o Suicídio – Forma Reduzida; ECPSS = Escala de Conhecimento Percebido Sobre o Suicídio. \* $p < 0,05$ ; \*\* $p < 0,001$ .

Ao empregar a Análise de Regressão Linear Múltipla para verificar como o conhecimento factual e o conhecimento percebido predizem cada uma das dimensões da disposição de ajudar pessoas em risco de suicídio, observou-se que as duas formas de conhecimento predisseram significativamente a disposição dos participantes para se envolverem em comportamentos de assistência: [ $F(2) = 86,57$ ;  $p < 0,001$ ;  $R^2_{ajust.} = 0,13$ ]. Nota-se, que apenas 13% da variação da disposição dos participantes para assistir pessoas em risco de suicídio foi explicada pelo conhecimento factual e pelo conhecimento percebido.

Esses resultados corroboram as expectativas levantadas para o presente estudo, pois investigações anteriores já apontavam que o conhecimento factual e o conhecimento percebido seriam capazes de influenciar o engajamento em ações de prevenção (Calear *et al.*, 2021; Cruwys *et al.*, 2018; VanDeusen *et al.*, 2015). De fato, revisões da literatura atual evidenciaram que estas são algumas das variáveis que mais vêm recebendo atenção nos programas de prevenção desenvolvidos em nível internacional (Burnette *et al.*, 2015; Hawgood *et al.* 2022; Mo *et al.*, 2021; Morton *et al.*, 2021). Infelizmente, esses programas não têm se interessado em investigar as relações traçadas entre o conhecimento factual e o conhecimento percebido, além de possuírem, majoritariamente, um foco no conhecimento factual, com o conhecimento percebido recebendo uma importância secundária.

No que se refere as dimensões informação e distração, a análise de regressão mostrou que nem o conhecimento factual nem o conhecimento percebido foram capazes de prever de forma significativa a disposição dos participantes para informar a terceiros sobre a situação de risco de

suicídio de uma pessoa ou para distrair a pessoa em risco de suicídio dos seus problemas.

Por fim, tratando-se da dimensão conversação, observou-se que apenas o conhecimento percebido predisse significativamente a disposição dos participantes para conversar com pessoas em risco de suicídio e pensar em soluções para os seus problemas: [ $F(1) = 57,74; p < 0,001; R^2_{\text{ajust.}} = 0,07$ ]. Observa-se que apenas cerca de 7% da variação da disposição dos participantes para se envolver em comportamentos de conversação foi explicada pelo conhecimento percebido.

Em face do exposto, nota-se que tanto o conhecimento factual quanto o conhecimento percebido sobre o suicídio predizem a disposição de brasileiros para ajudar pessoas em risco de suicídio. No entanto, o poder preditivo dessas variáveis é baixo, especificamente do conhecimento factual sobre o suicídio.

A baixa influência do conhecimento factual sobre o suicídio nas intenções de ajuda aqui investigadas, corrobora os resultados dos estudos de Aldrich *et al.* (2023) e de Egbert *et al.* (2014), os quais demonstraram que o conhecimento factual sobre o suicídio e sobre a depressão não impactava as intenções de intervir junto a alguém em risco. Isso fortalece a premissa de que estar bem informado a respeito do comportamento suicida e sua prevenção pode não ser um aspecto tão relevante para a intervenção.

O conhecimento percebido, por sua vez, embora também possua um baixo poder preditivo, foi capaz de explicar uma parcela mais significativa da disposição dos participantes para prestar assistência e conversar com alguém em risco de suicídio. Na prática, isso sugere que para estar disposto a intervir em uma situação de risco é mais importante aquilo que se percebe saber sobre o comportamento suicida do que o que efetivamente se sabe.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como principal objetivo o investigar se o conhecimento (factual e percebido) sobre o suicídio predizem a disposição de brasileiros para ofertar ajuda a uma pessoa em risco de suicídio. Com base no apresentado, pôde-se observar que as duas formas de conhecimento possuem algum impacto sobre as intenções comportamentais investigadas, com destaque para o papel do conhecimento percebido.

Apesar dos resultados do estudo em tela fornecerem informações que podem ser úteis na construção de programas de prevenção do suicídio, faz-se mister destacar algumas limitações. Primeiro, menciona-se as características pouco diversas da amostra estudada, que limitam os achados da pesquisa a uma parcela muito específica da população brasileira. Ademais, destaca-se o fato de que o poder preditivo das variáveis investigadas foi pequeno, o que sugere que outras variáveis podem ser mais relevantes para explicar a disposição para ajudar pessoas em risco de suicídio. Assim, faz-se importante que pesquisas nessa direção continuem a ser desenvolvidas a fim de conhecer os fatores que podem impulsionar a ajuda em situações de risco e, logo, construir programas de prevenção cada vez mais eficazes.

## REFERÊNCIAS

ALDALAYKEH, M. *et al.* Psychometric properties of two Arabic Suicide Scales: stigma and literacy. **Heliyon**, v. 6, n. 4, Article e03877. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2020.e03877>. Acesso em: 20 setembro 2023.

ALDRICH, R.; CEREL, J.; DRAPEAU, C. W. Suicide knowledge and intention to intervene college students, **Journal of American College Health**, v. 71, n. 1, p. 182-189. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07448481.2021.1885413>. Acesso em: 21 setembro 2023.

ALMEIDA, T. M. *et al.* Tradução e Adaptação da “Stigma Of Suicide Scale – Short Form” e da “Literacy Of Suicide Scale – Short Form”: Evidências Preliminares. **Revista Interdisciplinar de Ciências Médicas**, v. 4, 2, p. 36–43. 2020. Disponível em: <https://revista.fcmmg.br/index.php/RICM/article/view/106>. Acesso em: 24 setembro 2023.

AL-SHANNAQ, Y.; ALDALAYKEH, M. Suicide literacy, suicide stigma, and psychological help seeking attitudes among Arab youth. **Current Psychology**, v. 42, p. 6532–6544. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12144-021-02007-9>. Acesso em: 20 setembro 2023.

ARAFAT, S. M. Y. *et al.* Literacy and stigma of suicide in Bangladesh: Scales validation and status assessment among university students. **Brain and Behavior**, v. 12, n. 1, Article e2432. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/brb3.2432>. Acesso em: 20 setembro 2023.

BEZERRA, V. A. S.; GALVÃO, L. K. S.; CAMINO, C. P. S. Construção e Validação de uma Escala de Conhecimento Percebido Sobre o Suicídio. **Manuscrito em Preparação**.

BEZERRA, V. A. S. *et al.* Escala de Conhecimento Sobre o Suicídio: Evidências de Validade Baseadas na TRI. **Manuscrito em Preparação**.

BEZERRA, V. A. S. *et al.* Escala de Apoio à Pessoa em Risco de Suicídio: adaptação e validação. **Psico-USF**, v. 27, n. 3, p. 515–526. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712030270309>. Acesso em: 20 setembro 2023.

BRASIL. Resolução 510/2016. **Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde, Brasília, 07 de abril. 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 24 setembro 2023.

BURNETTE, C.; RAMCHAND, R.; AYER, L. Gatekeeper Training for Suicide Prevention: A Theoretical Model and Review of the Empirical Literature. **Rand Health Quarterly**, v. 5, n. 1, p. 1–18. 2015. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5158249/>. Acesso em: 20 setembro 2023.

CALEAR, A. L.; BATTERHAM, P. J.; CHRISTENSEN, H. **The Literacy of Suicide Scale**: Psychometric Properties and Correlates of Suicide Literacy. Unpublished manuscript. 2012.

CALEAR, A. L. *et al.* The Literacy of Suicide Scale: Development, Validation, and Application. **Crisis**, v. 43, n. 5, p. 385–390. 2021.

Disponível em: <https://doi.org/10.1027/0227-5910/a000798>. Acesso em: 20 setembro 2023.

CHAN, W. I. *et al.* Suicide literacy, suicide stigma and help-seeking intentions in Australian medical students. **Australasian psychiatry: Bulletin of Royal Australian and New Zealand College of Psychiatrists**, v. 22, n. 2, p. 132–139. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1039856214522528>. Acesso em: 20 setembro 2023.

CRUWYS, T. *et al.* Suicide literacy predicts the provision of more appropriate support to people experiencing psychological distress. **Psychiatry Research**, v. 264, p. 98–103. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2018.03.039>. Acesso em: 20 setembro 2023.

EGBERT, N.; MIRALDI, L. B.; MURNIADI, K. Friends Don't Let Friends Suffer From Depression: How Threat, Efficacy, Knowledge, and Empathy Relate to College Students'; Intentions to Intervene on Behalf of a Depressed Friend. **Journal of Health Communication: International Perspectives**, v. 19, n. 4, p. 460–477. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/10810730.2013.821554>. Acesso em: 20 setembro 2023.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS** [Discovering statistics using SPSS]. (5a Ed.). Penso. 1072p. 2020.

GRANDERATH, J. S. *ET AL.* Actual and Perceived Knowledge About COVID-19: The Role of Information Behavior in Media. **Frontiers in Psychology**, v. 12. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.778886>. Acesso em: 20 setembro 2023.

HAWGOOD, J. *et al.* Gatekeeper Training and Minimum Standards of Competency: Essentials for the Suicide Prevention Workforce. **Crisis**, v. 46, n. 6, p. 1–7. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1027/0227-5910/a0007947>. Acesso em: 20 setembro 2023.

JUNG, H.; STERNBERG, K. V.; DAVIS, K. Expanding a measure of mental health literacy: Development and validation of a multicomponent mental health literacy measure. **Psychiatry Research**, v. 243, p. 278–286. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.psychres.2016.06.034>. Acesso em: 20 setembro 2023.

MABE, P. A.; WEST, S. G. Validity of self-evaluation of ability: A review and meta-analysis. **Journal of Applied Psychology**, v. 67, n. 3, p. 280–296. 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0021-9010.67.3.280>. Acesso em: 21 setembro 2023.

MO, P. K. H.; KO, T. T.; XIN, M. Q. School-based gatekeeper training programmes in enhancing gatekeepers' cognitions and behaviours for adolescent suicide prevention: a systematic review. **Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health**, v. 12, Article 29. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13034-018-0233-4>. Acesso em: 20 setembro 2023.

MORTON, M. *et al.* Gatekeeper training for friends and family of individuals at risk of suicide: A systematic review. **Journal of Community Psychology**, v. 49, n. 6, p. 1838–1871. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jcop.22624>. Acesso em: 20 setembro 2023.

ÖZTÜRK, A.; AKIN, S. Evaluation of knowledge level about suicide and stigmatizing attitudes in university students toward people who commit suicide. **Journal of Psychiatric Nursing**, v. 9, n. 2, p. 96–104. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.14744/phd.2018.49389>. Acesso em: 20 setembro 2023.

PARK, C-Y. News media exposure and self-perceived knowledge: the illusion of knowing. **International Journal of Public Opinion Research**, v. 13, n. 4, p. 119–145. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ijpor/13.4.419>. Acesso em: 24 setembro 2023.

PORTE, A. *et al.* Assessing knowledge of suicide: a systematic review of available instruments. **PsyArXiv**. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31234/osf.io/xqgc8>. Acesso em: 20 setembro 2023.

RIOS, K.; GOLDBERG, M. H.; TOTTON, R. An Informational Influence Perspective on (Non) conformity: Perceived Knowledge ability Increases Expression of Minority Opinions. **Communication Research**, v. 45, n. 2, p. 241–260. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0093650217699935>. Acesso em: 20 setembro 2023.

SCHÄFER, S. Illusion of knowledge through Facebook news? Effects of snack news in a news feed on perceived knowledge, attitude strength, and willingness for discussions. **Computers in Human Behavior**, v. 103, p. 1–12. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2019.08.031>. Acesso em: 20 setembro 2023.

SCHNEIDER, F. M. *et al.* Learning from entertaining online video clips? Enjoyment and appreciation and their differential relationships with knowledge and behavioral intentions. **Computers in Human Behavior**, v. 54, p. 475–482. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.08.028>. Acesso em: 20 setembro 2023.

SMITH, M. **Perceptions and help-giving behaviors toward aggressive and distressed suicidal adolescents**. Tese (Doutorado). Northern Illinois University, Illinois. 1994.

VANDEUSEN, K. M., GINEBAUGH, K. J. L., & WALCOTT, D. D. Campus Suicide Prevention: Knowledge, Facts, and Stigma in a College Student Sample. **SAGE Open**, v. 5, n. 2. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2158244015580851>. Acesso em: 20 setembro 2023.

## CAPÍTULO 6

# A OUTRA FACE DO SEXISMO: O CASO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA HOMENS IGUALITÁRIOS

*Hyalle Abreu Viana  
Ana Raquel Rosas Torres*

## 1 INTRODUÇÃO

A discriminação contra mulheres em nossa sociedade continua sendo um fenômeno fortemente investigado e ainda é um problema a ser superado. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), as mulheres com nível de escolaridade superior recebem em média 63,4% dos rendimentos dos homens com o mesmo grau de instrução. Além disso, o *World Economic Forum* (2017) afirma que, no ritmo atual, serão necessários 217 anos para que as mulheres consigam os mesmos salários dos homens e as mesmas oportunidades de acesso a empregos. Diante desses números nos perguntamos o que pode estar dificultando a diminuição dessas diferenças e a construção de uma sociedade mais igualitária para homens e mulheres.

Estudos realizados no Brasil sugerem que a divisão sexual de papéis (e.g. divisão de tarefas domésticas) ainda continua muito evidente (Hirata, 2015). Isso tem fortes repercussões tanto na dinâmica familiar, levando a uma sobrecarga física e emocional das mulheres, como também na vida profissional delas, dificultando tanto a sua entrada como a permanência no mercado de trabalho (Garcia-Alonso *et al.*, 2019).

No entanto, esses estudos têm em comum a perspectiva da mulher: quais as consequências da discriminação sexista para a mulher. Embora concordemos que os estudos sobre a discriminação sexista devem ter este tipo de ênfase, neste trabalho tomamos uma perspectiva um pouco diferente. Assim, neste trabalho analisaremos a discriminação, no ambiente laboral, que o homem igualitário pode sofrer. Homem igualitário é aqui entendido como aquele homem que defende a paridade de status entre homens e mulheres refletida na defesa do compartilhamento de todas as tarefas domésticas e familiares. Partindo do pressuposto que a divisão sexual de papéis se ancora em posicionamento que fazem referência aos

estereótipos de gênero (e.g. mulheres são frágeis e maternais) que, por sua vez, se refletem em posicionamentos sexistas (e.g. Mulheres devem ser queridas e protegidas por homens), este trabalho objetiva investigar a discriminação contra homens iguais no mercado de trabalho, analisando também o papel do sexismo na relação entre tipo de posicionamento do homem e a decisão tomada pelo recrutador em um processo seletivo na percepção da legitimidade dessa decisão.

Os estereótipos de gênero podem ser definidos como um conjunto de crenças socialmente compartilhadas acerca das características que homens e mulheres possuem, podendo ser aplicadas de forma indiscriminada aos membros desses grupos (Cuadrado, 2007). Destaca-se ainda que os estereótipos de gênero possuem duas dimensões: uma descritiva e outra prescritiva. De acordo com Cuadrado (2007), as características descritivas de gênero ocorrem de maneira quase automática ao nos depararmos com um homem ou uma mulher. São aquelas características que utilizamos para descrevê-los e que são esperadas e desejáveis. Já as características prescritivas indicam como devem se comportar homens e mulheres. Ainda segundo Cuadrado (2007), fazemos uso da dimensão prescritiva ao esperarmos que uma mulher deva ter habilidades interpessoais e ser dócil e compreensiva. No entanto, quando a mulher não apresenta esses atributos, ela pode sofrer diferentes tipos de discriminação (Viana; Souza; Torres, 2018).

O sexismo é aqui entendido como sendo um caso especial de preconceito marcado profundamente por uma ambivalência (ao invés de uma antipatia uniforme, como acontece no racismo, por exemplo) direcionada à mulheres (Glick; Fiske, 1996). Segundo esses autores, o sexismo tem sido concebido como um reflexo da hostilidade direcionada a mulheres, mas limitá-lo apenas a esse aspecto conceitual acaba por negligenciar um aspecto extremamente importante e significativo: os sentimentos subjetivamente positivos em relação às mulheres, sentimentos esses que muitas vezes andam junto com a antipatia sexista.

Sendo assim, um marco teórico seminal para o estudo da discriminação da mulher refere-se ao trabalho de Glick e Fiske (1996) sobre o sexismo. Para eles, o sexismo deve ser compreendido como um constructo bidimensional, no qual a dimensão hostil reflete numa antipatia em relação às mulheres que lutam por igualdade de direitos. Já a dimensão benevolente seria, aparentemente, uma expressão não preconceituosa e superficialmente positiva, mas que no fundo representa as mulheres como menos

capazes e dependentes dos homens. É importante esclarecermos que, de acordo com Connor e Fiske (2019) e Glick e Fiske (1996), o sexismo hostil e o sexismo benevolente são altamente correlacionados e servem para reforçar o domínio masculino de maneiras distintas. Como argumentam esses autores, o sexismo hostil pune as mulheres que se distanciam de seus papéis prescritos socialmente e o sexismo benevolente recompensa as mulheres que aceitam ou se submetem aos papéis prescritos pela sociedade. Contudo, ambas as dimensões servem para manter o *status quo* e a hierarquia entre homens e mulheres. Finalmente, é importante ressaltarmos que, por falar sobre as relações entre homens e mulheres, o sexismo fala também sobre a normatividade (e contranormatividade) de determinados tipos de posicionamentos, como por exemplo, a mulher sair para trabalhar e o homem ficar em casa cuidando dos filhos.

Sobre essa temática, estudos recentes têm demonstrado que a depender da forma como as mães são percebidas, a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho é acentuada (González; Cortina; Rodríguez, 2019). Esses estudos também têm demonstrado que uma das possíveis razões para o lento avanço da igualdade de gênero no mercado de trabalho se deve ao fato de que o local de trabalho continua sendo palco para as disputas de masculinidade entre os homens (Connor; Fiske, 2019). Entre outras coisas, essas pesquisas demonstram que na medida em que o *status* dos homens no ambiente laboral depende das percepções de sua masculinidade e desempenho como homens, eles são motivados a provar sua masculinidade no trabalho mesmo que isso custe a exclusão de mulheres e de homens contranormativos, aqui entendidos como aqueles que não se adequam ao parâmetro de masculinidade hegemônica. Os resultados desses estudos são importantes porque nos fazem refletir acerca da discriminação de gênero sobre um outro prisma. Assim, se para se manterem no poder os homens precisam provar a todo tempo a sua masculinidade e, sabendo que as profissões que possibilitam status econômico e social requerem um modelo de profissional que segue esse padrão de masculinidade, o que acontece com homens que não atendem a esse padrão normativo (e.g. Homem igualitário) e qual o impacto disso nas conquistas por igualdade de gênero? Essa é uma das nossas indagações neste trabalho.

Diante do exposto, também é necessário termos em mente o impacto das normas sociais nas nossas atitudes e comportamentos. Conceitualmente, normas sociais são padrões de valores compartilhados que guiam os comportamentos dos indivíduos nos seus grupos de pertença (Costa-Lopes;

Pereira, 2011). De acordo com esses autores, apesar de não haver um consenso na literatura, pelo menos duas características normativas aparecem como centrais para especificar a natureza conceitual de uma norma, sendo elas: a descrição e a prescrição. Dito de outra forma, o conceito de normas se organiza em torno desses dois aspectos, sendo a norma descritiva compreendida como sendo aquilo que é frequentemente feito na sociedade e a norma prescritiva o que é tipicamente aprovado e valorizado pela sociedade e, assim sendo, preceve o que pode/deve ou não ser feito (Costa-Lopes; Pereira, 2011).

Pesquisas sobre a contranormatividade frente às expectativas sociais dos papéis de gênero têm investigado como homens e mulheres contranormativos são percebidos em termos estereotípicos (Viana; Torres; Álvaro, 2020). Em conjunto, esses autores mostram que homens que defendem a igualdade de gênero, bem como os homens que exercem profissões percebidas como femininas são vistos com mais atributos femininos e/ou como homossexuais. Desta forma, este trabalho parte do pressuposto de que a norma do igualitarismo relacionada à divisão dos papéis de gênero, quando saliente, diminui as expressões flagrantes de preconceito e discriminação. Essa ideia baseia-se em Costa-Lopes e Pereira (2011), que demonstraram que, no que diz respeito ao racismo, a norma do igualitarismo (também chamada de norma antirracista) leva à condenação de atitudes consideradas menos desejáveis, como por exemplo, expressar atitudes ou comportamentos anti-normativos em contextos “inter-raciais”.

## **1.1 OBJETIVOS, CONTEXTO E HIPÓTESES**

Este trabalho objetivou testar a hipótese de que o posicionamento igualitário ou tradicional de um homem em relação à divisão dos papéis de gênero influencia na concordância da sua contratação para um cargo de chefia.

A situação utilizada para testar as hipóteses aqui propostas é baseada no trabalho de Costa-Lopes e Pereira (2011) que demonstra que o simples fato do participante responder um questionário e saber que suas respostas serão lidas posteriormente é suficiente para ativar normas sociais. Assim sendo, partimos do pressuposto que quando um homem que defende a igualdade de gênero precisa ser avaliado pelos participantes por meio de um questionário, o mesmo processo ocorre, e assim a pressão normativa da desejabilidade social do igualitarismo entre os gêneros seria ativada porque as pessoas sabem que suas respostas serão lidas e não querem se

parecer discriminatórias. Dessa forma, o homem igualitário terá uma maior probabilidade de ser avaliado positivamente. Da mesma maneira, no caso de um homem que defende relações de gênero tradicionais baseadas na divisão sexual dos papéis, por ser uma posição não mais endossada pela sociedade de maneira explícita, a norma do igualitarismo também será ativada, mas, nesta situação, há uma maior probabilidade desse homem ser avaliado negativamente. Assim, as hipóteses aqui testadas foram:

- H1) O contexto apresentado pelo *priming* favorecerá a saliência da norma igualitária, especificamente favorecendo respostas baseadas na desejabilidade social e, dessa forma fará com que a decisão de contratar um homem com posicionamento igualitário seja percebida como mais legítima do que a decisão de contratar um homem com posicionamento tradicional. Assim sendo, a norma do igualitarismo levará a uma menor expressão de atitudes de gênero indesejáveis.
- H2) Como a norma do igualitarismo estará saliente, diminuindo expressões discriminatórias explícitas, acredita-se que a adesão a ideologia do sexismo ambivalente seja capaz de diminuir a desejabilidade da norma e evidenciar de fato a discriminação frente aos alvos igualitários. Para tanto, acredita-se que o sexismo hostil e o sexismo benevolente atuarão como moderadores da relação entre o posicionamento do candidato (igualitário versus tradicional), a decisão do recrutador de contratar e a percepção de legitimidade frente à decisão do recrutador. Sendo assim, quanto maior o nível de sexismo dos participantes, mais eles tenderão a concordar que a vaga de gerente deverá ser ocupada pelo candidato tradicional, então hipotetizamos que:
  - H2a) quanto maior a adesão ao sexismo, maior a legitimidade percebida na contratação do candidato tradicional;
  - H2b) quanto menor a adesão ao sexismo, maior a legitimidade percebida na contratação do candidato igualitário.

## 2 MÉTODO

### 2.1 PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS

Participaram deste estudo 235 estudantes universitários com idade média de 21,3 anos ( $DP = 4,16$ ), destes 50,6% eram do sexo feminino e 49,4% do sexo masculino. Os participantes responderam aos questionários individualmente em contexto coletivo (em sala de aula).

### 2.2 INSTRUMENTO

O questionário era composto inicialmente por um cenário em que uma grande empresa ao abrir um processo seletivo para o cargo de gerente havia selecionado dois currículos de homens, com qualificação semelhante, sendo necessária uma entrevista para a contratação de um deles. Em seguida os participantes liam trechos da entrevista que poderia ser de um homem que defendia a igualdade de gênero no que se refere à divisão sexual dos papéis (e.g. divisão igualitária das tarefas domésticas etc.) ou de um homem que defendia a divisão tradicional dos papéis de gênero (e.g. relegando à esposa todas as responsabilidades domésticas e de educação dos filhos). Por fim, era dito ao participante que o entrevistador havia decidido contratar o candidato igualitário ou o candidato tradicional (cada participante respondia a apenas uma dessas condições). Na sequência o questionário trazia a medida de percepção de legitimidade (variável dependente), a escala de sexismo ambivalente Glick e Fiske (1996) e perguntas relacionadas aos dados sociodemográficos.

### 2.3 VARIÁVEL DEPENDENTE

Os participantes eram requeridos a informar o quanto eles apoiavam a decisão do recrutador. O apoio foi medido por meio do escore médio de quatro itens ( $\alpha = 0,92$ ), de modo que quanto maior a pontuação, maior a concordância com a decisão do recrutador em contratar o candidato.

### 2.4 MEDIDA DE SEXISMO

Foi utilizada a escala de sexismo ambivalente de Glick e Fiske (1996) adaptada ao Brasil por Formiga, Gouveia e Santos (2002). A análise fatorial foi realizada fixando a extração de dois fatores ( $KMO = 0,92$ ; Teste de

esfericidade de Bartlett, ( $\chi^2 (231) = 2244.8, p < 0,001$ ). Os fatores foram denominados: a) Sexismo Hostil, com alfa de *Cronbach* de 0,90 e b) Sexismo Benevolente, com alfa de 0,85, ambos explicando conjuntamente 42,2% da variância.

## 2.5 VERIFICAÇÃO DA MANIPULAÇÃO

A análise de variância (ANOVA) demonstrou que a manipulação do tipo de posicionamento foi eficiente, ( $F(1, 232) = 521.588, p < 0,001$ ). O candidato igualitário foi percebido como mais igualitário ( $M = 5,18, DP = 1,07$ ) do que o candidato tradicional ( $M = 1,91, DP = 1,09$ ), demonstrando que o posicionamento do candidato (igualitário ou tradicional) ficou realmente em evidência e foi capaz de impactar as repostas dos participantes neste estudo.

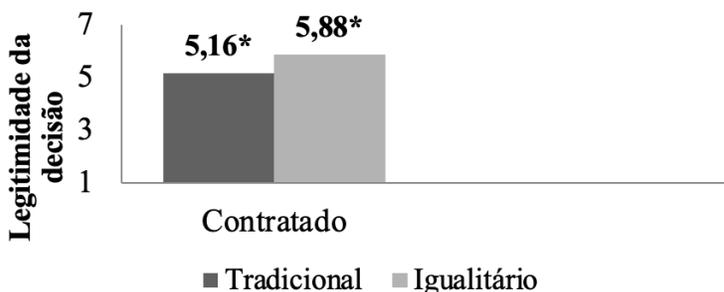
## 2.6 ANÁLISE DE DADOS

Para análise dos resultados foi utilizado o *Software SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* versão 20. Neste *software* foi possível realizar ANOVAs, ANCOVAs, estimar um modelo de moderação, além de análises descritivas.

## 3 RESULTADOS

Para testar o efeito das variáveis tipo de posicionamento (igualitário versus tradicional) e decisão do recrutador na percepção de legitimidade da decisão, foi realizada uma ANOVA fatorial 2 x 2. Tendo em vista a Hipótese 1 (H1), verificou-se que o efeito da interação entre o posicionamento e a decisão sobre a contratação foi significativo, ( $F(1, 234) = 29.967, p < .001$ ), mostrando que a decisão do recrutador foi percebida como mais legítima quando ele contrata um candidato igualitário do que um tradicional, corroborando H1.

**Figura 1.** Percepção da legitimidade em função do tipo de posicionamento do candidato e a decisão do recrutador. O asterisco (\*) mostra significância estatística entre as médias.



Fonte: elaborado pelo autor (2020).

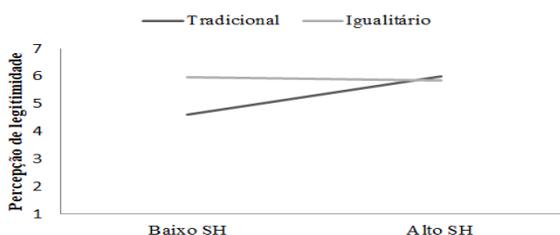
No que se refere à segunda hipótese, foi testado o papel moderador do sexismo hostil e benevolente na relação entre o posicionamento do candidato (igualitário versus tradicional), a decisão de contratar e a percepção de legitimidade frente à decisão do recrutador. Inicialmente foi realizada uma ANCOVA fatorial 2 x 2, tendo como covariáveis o sexismo hostil e o sexismo benevolente. No entanto, o sexismo benevolente não funcionou como moderador dentro do modelo testado. Isto pode ser devido ao fato de que o sexismo benevolente por ser superficialmente positivo, tenha servido como mais um mecanismo que favoreceu a norma igualitária, levando os participantes a responderem de forma desejável, por esta razão não houve variação nas respostas dos participantes.

De posse desse resultado, procedeu-se a análise considerando apenas o sexismo hostil como moderador. Verificou-se que a interação entre posicionamento do candidato, a decisão acerca da contratação e o sexismo hostil foi significativa, ( $F(1, 234) = 7,872, p = 0,005$ ). Esse resultado indica que o sexismo hostil de fato funciona como moderador no modelo proposto.

Os resultados mostram que quanto maior a adesão ao sexismo hostil, mais os participantes percebem legitimidade na contratação do candidato tradicional ( $b = 0,55; SE = 0,14; t = 3,83, p < 0,01, 95\% IC: 0,27; 0,84$ ), corroborando a Hipótese 2a. Porém, no que se refere à Hipótese 2b, a percepção de legitimidade na situação de contratação do candidato igualitário não muda em função do nível de sexismo hostil dos participantes (Figura 2), não

sendo possível afirmar que uma menor adesão ao sexismo hostil levaria a uma maior legitimidade percebida na contratação do candidato igualitário como hipotetizávamos (H2b não confirmada), embora tenha sido possível observar que entre os participantes com baixa adesão ao sexismo hostil, a decisão de contratar o candidato igualitário foi percebida como mais legítima do que a decisão de contratar o candidato tradicional, ( $F(1, 227) = 11,247, p = 0,001$ ).

**Figura 2.** Percepção de legitimidade percebida em função do nível de sexismo hostil dos participantes e do tipo de posicionamento do candidato na situação de contratação.



**Figura 2.** Percepção de legitimidade percebida em função do nível de sexismo hostil dos participantes e do tipo de posicionamento do candidato na situação de contratação.

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

## 4 DISCUSSÃO E COMENTÁRIOS FINAIS

Este artigo investigou como o homem igualitário é percebido quando concorre a uma vaga de alto status em uma empresa. Além disso, analisou-se o papel do sexismo hostil ou benevolente na decisão tomada em um processo seletivo (contratar o candidato).

Verificamos que as interações entre o tipo de posicionamento e a decisão do recrutador demonstram que a percepção de legitimidade é maior quando o recrutador decide contratar um candidato igualitário do que um tradicional, corroborando a primeira hipótese (H1) deste trabalho. Esse resultado é pertinente devido à norma do igualitarismo estar saliente (Costa-Lopes; Pereira, 2011) e, assim, ter influenciado respostas mais desejáveis por parte dos participantes.

Verificou-se ainda que quanto mais os indivíduos aderem ao sexismo hostil, mais eles tenderão a julgar um homem tradicional como mais adequado para ocupar uma vaga de gerente em uma empresa, em detrimento de um homem igualitário, corroborando a Hipótese H2a. Esse resultado pode ser interpretado por meio do caráter prescritivo dos estereótipos de gênero, que, entre outras coisas, faz com que tratemos homens e mulheres como possuidores de uma dotação essencialista adequada para ocupar determinados papéis e espaços sociais (Cuadrado, 2007). Sendo assim, o homem tradicional é quem cumpre esse papel que é socialmente esperado para o público masculino, sobretudo para um cargo que envolve liderança e alto status, como foi o caso do cenário aqui apresentado. A baixa adesão ao sexismo hostil não influenciou a percepção de legitimidade na contratação do candidato igualitário, mas ao analisarmos as repostas dadas tanto entre os participantes com menor adesão ao sexismo hostil quanto entre aqueles com maior adesão verificou-se uma maior percepção de legitimidade na reprovação do candidato tradicional.

Em conjunto, esses resultados apontam para a importância de continuarmos investigando os efeitos nefastos do sexismo tanto para as mulheres quanto para os homens que defendem a igualdade de gênero buscando o que pode estar subjacente à discriminação de pessoas que defendem a igualdade entre homens e mulheres.

Finalmente, é importante ressaltar que este estudo tem o propósito de mostrar que o sexismo se manifesta de diferentes maneiras para poder alcançar o seu objetivo, que é manter o status *quo* e os privilégios dos homens na estrutura social. Ele não atinge apenas as mulheres, pois como foi possível observar nos resultados, ele também é capaz de penalizar os homens que, em alguma medida, ameaçam a norma social ao defenderem a igualdade de gênero. É importante ainda pontuar que em estudos futuros é necessário fazer uso de outras medidas que possam detectar de forma mais direta a discriminação contra os alvos igualitários e fazer uso de amostras heterogêneas (e.g. amostras não universitárias) para que possamos aumentar o nosso poder de generalização.

## REFERÊNCIAS

CONNOR, R. A.; FISKE, S. T. Not minding the gap: How hostile sexism encourages choice explanations for the gender income gap. **Psychology**

of **Women Quarterly**, v. 43, n. 1, p. 22–36, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0361684318815468>. Acesso em: 28 mai. 2020.

COSTA-LOPES, R.; PEREIRA, C. R. **O impacto da norma anti-racista nas respostas a inquéritos sobre preconceito**. 2011. Capítulo recuperado. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/235920709>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CUADRADO, I. Estereótipos de género. In: MORALES, j. f.; MOYA, M.; GAVIRIA, E.; CUADRADO, I. (org.). **Psicologia Social**. Madrid: Mc Graw-Hill, 2007.

FORMIGA, N. S.; GOUVEIA, V. V.; SANTOS, M. N. Inventário de Sexismo Ambivalente: sua adaptação e relação com o género. **Psicologia em estudo**, v. 7, n. 1, p. 103-111, 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722002000100013>. Acesso em: 15 jun. 2020.

GARCIA-ALONSO, J. *et al.* Lightening the mental load that holds women back. **Boston Consulting Group**, p. 1-6, 2019. Disponível em: [https://web-assets.bcg.com/img-src/BCG-Lightening-the-Mental-Load-That-Holds-Women-Back-Apr-2019\\_tcm9-217471.pdf](https://web-assets.bcg.com/img-src/BCG-Lightening-the-Mental-Load-That-Holds-Women-Back-Apr-2019_tcm9-217471.pdf). Acesso em: 10 mai. 2020.

GLICK, P.; FISKE, S. T. The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 70, n. 3, p. 491-512, 1999. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1996-03014-006>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GONZÁLEZ, M. J.; CORTINA, C.; RODRÍGUEZ, J. The Role of Gender Stereotypes in Hiring: A Field Experiment. **European Sociological Review**, v. 35, n. 2, p. 187-204, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/esr/jcy055>. Acesso em: 05 jul. 2020.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de género: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. **Friedrich Ebert**

**Stiftung Brasil**, v. 7, n. 4, p. 4-22, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estatísticas de gênero**, n. 38, ed. 2, p. 1-12, 2018, ISBN 978-85-240-4448-9. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf). Acesso em: 17 mai. 2020.

VIANA, H. A.; SOUSA, A. W. L.; TORRES, A. R. R. Engenheiras e enfermeiros: estereótipos, discriminação e desafios de profissionais contranormativos. **Interdisciplinar**, v. 29, p. 25-26, 2018. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/9623>. Acesso em: 08 mai. 2020.

VIANA, H. A.; TORRES, A. R. R.; ÁLVARO, J. L. Egalitarian men: stereotypes and discrimination in the labor market. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 23, n. 2, p. 111-128, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/acp/v23n2/0123-9155-acp-23-02-111.pdf>. Acesso em 09 mai. 2022.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap**, 2017. ISBN 1978-1-944835-12-5. Disponível em: [https://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2017.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf). Acesso em: 08 jun. 2020.

## CAPÍTULO 7

# INTERPRETANDO A REALIDADE SOCIAL À LUZ DA COMPARAÇÃO SOCIAL

Rayssa Soares Pereira  
Patrícia Nunes da Fonseca

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo em que a mídia social, através de suas plataformas de redes sociais online (Facebook, o Twitter e o Instagram), vem oferecendo diversos benefícios para a sociedade, a exemplo do maior número de conexões sociais, da possibilidade de acesso a serviços e informações importantes, dentre outras. Em contrapartida, vem estimulando exponencialmente a comparação social das pessoas e as expõem a padrões sociais tidos como perfeitos e desejáveis socialmente, mas que em sua maioria são irreais e quase inatingíveis. Isso vem ocasionando um crescente número de problemas na saúde mental, como baixa autoestima, ansiedade e depressão, sobretudo entre jovens (Warrender; Milne, 2020).

Diferentemente da forma presencial de se relacionar, em que o universo de pessoas é limitado, na rede social, os relacionamentos se multiplicam, tornando a comparação social ainda mais ampla. Isso posto, perguntamos: você já se comparou com alguém no Instagram? Quando realizou essa comparação, em que área de sua vida você focou (aparência física, estilo de vida, habilidades, viagens)?

A verdade é que, em algum momento de sua vida, você já se comparou, isso é fato. As pessoas se envolvem em alguma atividade de comparação social com o objetivo de diminuir a incerteza subjetiva sobre alguma área da vida e, assim, tomar decisões no cotidiano. É provável que nem todos reconheçam suas próprias ações de comparação, visto que é um mecanismo psicológico automático e presente em todas as nossas relações sociais (Buunk *et al.*, 2020; Suls; Mussweiler, 2020).

Por isso, questionamos: quando foi a última vez que você se comparou? que domínio de sua vida você abordou? Com quem se comparou? Que pensamentos e sentimentos surgiram após a comparação? Para dirimir essas questões e discutir a temática na vida cotidiana, o presente capítulo

explanará resumidamente a *Teoria Clássica da Comparação Social*, abordando seus principais aspectos na vida social.

## 2 COMPARAÇÃO SOCIAL

O termo “comparação social” foi utilizado inicialmente por Festinger em 1954, quando desenvolveu uma teoria sistemática tendo por base a hipótese de que “*existe no organismo humano um desejo para avaliar suas opiniões e aptidões*” (Festinger, 1954, p. 117), ou seja um impulso universal para realizar tais avaliações. Desse modo, pode-se afirmar que as pessoas apresentam uma necessidade básica de terem informações acerca do contexto em que vivem, para isso, adotam como referência social um indivíduo, a fim de se autoavaliar, buscar conhecer e validar suas opiniões e habilidades (Mussweiler, 2020; Torres; Neiva, 2011).

A comparação social é um importante agente no processo de dar significado ao que está no entorno das pessoas. Pode ser compreendido como um mecanismo psicológico que possibilita ao indivíduo avaliar as informações sobre si e a realidade a sua volta, e de influenciar seus julgamentos e comportamentos, pois há a necessidade de legitimar seus conhecimentos, crenças, valores e atitudes (Álvaro; Garrido, 2017; Guibbons; Suls; Mussweiler, 2020; Mussweiler, 2020).

Festinger (1954) destaca que os indivíduos são motivados a se autoavaliarem porque desejam ter informações precisas e estáveis sobre suas opiniões e aptidões. Na teoria clássica, apenas a autoavaliação foi discutida, mas, outro motivo que pode levar as pessoas a se compararem é a busca pelo automelhoramento, já que as informações sociais podem ajudar a identificar caminhos para seu melhoramento. Todavia, no presente capítulo, vamos nos restringir a discutir a comparação social conforme a teoria clássica.

Em resumo, a noção de Festinger (1954) é a de que a base motivacional para o envolvimento em comparações é a incerteza e, na tentativa de reduzi-la, as pessoas têm a necessidade de avaliar se suas opiniões estão corretas e se elas estão aptas para desenvolverem determinadas atividades (Buunk; Gibbons, 2007; Suls; Wheeler, 2020).

## 2.1 ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Considerando a motivação íntinseca como a base fundamental para se buscar referências sociais, Festinger (1954) argumentou que as pessoas precisam avaliar com precisão suas opiniões e aptidões para fazerem escolhas inteligentes sobre como lidar com o contexto social o qual estão inseridas.

A comparação de opinião diz respeito a um conjunto de crenças e valores que são postos à avaliação. É motivada pela incerteza das informações, neste caso, busca-se informações acerca de um determinado objeto ou situação para verificar o quanto o conhecimento que possui está em conformidade com os de outras pessoas e, portanto, aumentar a certeza subjetiva (Gibbons; Buunk, 1999; Suls; Wheeler, 2020). Por exemplo, alguém que deseja encontrar solução para resolver um determinado problema buscará saber o que pensam as pessoas do seu círculo de convivência e o que elas fariam em seu lugar.

Já aptidão refere-se à avaliação da própria capacidade de realizar algo de modo preciso. É motivada pelo desejo de se ter um desempenho cada vez melhor do que o das outras pessoas. Nesse caso, ao se avaliarem as pessoas não querem saber se apenas são boas em determinadas atividades, mas se realizam tão bem quanto os outros (Gibbons; Buunk, 1999; Suls; Wheeler, 2020). Por exemplo, uma atleta, que está prestes a participar do Campeonato Brasileiro de Ginástica Artística, buscará comparar seu desempenho nas barras assimétricas com as demais concorrentes para verificar o que pode melhorar em termos de movimento e, assim, conseguir um lugar no pódio.

De modo geral, pode-se pensar que na dimensão opinião, há uma preocupação de que aquilo que se pensa esteja em concordância e seja aceito pelos outros, já na aptidão, o indivíduo deseja ser bom no que faz (Suls; Wheeler, 2020). Sobre isso, Festinger (1954) ressalta a necessidade da precisão da avaliação de tais dimensões, pois uma avaliação equivocada pode ocasionar sentimentos negativos, como, por exemplo, a vergonha.

## 2.2 CONDIÇÕES PARA O ENVOLVIMENTO EM COMPARAÇÕES SOCIAIS

Há evidências de que todas as pessoas realizam alguma atividade de comparação social em várias áreas de suas vidas para amenizar incerteza subjetiva (Festinger, 1954). É provável também que nem todos reconheçam

suas próprias ações de comparação, e, é necessário dizer que existem fatores sociais e individuais importantes que colaboram com a decisão das pessoas se envolverem na comparação social, bem como, na frequência com que realizam tal processo (Buunk *et al.*, 2020; Mussweiler, 2020; Suls; Wheeler, 2020), a saber:

(1) *o grau de importância do objeto da comparação para o self do indivíduo*, ou seja, quanto mais relevante é o assunto (objeto) para a pessoa, mais ela irá buscar informações para se comparar. Por exemplo, se para uma doutoranda suas habilidades acadêmicas é algo importante, então, é provável que ela se interesse pela avaliação que as pessoas fazem sobre o bom desempenho de uma estudante de pós-graduação na construção de sua tese do que sobre a avaliação que as pessoas fazem sobre o estilo de roupa esportivo.

(2) *o grau de semelhança com o objeto de comparação*, isto é, quanto mais próximo for as opiniões e aptidões de um indivíduo com uma determinada pessoa ou um grupo, mais elas serão relevantes no processo de comparação. Essa comparação pode envolver características pessoais (gênero, etnia, idade, etc) ou habilidades (oratória, no caso do grupo de advogados). Para exemplificar melhor, podemos citar, um jogador de futebol informal, que joga bola apenas aos fins de semana. Neste caso, é certo que ele não irá comparar suas habilidades com a de um jogador profissional, mas com a de um amigo que também joga futebol apenas nos finais de semana.

Pelo exposto, podemos pensar que, quanto mais próximo é o conteúdo da comparação, maior é o efeito da dominância social exercida sobre a pessoa com quem se compara. Isso significa que, ao buscar informações sociais sobre determinado assunto, uma pessoa certamente terá como parâmetro alguém próximo, com quem possui os mesmos padrões, dificilmente fará comparações generalizadas com desconhecidos.

Entretanto, isto não quer dizer que as pessoas não possam se comparar com àquelas que não lhes são semelhantes, podem sim, porém, isso ocorre com menor frequência. Todavia, ressalta-se que, se as comparações forem muito discrepantes, não há um fornecimento útil de informações para fazer uma avaliação precisa, o que pode ocasionar na diminuição da tendência para se comparar. Neste caso, uma solução seria “ignorar relativamente as diferenças e comparar-se com o seu próprio grupo” (Festinger, 1954, p. 136).

Assim, há situações que quando as opiniões e aptidões forem divergentes do grupo em que o indivíduo está inserido, o grupo pressiona a pessoa

para que haja uniformidade, ajustando as opiniões e comportamentos, ao passo que quando as divergências não forem resolvidas, o membro poderá ser rejeitado. Logo, há duas estratégias: resistir à pressão ou mudar de grupo, o que pode acarretar sentimentos de hostilidade (Álvaro; Garrido, 2017; Torres; Neiva, 2011).

(3) *o grau de proximidade do objeto de comparação com um padrão social*, ou seja, aquilo que a sociedade põe como norma aceita pela maioria das pessoas e, portanto, motivando a comparação. Nestes casos, aumenta o comportamento de competitividade. Vejamos como isto é comum em grupo de crianças. Quando estão brincando de pega-pega e alguém diz “quem chegar por último é a mulher do sapo”, então, há uma motivação para que as crianças corram em busca de alcançar o alvo, isso é, chegar nos primeiros lugares. Nesse caso, há uma maior preocupação em comparar suas habilidades de corredor com àquelas que estão nas primeiras fileiras do pelotão, próximo do padrão desejado, e não com as que estão no final da fila.

(4) *as diferenças individuais*, isto significa que, apesar da comparação ser um mecanismo parcialmente automático, as pessoas variam no modo como se comparam, e essa variação pode ser referente a um aspecto da personalidade, o que faz com que alguns indivíduos sejam mais propensos a se envolverem em comparações sociais. Dado que, ao comparar-se com outros, seja positivamente ou negativamente, evidenciam-se as diferenças individuais, a exemplo dos traços de personalidade (Buunk *et al.*, 2020). Por exemplo, pessoas que pontuam alto no traço de personalidade neuroticismo, experienciam alta afetividade negativa e, portanto, podem ter uma visão distorcida de si, baixa autoestima e maior necessidade de aprovação dos outros, o que aumenta a tendência de se comparar socialmente.

## **2.3 DIREÇÃO DAS COMPARAÇÕES: ASCENDENTE – DESCENDENTE**

De acordo com Festinger (1954) há um impulso unidirecional para cima na avaliação das aptidões (Wills, 1981), o que foi denominado de *comparações ascendentes*, em que são escolhidos objetos de comparação superiores, isto é, pessoas que estão em um patamar favorável socialmente ou que apresente um melhor desempenho em alguma atividade. Nesse tipo de comparação se tem o objetivo de manter uma imagem social estável e de se motivar a melhorar opiniões e habilidades em busca de alcançar

objetivos mais elevados. Nesse tipo de comparação as pessoas se sentem inspiradas e admiradas e experimentam emoções positivas (Corcoran *et al.*, 2011; Suls; Wheeler, 2020). Por exemplo, alguém que está na posição de estagiário num escritório poderá comparar seu nível de conhecimento com seu superior, dado que essa pessoa é para ele alvo de inspiração em seu desenvolvimento profissional.

Por outro lado, embora as comparações ascendentes produzam emoções positivas, podem surgir também emoções negativas, tais como, inveja ou raiva, isso porque, as pessoas percebem que estão em uma situação de inferioridade e, portanto, podem se sentir frustradas e ressentidas por não alcançarem um padrão desejado (Lee *et al.*, 2019). Por exemplo, imaginemos alguém que compara sua condição de vida nas redes sociais (*Instagram*) com uma pessoa aparentemente bem-sucedida que apresenta um alto padrão de vida, isso pode gerar sentimentos de inveja e frustração.

Nas décadas posteriores ao surgimento da teoria clássica da comparação, foram realizadas pesquisas para explorar melhor a natureza das comparações. Dentre delas, a de Wills (1991) que revelou que a direção da comparação pode se modificar, nesse caso, os indivíduos vão se comparar com pessoas que, em sua percepção, encontram-se em um posto social inferior, o que seria denominada de *comparações descendentes* (Suls; Wheeler, 2020). Nesse tipo de comparação as pessoas se sentem psicologicamente ameaçadas e, portanto, para amenizar esse sofrimento, preferem realizar esse tipo de comparação para se sentirem melhores na medida em que aumenta a autoestima, eleva o senso de competência, o nível de autoconfiança e o orgulho de si mesma.

Por exemplo, pode-se pensar no caso de uma pessoa que está participando do processo seletivo de um concurso para professor em uma universidade. A pessoa passou nas primeiras etapas e, ao perceber que há candidatos destacando-se em uma posição superior a sua, prefere se comparar com os candidatos que estão em uma posição inferior para se sentir mais confiantes em suas capacidades que irá utilizar no processo seletivo do concurso.

Além disso, indivíduos com elevada ansiedade social e baixa autoestima envolvem-se mais em comparações descendentes do que ascendentes (Mitchell; Schmidt, 2014). No entanto, emoções negativas também podem ser desencadeadas, a exemplo da preocupação, pena e desprezo (Buunk; Gibbons, 2007; Lee *et al.*, 2016). Por exemplo, em uma turma de faculdade,

alguém que tirou nota baixa no exame de certa disciplina, pode se comparar com alguém que tirou uma nota mais baixa do que a sua e, nesse caso, sentir preocupação com essa pessoa.

## 2.4 CONSEQUÊNCIAS DA COMPARAÇÃO SOCIAL

Os efeitos da comparação social relacionados ao *self* têm sido investigado por meio de diversos caminhos metodológicos e teóricos (Gerber *et al.*, 2018). Especificamente identificando que esse processo não acontece no vácuo, mas em um determinado contexto, realizado por alguém que apresenta características que as distingue dos demais, seja na frequência com que a pessoa se compara, seja na motivação, na direção e até na intensidade das consequências afetivas vivenciadas. Por isso, esse mecanismo psicológico é responsável por produzir uma variedade de emoções (Mussweiler, 2020).

Uma vez que a comparação social se refere ao processo de avaliação das próprias características em relação às características de outras pessoas, algumas circunstâncias podem ser marcadas por angústia. Por isso, detectar a maneira como o conhecimento é buscado e ativado durante o processamento da comparação é fundamental para entender como se dá essa autoavaliação e suas consequências (Buunk; Gibbons, 2006, 2007).

Stapel e Tasser (2001) sugerem que o processo de ativação da comparação social positiva ou negativa desencadeiam mudanças no afeto e está relacionado inicialmente ao tipo de autoavaliação do indivíduo. Se esta autoavaliação for positiva, provavelmente sentimentos positivos serão despertados a respeito de si mesmo. Isso significa que as coisas estão indo bem, tal como esperado, não havendo necessidade de preocupação com informações de comparação social. Seguindo esse raciocínio, uma autoavaliação negativa despertará afeto negativo e, nesse caso, aumentará a necessidade de comparações sociais, tendo em vista que constituem uma ameaça para o *self* (Buunk; Gibbons, 2006; Buunk *et al.*, 2020; Gibbons; Buunk, 1999).

Assim, o efeito emocional despertado pela comparação é proveniente das características do indivíduo, dado que a avaliação positiva de si (autoaprovação) ou negativa (depreciação) pode se relacionar a autoestima, constituída da interpretação dos pensamentos e sentimentos de autovalor, utilizada para avaliar características e habilidades. Pessoas com baixa autoestima sentem-se mais ameaçadas e, portanto, possuem um olhar negativo

de si, o que as tornam vulneráveis ao surgimento de problemas clínicos (a exemplo de ansiedade e depressão). Já as pessoas com boa autoestima são inclinadas a valorizarem suas habilidades e se sentirem bem com seu desempenho (Buunk; Gibbons, 2007; Lee *et al.*, 2016).

Outra maneira pela qual a autoidentificação pessoal e social traz efeitos positivos ou negativos está relacionado ao “eu possível”, que inclui visões de quem pode ser e, para isso, buscam-se respostas através da comparação social (Álvaro; Garrido, 2017; Myers, 2014). Tais descobertas constataam que a autoconstrução do eu, resultante da autoavaliação que a pessoa faz, sejam crônicas ou induzidas pelo contexto, é um elemento imprescindível para indicar a direção da comparação social (para cima-para baixo) (Corcoran *et al.*, 2011).

Nessa perspectiva, pesquisas exemplificam o efeito da autoavaliação (positiva e negativa) em mulheres para identificar a satisfação corporal comparando-se com modelos. Os resultados mostraram que as mulheres satisfeitas com seus corpos se compararam com menos frequência com o alvo (modelos) e, por suposto, não sofreram efeitos negativos. Em contrapartida, as mulheres que estavam insatisfeitas com seus corpos, apresentaram uma maior necessidade de comparação e, por suposto, sofreram psiquicamente, independente dos padrões escolhidos (Knobloch-Westerwick, 2014; Watt; Konnert, 2018; Xiaojing, 2017).

Diante disso, McCarthy e Morina (2019) afirmam que a autoavaliação pode afetar o modo como buscamos informações, visto que a comparação social é um processo cognitivo que contribui para mudanças no afetos. Dessa forma, dependendo de como os indivíduos interpretam as informações sociais e a si mesmos, vivenciarão emoções positivas ou negativas (Gerber *et al.*, 2018; Mccarthy; Morina, 2019; Rozgonjuk *et al.*, 2019).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação é um fenômeno social onipresente, realizada para fornecer informações sociais, avaliar a si mesmo e adaptar-se em situações desafiadoras. Na Psicologia Social, as pesquisas têm destaque não somente as funções desse mecanismo, mas também a necessidade das pessoas de realizarem comparações e no modo como essas podem afetar as atitudes e os comportamentos (Buunk *et al.*, 2020; Gerber *et al.*, 2018; Mussweiler, 2020).

Embora a literatura em comparação social tenha avançado nos últimos anos, ainda se faz necessário estudos empíricos que aprimorem o desenvolvimento teórico e metodológico, principalmente no Brasil, no qual são limitados a poucas áreas de aplicação (Torres; Neiva, 2011). Especificamente sobre os processos que intervêm na relação entre a comparação e afetividade, como retratado em casos anteriores, a associação entre neuroticismo, baixa autoestima, depressão e ansiedade (Buunk; Gibbons, 2007; Rozgonjuk *et al.*, 2019).

Tais estudos indicam que a comparação social desempenha uma função na manutenção de sintomas e cognições, a exemplo da ruminação de pensamentos depressivos (Curci *et al.*, 2015), e comportamentos disfuncionais, como o frequente uso de redes sociais online (Rozgonjuk *et al.*, 2019), e a não adaptação social (Miao *et al.*, 2018), o que pode influenciar em crenças negativas do *self* (Mccarthy; Morina, 2019).

Essas alegações trazem implicações para a necessidade do desenvolvimento de estudos e replicação de métodos que favoreçam o campo de pesquisa da comparação social, como, por exemplo, para melhorar a compreensão das queixas em saúde mental e para contribuir com o diagnóstico e tratamento dos efeitos negativos da comparação social (Garanyan; Pushkina, 2016).

## REFERÊNCIAS

ÁLVARO, J. L.; GARRIDO, A. A Evolução da Psicologia social até os anos 1970. In: **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. (Ed. Rev). AMGH, 2017, p. 167-168.

BUUNK, A. P.; GIBBONS, F. X. Social comparison orientation: A new perspective on those who do and those who don't compare with others. In S. Guimond (Ed.), **Social comparison and social psychology: Understanding cognition, intergroup relations, and culture**. Cambridge University Press. 2006, p.15–32. <https://psycnet.apa.org/record/2006-04288-001>

BUUNK, A. P.; GIBBONS, F. X. Social comparison: The end of a theory and the emergence of a field. **Organizational Behavior and Human**

**Decision Processes**, v. 102(1), 2007, p. 3–21. <http://dx.doi.org/10.1016/j.obhdp.2006.09.007>

BUUNK, A.P. *et al.* Individual differences in social comparison: The complex effects of social comparison orientation. In: SULLS, J.; COLLINS R.L. (Ed.), **Social comparison, judgement and behavior**. Oxford University Press. 2020, p. 77-104. <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/oso/9780190629113.001.0001/oso-9780190629113-chapter-4>

BUUNK, A. P.; GIBBONS, F.X.; DIJKSTRA P.; KRIZAN, Z. Individual Differences in Social Comparison: The Complex Effects of Social Comparison Orientation. In: J. SULLS; COLLINS, R.L. (Eds.), **Social comparison, judgement and behavior** (pp. 77-104). Oxford University Press. 2020. <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/oso/9780190629113.001.0001/oso-9780190629113-chapter-4>

CORCORAN, K. & CRUSIUS, J.; MUSSWEILER, T. Social Comparison: Motives, Standards, and Mechanisms (Ed). In D. Chadee. **Theories in social psychology**, 2011, p. 119-139. [https://www.researchgate.net/publication/265634849\\_Social\\_Comparison\\_Motives\\_Standards\\_and\\_Mechanisms](https://www.researchgate.net/publication/265634849_Social_Comparison_Motives_Standards_and_Mechanisms)

CURCI, A. *et al.* Balancing emotional processing with ongoing cognitive activity: The effects of task modality on intrusions and rumination. **Frontiers in Psychology**, v. 6, p. 12–75, 2015. <http://dx.doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01275>

FESTINGER, L. A theory of social comparison processes. **Human Relations**, 7, p. 117–140. 1954. <http://dx.doi.org/10.1177/001872675400700202>

GARANYAN N.G.; PUSHKINA E.S. Verification of the validity and reliability of the Russian version of the “Iowa-Netherlands Social Comparison Guidance Scale” methodology in a sample of students. **Advisory**

**Psychology and Psychotherapy**, v. v. 24(2), p. 64-92, 2016. <http://dx.doi.org/10.17759/cpp.2016240205>

GERBER, J. P.; WHEELER, L.; SULS, J. A social comparison theory meta-analysis 60+ years on. **Psychological Bulletin**, v. 144(2), p. 177–197, 2018. <http://dx.doi.org/10.1037/bul0000127>

GIBBONS, F. X.; BUUNK, B. P. Individual differences in social comparison: Development of an orientation scale for social comparison. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 76(1), p. 129-142, 1999. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.76.1.129>

KNOBLOCH-WESTERWICK, S. Thinspiration: self-improvement versus self-evaluation social comparisons with thin-ideal media retrayals. **Health Communication**, v.30 (11), p. 1089–1101, 2014. <http://dx.doi.org/10.1080/10410236.2014.921270>

LEE, B.; SUH, T.; SIERRA, J. J. Understanding the effects of physical images on viewers in social comparison contexts: a multi-study approach. **Journal of Promotion Management**, v. 1-18, 2019 doi: 10.1080 / 10496491.2019.1612496

LEE, S.; CHEN, Y.; HARMON, M. Reality TV, materialism, and associated consequences: An exploration of the influences of enjoyment and social comparison on reality TV's cultivation effects. **Atlantic Journal of Communication**. v. 24. 228-241, 2016. <http://dx.doi.org/10.1080/15456870.2016.1208659>

MCCARTHY, P. A.; MORINA, N. Exploring the association of social comparison with depression and anxiety: A systematic review and meta-analysis, **Clin Psychol Psychother**. v. 2020, 1–32, 2019. <http://dx.doi.org/10.1002/cpp.2452>

MIAO, H.; LI, Z.; YANG, Y.; GUO, C. (). Social Comparison Orientation and Social Adaptation Among Young Chinese Adolescents: The Mediating

Role of Academic Self-Concept. **Frontiers in Psychology**, v. 9, 2018. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2018.01067>

MITCHELL, M. A. & SCHMIDT, N. B. An experimental manipulation of social comparison in social anxiety, **Cognitive Behaviour Therapy**, v. 43 (3), 221-229, 2014. <https://doi.org/10.1080/16506073.2014.914078>

MUSSWEILER, T. How Social Comparison Affects the Self: The Selective Accessibility Mechanism In: SULLS, J.; COLLINS, R.L. (Ed), **Social comparison, judgement and behavior** (pp. 32-52). Oxford University Press. 2020. <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/oso/9780190629113.001.0001/oso-9780190629113-chapter-4>

ROZGONJUK, D.; RYAN, T.; KULJUS, J.; TÄHT, K.; SCOTT, G. Social comparison orientation mediates the relationship between neuroticism and passive Facebook use. **Cyberpsychology: Journal of Psychosocial Research on Cyberspace**, v. v. 13(1), 2019. <http://dx.doi.org/10.5817/CP2019-1-2>

STAPEL, D. A.; TESSER, A. Self-activation increases social comparison. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 81, 742–750, 2001. <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.81.4.742>

SULLS, J. R.; WHEELER, L. Looking up and ahead: the social comparison of abilities, personal attributes, and opinions. In SULLS, J. R., COLLINS, L. & Wheeler, L. **Social comparison, judgment, and behavior** (pp. 52-76). Oxford University Press. 2020. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190629113.003.0003>

TORRES, C.; NEIVA, R. E. **Psicologia Social: Principais temas e vertentes**. Artmed, 2011.

WILLS, T. A. Downward comparison principles in social psychology. **Psychological Bulletin**, v. 90, 245–271, 1981. <http://dx.doi.org/10.1037/0033-2909.90.2.245>

XIAOJING, A. Social networking site uses, internalization, body surveillance, social comparison and body dissatisfaction of males and females in mainland China. **Asian Journal of Communication**, v. 27(6),616-630, 2017. <http://dx.doi.org/10.1080/01292986.2017.1365914>

WARRENDER, D. ; MILNE, R. How use of social media and social comparison affect mental health. **Nursing Times** [online] v. 116 (3), 2020. <https://cdn.ps.emap.com/wp-content/uploads/sites/3/2020/02/200226-How-use-of-social-media-and-social-comparison-affect-mental-health.pdf>

## CAPÍTULO 8

# CRENÇA NO MUNDO JUSTO E DA VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

*Suiane Magalhães Tavares*

*Carlos Eduardo Pimentel*

*Cícero Roberto Pereira*

*Débora Cristina Nascimento de Lima*

*Isabella Leandra Silva Santos*

## 1 INTRODUÇÃO

A cada dia, muitas mulheres perdem suas vidas devido ao feminicídio. Constata-se que pelo menos 82% de um total de 1,3 mil mulheres são mortas pelas mãos de seus parceiros ou ex-parceiros (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, 2021). Além disso, aquelas que optam por não denunciar seus parceiros muitas vezes enfrentam várias formas de violência continuada. Em alguns casos, quando há denúncia, seja judicialmente, ou através das redes sociais, a sociedade costuma reagir contra elas, culpabilizando a vítima. Por exemplo, foi recentemente noticiado nos meios de comunicação um caso no qual a justiça absolveu o ex-marido de uma mulher que havia gravado um vídeo do próprio infortúnio. Quando ela compartilhou o vídeo nas redes sociais surgiram dúvidas sobre a veracidade do ocorrido, levantando questões como se a vítima estivesse chamando atenção, se suas alegações eram inconsistentes ou se ela teria consentido (Luz; Bento, 2023). Esse caso reflete que mesmo quando uma vítima apresenta evidências claras, ainda assim ela pode ser julgada de forma negativa por parte da sociedade quanto do sistema de justiça.

A pesquisa no domínio da psicologia social da justiça tem revelado que as pessoas são motivadas a promover a justiça retributiva, isto é, a punição daqueles que violam a norma social, pois acreditam que isso permite a dissuasão de futuros crimes (Correia, 2010). O campo de estudos sobre a justiça retributiva tem destacado que esse tipo de justiça é institucionalizada e pretende reduzir o crime por meio de desencorajamento, sanções e incapacitação (Carlsmith; Darley, 2008). Certamente como uma forma de

evitar que as pessoas não cometam outros crimes. Os achados de Crockett, Ozdemir e Fehr (2014) mostraram que as pessoas estão dispostas a investir seus próprios recursos em punições com o propósito de punir, mesmo quando a dissuasão não é possível. Por sua vez, a pesquisa de Hechler, Funk e Kessler (2023), ao investigar o efeito da mudança e punição do agressor no empoderamento relacionado à justiça e na satisfação das vítimas, constatou que a mudança do agressor e não a punição fez as vítimas sentirem que a justiça foi feita. Por outro lado, Adams e Muller (2015) mostraram que a modalidade de justiça retributiva aumenta a sensação de que a justiça foi restabelecida, o que, por sua vez, diminuiu o desejo de compensar as vítimas (Adams; Muller, 2015), esclarecendo que, às vezes, as vítimas podem não receber a atenção que deveriam.

No geral, a aplicação desse tipo de justiça deveria estar na punição adequada aos perpetradores pela injustiça de suas ações (Darley; Pittman, 2003). Por exemplo, quando ocorre violência contra uma mulher, é esperado que o agressor seja punido por violar a norma social da não agressão que prevê penalizações para o agressor, como especificado na Lei 11.342/2006, mas também por normas e tratados internacionais, como a convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (Cedan, 2020). No entanto, a aplicação dessa justiça nem sempre ocorre, especialmente no contexto das diversas formas de violência sexual contra as mulheres. Acredita-se que esse descompasso reflete a longa história que materializa as assimetrias de gênero, as quais tem relegado às mulheres uma posição inferior à do homem, formando uma cultura de dominação masculina, que serve para justificar as assimetrias de gênero, especialmente dentro das relações afetivas (Amâncio, 1997; Santos; Amâncio, 2014).

Por outro lado, um complemento à justiça retributiva seria a justiça restaurativa (Wenzel *et al.*, 2007), que exerce um papel ativo para as vítimas da injustiça, como uma vítima de violência, por exemplo. Essa forma de justiça pode ser definida como um conjunto de atividades que pode envolver o infrator e a vítima (Curtis-Fawley; Daly, 2005). Nesse sentido, ela vai além da punição daquele que violou a norma, buscando restaurar a justiça para quem vivenciou o infortúnio (Correia, 2010). Além de ser uma estratégia focada na vítima em forma de compensação, podendo incluir remuneração financeira ou reparação por lesão, ou danos sofridos (Gromet; Darley, 2006). Portanto, nesse tipo de justiça, o objetivo é restaurar as vítimas de modo a colocá-las no estado em que se encontravam antes do dano infligido (Darley; Pittman, 2003).

A literatura tem dado atenção tanto a justiça retributiva como a restaurativa (Curtis-Fawley; Daly, 2005), com poucas pesquisas tentando explorar de forma experimental a necessidade das pessoas por meio de aspectos cognitivos e psicossociológicos que motivam os indivíduos a adotarem uma ou outra forma de justiça, especialmente no âmbito da psicologia social da violência de gênero (Wenzel *et al.*, 2008). Além disso, até onde conseguimos investigar, continua por ser elucidado como as pessoas reagem, compensando e punindo a vítima e a seu agressor simultaneamente. Nesse sentido, se a busca da justiça é um princípio que orienta o comportamento das pessoas nas relações interpessoais (Mateus; Pereira, 2021) era de se esperar que as pessoas tendessem a agir de maneira a punir o infrator e recompensar a vítima pelo ocorrido, pois em contextos com normas prescritivas que regulam as relações sociais para a não agressão (Kruger, 2013), deveria ser inaceitável considerar que as pessoas possam apoiar qualquer forma de violência contra outra pessoa, especialmente, onde legitimar a violência não é socialmente aceitável (Estramiana *et al.*, 2013). No entanto, os mecanismos que legitimam a injustiça podem levar as pessoas a hesitarem em compensar uma vítima de estupro, mas não a absolver seus agressores. Porque o comportamento de uma vítima de violência pode afetar os julgamentos das pessoas sobre ela (Naseralla; Warner, 2020), mesmo que as consequências desse julgamento sejam injustas e estarrecedoras para à própria vítima (Correia, 2000).

## **2 A PERSPECTIVA DAS JUSTIÇAS RETRIBUTIVA E RESTAURATIVA**

O comportamento motivado pela justiça é um princípio que norteia o comportamento das pessoas nas relações interpessoais (Correia, 2010; Dalbert, 2009; Lerner, 1980; Mateus; Pereira, 2021; Tyler, 2006). No caso da violência contra as mulheres, embora tenha havido progressos na legislação, parece também haver uma estagnação, onde os avanços atingiram um ponto de estabilidade, o que contrasta com as estatísticas de violências e mortes de mulheres e meninas, que continuam a aumentar. Um achado importante a ser ressaltado é o da pesquisa de Cheek, Bandt-Law e Sinclair (2023), que analisou a percepção das pessoas sobre os danos causados pelo assédio sexual e violência doméstica numa amostra de homens e mulheres, cujos resultados mostraram que mulheres de baixo nível socioeconômico, que sofrem um risco desproporcional de violência de gênero, encontram mais

barreiras institucionais no acesso à justiça, como em relação à segurança, a receber menos ajuda de espectadores e profissionais e menor probabilidade de punição para os autores de assédio. No geral, a justiça retributiva foca na reparação da justiça de forma unilateral de penas (Wenzel *et al.*, 2008). A justiça restaurativa, por sua vez, foca na reparação da justiça através da reafirmação de um consenso de valores partilhados em um processo bilateral, por exemplo (Wenzel *et al.*, 2008). Em síntese, a justiça restaurativa pode incluir encontros, reparações e, principalmente, embora punição possa ser uma das suas práticas de justiça restaurativa, ela não é o foco, tem-se como central as relações sociais (Gromet; Darley, 2006; Wenzel *et al.*, 2007).

As pesquisas conduzidas sobre as punições dos perpetradores revelam que quanto mais eles são punidos, menos os participantes recomendam que uma vítima seja recompensada, ou seja, a compensação da vítima é menor, pois os participantes acreditam que a justiça foi restaurada após a punição do agressor (Adams; Mullen, 2015). Isso parece sugerir que as consequências sofridas pela vítima não os impactam tanto quanto punir o seu agressor, ou mesmo que a justiça, quando é feita para uma das partes, parece garantir que o nosso próprio senso de justiça foi reestabelecido (Adams; Mullen, 2015). Diferente disso, pode ser que os participantes estejam apenas percebendo uma vítima não de forma individual, mas de forma categorizada, uma vez que as pessoas tendem a perceber eventos e indivíduos como categorias sociais, mais do que indivíduos (Ismael; Camino, 1995).

Além disso, a maneira como iremos perceber uma vítima pode ter a ver com *status* socioeconômico dela, cor da pele, gênero ou orientação sexual. Por exemplo, Cheek, Bandt-Law e Sinclair (2023) destacam o “viés de pele grossa”, ou seja, a percepção de que as pessoas de baixo nível econômico têm maior tolerância a eventos negativos. Isso foi demonstrado em uma pesquisa realizada por eles, em que os participantes acreditavam que mulheres de baixo nível socioeconômico seriam menos prejudicadas por assédio sexual e violência doméstica do que mulheres de alto nível socioeconômico. Mais recentemente, a pesquisa realizada por Linhares e Torres (2022) revelou que vítimas negras e não tradicionais, ou seja, que não seguem as normas sociais, são mais culpabilizadas em comparação com vítimas brancas e vítimas normativas. Um estudo semelhante conduzido por Linhares *et al.* (2022) também mostrou que uma mulher negra vítima de violência tende a ser mais culpabilizada do que uma vítima branca. Além disso, observou-se que o gênero do observador que avalia a situação influencia na culpabilização da vítima, sendo que os homens tendem a atribuir

mais culpa à vítima do que mulheres. Finalmente, a pesquisa conduzida por Torres e Farias (2008) mostrou que as pessoas atribuem responsabilidade a indivíduos afetados pelo HIV em comparação com aqueles com câncer de pulmão. Da mesma forma, indivíduos homossexuais eram mais responsabilizados por participantes com altas crenças no mundo justo. Podemos pensar sobre a seguinte questão, a relação entre os processos cognitivos e motivacionais para restaurar percepção de justiça poderia estar relacionada com reações a situações de violência contras as mulheres que responsabilizam pela situação (Lerner; Miller, 1978) ou para manutenção das estruturas sociais existentes (Alves; Correia, 2009).

### 3 CRENÇA NO MUNDO JUSTO

Podemos aprofundar essa questão a partir da teoria sobre a crença no mundo justo, desenvolvida por Lerner (1980). A teoria postula que as pessoas têm a necessidade de acreditar que vivem em um mundo organizado e controlado, portanto a pessoas boas acontecerão coisas boas e coisas ruins ou negativas irão ocorrer com aqueles que merecem. Dessa forma, segundo essa teoria, as pessoas se comportam como se de fato acreditassem que vivem em um mundo justo. Enquanto, pensar que alguém sofreu sem merecer, afeta nossa vulnerabilidade e nos leva a situações distorcidas das situações de vitimização e das vítimas (Correia, 2000). A CMJ tem uma função não apenas para o bem-estar psicológico e a derrogação da vítima, mas também para servir como dispositivo de legitimação do *status quo* (Alves; Correia, 2010). Logo, motiva as pessoas a perceberem as disposições sociais, econômicas e políticas como sendo justas, legítimas e necessárias (Alves; Correia, 2010; Paiva; Pereira, 2021). Explicando, portanto, o impacto estrutural em uma categoria social, como a de gênero, até os dias atuais, refletida no nível mais elevado de poder social e político dos homens sobre as mulheres (Santos; Amâncio, 2014) o que segue sendo fortalecido pelas normas, valores, atitudes, estereótipos presentes como mecanismo nas instituições, como escolas, parlamento, família, entre outros.

Nesse contexto, pesquisas mostram que a CMJ pode apresentar funções e consequências sociais, envolvendo tanto o bem-estar psicológico, como a derrogação de uma vítima (Lerner, 1980), mas também como um dispositivo de legitimação do *status quo* (Alves; Correia, 2010). Nessa perspectiva, Doise (2002) destaca que as normas sociais e as características ideológicas presentes em uma sociedade ou grupos específicos não apenas

conferem significados aos comportamentos individuais, mas funcionam como suporte para as diferenciações sociais.

Com base nisso, e dado que nossa sociedade é estruturada em hierarquias, podemos pensar que a CMJ enquanto uma norma injuntiva, pode levar as pessoas com alta CMJ fortalecer ainda mais a ideia da superioridade de uma categorial social sobre a outra. Por exemplo, em uma cultura machista é comum que a ideia de que os homens são superiores às mulheres seja reforçada, uma vez que essa crença está relacionada à visão dominante. Conforme Alves e Correia (2009), grupos dominantes podem indicar que o sistema da forma como está também compreende justiça.

## 4 VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA

Nesse sentido, mulheres vítimas de violência podem ser injustamente culpadas pelos infortúnios que lhes acontecem. Especificamente, sendo vitimizadas secundariamente, por meio da culpabilização, evitação e minimização do sofrimento (Tavares *et al.*, 2022). Por exemplo, estudos sobre a culpabilização das vítimas mostrou que fatores como o sexo do participante e os mitos sobre violências domésticas, que contribuem para desculpabilizar o agressor, influenciam as atitudes das pessoas em relação à violência doméstica. Especificamente, participantes do sexo masculino tendem a culpar mais a vítima em comparação com as mulheres (Yamawaki *et al.*, 2012). De forma semelhante, o estudo realizado por Linhares e Torres (2022) constatou que participantes do sexo masculino tendem a culpabilizar mais a vítima do que as mulheres.

Além disso, os indivíduos podem não perceber como injusto uma mulher vítima de estupro que, segundo as crenças, “deu motivos”, como “beber demais” ou simplesmente “ser morta por ser mulher”. Isso vai ao encontro com os achados de Mateus e Pereira (2021), ao afirmarem que como as pessoas reagem diante de vítimas pertencentes a grupos minoritários pode envolver mecanismos, como, por exemplo, preconceito.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse contexto, parece haver um mecanismo que legitima as desigualdades de gênero. Esse mecanismo não apenas está presente nas relações intergrupais e das relações íntimas de afeto (Santos; Amâncio, 2014), mas

também envolve uma dimensão societal. Isso pode ser refletido pelas leis desenvolvidas por atores sociais e refletem o pensamento dos indivíduos em um determinado tempo ou contexto (Correia, 2010). Especificamente, no que diz respeito à violência contra a mulher, esse mecanismo parece reforçar as categorias dominantes, possivelmente favorecendo os agressores de violência.

## REFERÊNCIAS

ADAMS, G. S; MULLEN, E. Punishing the Perpetrator Decreases Compensation for Victims. **Social Psychological and Personality Science**, v. 6, n. 1, p. 31-8. 2015. Disponível em: [doi.org/10.1177/1948550614542346](https://doi.org/10.1177/1948550614542346)

ALVES, H; CORREIA, I. Personal and general belief in a just world as judgement norms. **International Journal of Psychology**, v. 45, n. 3, p. 221-31. 2010. Disponível em: [doi.org/10.1080/00207590903281120](https://doi.org/10.1080/00207590903281120)

AMÂNCIO, L. The importance of being male: Ideology and context in gender identities. **Revue Internationale de Psychologie Sociale**, v. 10, n. 2, p. 79-94. 1997.

CARLSMITH, K; DARLEY, J. Psychological Aspects of Retributive Justice. **Advances in Experimental Social Psychology**, v. 40, p. 193-236. 2008. Disponível em: [doi.org/10.1016/S0065-2601\(07\)00004-4](https://doi.org/10.1016/S0065-2601(07)00004-4)

CEDAN. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as mulheres**. 2020. Disponível em: [https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ao/UNDP\\_AO\\_GUIA-A-CONVENCAO-DA-CEDAW.pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/ao/UNDP_AO_GUIA-A-CONVENCAO-DA-CEDAW.pdf)

CHEEK, N; BANDT-LAW, B; SINCLAIR, S. People believe sexual harassment and domestic violence are less harmful for women in poverty. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 107, 2023. Disponível em: [doi.org/10.1016/j.jesp.2023.104472](https://doi.org/10.1016/j.jesp.2023.104472)

CORREIA, I. A teoria da crença no mundo justo e a vitimização secundária: Estudos empíricos e desenvolvimentos teóricos. **Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 251–283. 2000. Disponível em: [doi.org/10.17575/rpsicol.v14i2.514](https://doi.org/10.17575/rpsicol.v14i2.514)

CORREIA, I. Psicologia Social da Justiça: fundamentos e desenvolvimentos teóricos e empíricos. **Análise Psicológica**, v, 1, p. 7-28. 2010. Disponível em: [doi.org/10.14417/ap.249](https://doi.org/10.14417/ap.249)

CROCKETT, M; ÖZDEMIR, Y; FEHR, E. The value of vengeance and the demand for deterrence. **Journal of experimental psychology: General**, v. 143, n. 6, p. 2279–2286. 2014. Disponível em: [doi.org/10.1037/xge0000018](https://doi.org/10.1037/xge0000018)

CURTIS-FAWLEY, S; DALY, K. Gendered Violence and Restorative Justice. **Violence Against Women**, v. 11, n. 5. 2005. Disponível em: [doi.org/10.1177/10778012052744](https://doi.org/10.1177/10778012052744)

DALBERT, C. Belief in a just world. In Leary, M. R. & Hoyle, R. H. (Eds.), **Handbook of Individual Differences in Social Behavior**. New York: Guilford Publications, P. 288-297. 2009.

DARLEY, J; PITTMAN, T. The psychology of compensatory and retributive justice. **Personality and social psychology review: an official journal of the Society for Personality and Social Psychology**, v. 7, n. 4, p. 324–336. 2003. [doi.org/10.1207/S15327957PSPR0704\\_05](https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0704_05)

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1. 2002. [doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004](https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000100004)

ESTRAMIANA, A. L; PEREIRA, C. R; MONTER, M. R; ZLOBINA, A. Valores sociais. In Camino, L; Torres, A. R; Limas, M. E; Pereira, M. E. (Eds.), **Psicologia Social: Temas e Teorias**, p. 311-355. 2013.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário de Segurança Pública**. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

GROMET, D; DARLEY, J. Restoration and Retribution: How Including Retributive Components Affects the Acceptability of Restorative Justice Procedures. **Social Justice Research**, v. 19, n. 4, p. 395–432, 2006. Disponível em: [doi.org/10.1007/s11211-006-0023-7](https://doi.org/10.1007/s11211-006-0023-7).

HECHLER, S.; FUNK, F.; KESSLER, T. Not revenge, but change is sweet: Experimental evidence of how offender change and punishment play independent roles in victims' sense of justice. **The British Journal of Social Psychology**, v. 62, n. 2, p. 1013–1035, 2023.

ISMAEL, E. **Categorização das diferenças socio-econômicas em função do desenvolvimento cognitivo e do meio social**. Porto Alegre, Bra: UFRGS. 1995.

KRUGER, H. Ideologias, sistemas de crenças e atitudes. In Camino, L., Torres, A. R. R., Limas, M. E. O., & Pereira, M. E. (Org), **Psicologia Social: Temas e teorias** (2 ed, pp. 263-308). Brasília: TechnoPolitik. 2013.

LERNER, M. **Belief in a just world: a fundamental delusion**. Nova Iorque: Plenum Publishing Corporation. 1980.

LERNER, M; MILLER, D. Just world research and the attribution process: Looking back and ahead. **Psychological Bulletin**, v. 85, n. 5, p. 1030–1051, 1978. Disponível em: [doi=10.1037/0033-2909.85.5.1030](https://doi.org/10.1037/0033-2909.85.5.1030).

LINHARES, L; TORRES, A. She deserved it: Analysis of variables that influence the accountability of victims of sexual violence. **Acta Colombiana de Psicología**, v. 25, n. 1, p. 218–229, 2022. Disponível em: <https://actacolombianapsicologia.ucatolica.edu.co/article/view/3875>.

LINHARES, L; TORRES, A; LUCENA, A; NAPOLIS, N. Blaming the Black Victim: the Victim's Skin Color and Belief in a Just World. **Trends in Psychology**, v. 31, n. 1, p. 1–15, 2023. Disponível em: [doi.org/10.1007/s43076-021-00134-7](https://doi.org/10.1007/s43076-021-00134-7).

LUZ, A.; BENTO, B. **Justiça absolve ex-marido de mulher que gravou o próprio estupro no litoral de SP**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2023/08/10/justica-absolve-ex-marido-de-mulher-que-gravou-o-proprio-estupro-no-litoral-de-sp.ghtml>

MATEUS, K. S; PEREIRA, C. R. **System justification in the social explanation of the violence against minority groups**. No Prelo. 2021.

NASERALLA, E.; WARNER, R. The role of reporting in the evaluation of rape victims. **European Journal of Social Psychology**, v. 50, n. 5, p. 1032–1045, 2020. Disponível em: [doi:10.1002/ejsp.2654](https://doi.org/10.1002/ejsp.2654).

PAIVA, T. T.; PEREIRA, C. R. O Papel da Justiça na Relação do Sexismo e na Violência Contra Mulher. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 55, n. 3, e1591. 2021.

SANTOS, M.; AMÂNCIO, L. Percepção de justiça, discriminação e sexismo. **PSICOLOGIA**, v. 28, n. 1, p. 67. 2014.

TAVARES, S; PIMENTEL, C.; PAIVA, T.; PEREIRA, C. Development and Validation of the Secondary Victimization Scale. **Psychological Reports**, v. 126, n. 5, p. 2594–2615, 2023. Disponível em: [doi:10.1177/00332941221092652](https://doi.org/10.1177/00332941221092652).

TORRES, A; FARIA, M. Crença num mundo justo e preconceito: o caso dos homossexuais com HIV/AIDS. **Interam. j. psicol.** v. 42, n. 3, p. 570-579. 2008. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902008000300017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000300017&lng=pt&nrm=iso).

TYLER, T. Psychological Perspectives on Legitimacy and Legitimation. **Annual Review of Psychology**, v. 57, n. 1, p. 375–400, 2006. Disponível em: doi:10.1146/annurev.psych.57.102904.190038.

WENZEL, M.; OKIMOTO, T.; FEATHER, N; PLATOW, M. Retributive and restorative justice. **Law and Human Behavior**, v. 32, n. 5, p. 375–389, 2008. Disponível em: doi=10.1007/s10979-007-9116-6.

YAMAWAKI, N.; OCHOA-SHIPP, M.; PULSIPHER, C.; *et al.* Perceptions of Domestic Violence: The Effects of Domestic Violence Myths, Victim's Relationship With Her Abuser, and the Decision to Return to Her Abuser. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 16, p. 3195–3212, 2012. Disponível em: doi:10.1177/0886260512441253.

## CAPÍTULO 9

# REFLEXÕES SOBRE A SUCESSÃO EMPRESARIAL FAMILIAR

*Cláudia Helena Costa de Oliveira Zambroni*

*Anielson Barbosa da Silva*

*Júlio Rique Neto*

*Paulo César Zambroni-de-Souza*

*Hilka Pelizza Vier Machado*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem por objetivo indicar a importância dos processos subjetivos envolvidos na sucessão empresarial familiar. Defende que, mais do que estudos instrumentais, é necessária uma melhor compreensão dos possíveis problemas psíquicos, relacionais, que estão ali presentes. Para tanto, a Psicodinâmica do Trabalho é apresentada como uma abordagem teórica e metodológica capaz de fornecer elementos para a academia avançar nos conhecimentos nesse campo, trazendo uma contribuição social que possa diminuir o sofrimento e os conflitos entre sucedidos e sucessores e favorecer a sobrevivência de tais empresas.

## 2 PRIMEIROS ESTUDOS ACADÊMICOS

Apesar da grande importância das empresas familiares para a economia mundial, o seu estudo acadêmico surgiu apenas em 1983, com a publicação de uma edição especial da revista *Organization Dynamics* (Astrachan, 2003). Antes disso, na literatura da década de 1980, o termo “empresa familiar” só aparecia ocasionalmente. Em 1988, surgiu a primeira revista dedicada ao assunto, a *Family Business Review*, embora as pesquisas iniciais fossem escassas, e a maioria dos artigos fosse, na melhor das hipóteses, teórica. Desde então, numerosos artigos científicos foram publicados. Handler (1994) conseguiu identificar cinco correntes de pesquisa nos principais estudos sobre a sucessão empresarial: i) a sucessão como um processo; ii) o papel do fundador; iii) a perspectiva da próxima geração; iv) os vários níveis de análise; e v) a caracterização das sucessões realizadas.

A literatura sobre o tema sempre teve uma preocupação com o sucesso e a continuidade da empresa familiar, mas, paradoxalmente, não houve a mesma preocupação com a família ou a pessoa do(a) sucedido(a) e do(a) sucessor(a), por isso, a maioria das pesquisas sobre empresas familiares e empreendedorismo sofre de uma omissão relevante, que é a dimensão familiar (Rogoff; Baruch, 2003). É importante salientar que as empresas familiares — independentemente do seu volume de negócios, do número de funcionários, da localização geográfica ou do tipo de atividade exercida — sempre apresentaram um drama interno particular: as relações entre acionistas, administradores e colaboradores frequentemente se misturam com os aspectos sentimentais e afetivos do parentesco (Leandro, 2012). Contudo, as empresas e as famílias são comumente consideradas instituições distintas e, como tal, são normalmente investigadas por estudiosos em disciplinas separadas, sem integração entre elas (Astrachan, 2003).

As múltiplas funções realizadas simultaneamente na empresa e na família pelos membros das empresas familiares foram amplamente ignoradas e, não obstante os conflitos entre indivíduos pareçam ser relativamente salientes, os conflitos dentro do *self* individual não são falados e, às vezes, nem são percebidos (Lam, 2011).

Existe uma vivência subjetiva entre os entes da família que é, por vezes, desconsiderada. Ou seja, apesar de a literatura do empreendedorismo ter ignorado, em grande parte, a família — único sistema no qual todos os empreendedores estão inseridos —, ela tem efeitos significativos na empresa (Aldrich; Cliff, 2003). Ao mesmo tempo, a empresa afeta as carreiras, as finanças e os relacionamentos entre os membros da família, havendo, portanto, conflitos estruturais entre os princípios operacionais de uma família e de seus negócios e, além disso, os dois sistemas (família e empresa) são interdependentes (Kets de Vries, 2007).

No contexto da emergência organizacional, por exemplo, essa lógica de interdependência família/empresa chama a atenção para os processos de criação de empreendimentos, os quais tendem a contribuir para a ocorrência de mudanças nas características dos sistemas familiares dos fundadores (Aldrich; Cliff, 2003). Na medida em que empreendem, o sujeito e a família se transformam para poder dar conta da empresa que mantém a família, não só na dimensão material, mas também social e afetiva, em um jogo contínuo entre os vínculos afetivos de amor e de trabalho. Ou seja, as empresas familiares podem apresentar dinâmicas diferentes das demais,

por causa da influência dos interesses da família, dos vínculos afetivos, dos valores, da necessidade da preservação de sua história (Brito *et al.*, 2022) e da realização da sucessão empresarial para a próxima geração.

### 3 CAMINHOS E PROBLEMAS GERACIONAIS

No entanto, como aponta Leone (2005), o processo de sucessão familiar só ocorre quando uma geração abre espaço para que a outra possa assumir o comando da empresa. Este abrir espaço não reside apenas no campo objetivo, no qual inúmeros procedimentos instrumentais referentes à gestão devem ser considerados e implementados, mas especialmente no campo subjetivo do(a) sucedido(a) e do(a) sucessor(a), uma vez que é na subjetividade de ambos que a sucessão irá ocorrer verdadeiramente.

Trata-se de um processo que não poucas vezes ocorre sem dor, sem culpa e sem sofrimento. Este duplo movimento que ocorre entre o(a) sucedido(a) e o(a) sucessor(a), no qual um deve renunciar ao seu poder para que o outro possa recebê-lo, não é tão simples e pode ter um custo subjetivo muito alto para ambos. Tanto para os pais quanto para os filhos, o processo sucessório traz em si a dolorosa experiência de resistência ao real (Dejours, 2012). Se, por um lado, os pais sofrem por ter que sair do comando de suas empresas, por outro os filhos sofrem com a resistência própria da personalidade em beneficiar-se da ampliação da sua subjetividade. Há uma dificuldade, para a identidade e a saúde mental de ambos, em negociar com o novo, pois há que se fazer um remanejamento subjetivo que implica o reconhecimento e a apropriação de sua qualificação e de sua habilidade profissional para poder ceder ou assumir a gestão da empresa da família.

Fica evidente que, se a gestão das pequenas empresas familiares for analisada apenas do ponto de vista estritamente técnico, como órgãos regulamentadores e universidades insistentemente o fazem, a própria análise torna-se incompleta, pois são desconsideradas as interconexões fundamentais que ocorrem entre família e empresa (Saraiva *et al.*, 2008). O desprezo quanto às implicações da família no processo sucessório ofuscou os teóricos sobre certas questões que poderiam ser mais bem pensadas se adicionados os aportes teóricos de outras áreas — como a Psicologia, a Antropologia e a Sociologia — aos aportes teóricos da Administração (Lima *et al.*, 2008). Cabe, então, questionar: é possível compreender os processos de sucessão em empresas familiares sem considerar a vivência

subjetiva do(a) sucedido(a) e do sucessor(a)? Existe uma solidariedade psíquica fundamental entre vida de trabalho e vida extratrabalho, ou uma unidade econômica entre as duas modalidades de existência, sendo o corte teórico entre espaço de trabalho e espaço extratrabalho totalmente artificial (Dejours, 2017).

Levando em consideração que a maioria dos estudos realizados sobre os processos sucessórios em empresas familiares são instrumentais, uma vez que analisam os processos de sucessão como um conjunto de etapas, ações e atividades e relegam a dimensão subjetiva entre sucedido(a) e sucessor(a) a um segundo plano, faz-se necessário aprofundar o estudo do fenômeno da sucessão levando em conta essa vivência e considerar as dimensões afetivas, sociais e de dominação que ocorrem nas relações familiares e que, muitas vezes, vão fazer morada nas empresas.

O tema da sucessão empresarial em empresas familiares é recorrente em várias pesquisas e estudos, nos quais se discute, de forma contundente, a importância de um processo sucessório bem planejado e ajustado para que a empresa consiga sobreviver através das gerações, a exemplo das pesquisas realizadas por Astrachan (2003), Aldrich e Cliff (2003) Gomes-Bitancourt *et al.* (2008), Avloniti *et al.* (2014), Glover (2014), Beuren e Martins (2016), Camfield e Franco (2019), Campopiano *et al.* (2017), Haucka *et al.* (2016) e Zambarba e Vortmann (2020). A recorrência desse tema se explica pelo fato de que as empresas familiares estão entre os maiores contribuintes para a criação de riqueza, renda e empregos na maioria dos países do mundo (Leandro, 2012).

Para ilustrar a importância desses empreendimentos, em 2018, as 750 maiores empresas familiares do mundo empregavam mais de 30 milhões de pessoas e geravam US\$ 9,1 trilhões (Bain, 2020). No Brasil, por exemplo, elas representam 80% das 19 milhões de companhias existentes (Revista Brasileira de Administração, 2017), são responsáveis por cerca de 65% do produto interno bruto (PIB) e pela empregabilidade de quase 75% dos trabalhadores (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [Sebrae], 2021). As empresas familiares brasileiras também apresentam metas de crescimento ambiciosas para 2021 e 2022, segundo o estudo *Family Business Survey 2021*, da PwC (Diário do Comércio, 2021).

Porém, mesmo diante de sua importância para a economia mundial, as empresas familiares, sejam locais, nacionais ou multinacionais, sem exceção, enfrentam o desafio da sucessão empresarial, pois os vários conflitos que

surgem na família durante esse processo podem provocar a falência do empreendimento. Estima-se que apenas 30% das empresas familiares conseguem sobreviver até a segunda geração, enquanto menos de 14% passam da terceira geração (Matthews *et al.*, 1999 como citado em Venter *et al.*, 2005). Nesse sentido, as empresas familiares de pequeno porte são as mais vulneráveis à falência, pois só conseguem sobreviver, em média, de cinco a dez anos (Perricone *et al.*, 2001).

Dentre os temas referentes à empresa familiar, o da sucessão empresarial é o mais pesquisado nos últimos anos (Silva *et al.*, 2021). Desde que as empresas familiares se tornaram um campo de estudo, pesquisadores empreendem esforços para propor modelos com a finalidade de compreender o processo de transferência de uma geração para outra (Murray, 2003), a exemplo do modelo de três círculos de Gersick *et al.* (1997), do modelo de transferência multigeracional de Lambrecht (2005) e do modelo de *performance* da sucessão de Chittor e Das (2007). No entanto, nem sempre os modelos propostos às famílias são adequados para os seus processos sucessórios.

Cabe, então, perguntar: o que há na empresa familiar que a faz tão peculiar e por que a utilização de modelos ou regras de sucessão, muitas vezes, não é suficiente para garantir o sucesso de um processo sucessório? Segundo Kets de Vries *et al.* (2007), a maioria das empresas familiares vivencia um conflito entre o amor (família) e o trabalho (negócio) porque o negócio não está adequadamente separado da família, tornando-se, muitas vezes, uma extensão do sistema familiar, assumindo suas regras e padrões de comportamento.

## 4 PSICODINÂMICA DO TRABALHO

A Psidocinâmica do Trabalho pode fornecer ferramentas teóricas e metodológicas para se avançar nesse campo, permitindo melhor compreensão da dinâmica intra e intersubjetiva que ocorre na relação entre sucedido(a) e sucessor(a), esta tese apresenta, como inovação conceitual, a proposição de uma estrutura de referência para compreender a vivência subjetiva de sucedidos(as) e sucessores(as) no processo de sucessão familiar valendo-se de uma concepção de vivência subjetiva centrada em três dimensões: afetiva, social e de dominação.

A empresa familiar atua sob uma lógica diferente, caracterizada pela influência de laços sanguíneos, afetivos e familiares, os quais redimensionam a perspectiva da própria empresa (Saraiva *et al.*, 2008). Dentro do processo sucessório e dentro da família, há uma subjetividade que precisa ser considerada para que a família possa ver com mais clareza as causas dos vários empecilhos possíveis de ocorrer ao longo do processo de sucessão.

Diante da lacuna teórica que existe na maioria dos estudos sobre a sucessão empresarial, referente à compreensão da vivência subjetiva dos sujeitos (sucedidos(as) e sucessores(as)), este trabalho ressalta precisamente essa dimensão, que, apesar de ser comumente esquecida, pode ser a chave para a resolução de inúmeros conflitos existentes nos processos sucessórios. A Psicodinâmica do Trabalho passa a contribuir com o campo de estudo da sucessão em empresas familiares, ao convidar os estudiosos deste campo a considerar a influência das vivências subjetivas de sucedidos(as) e sucessores(as) no processo de sucessão.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos na direção apontada no presente capítulo poderão lançar um novo olhar para a compreensão do processo sucessório nas pequenas empresas familiares, partindo do nível organizacional para chegar ao nível dos sujeitos envolvidos. Indiretamente, também contribuirão para se pensar a longevidade dessas empresas, que está diretamente relacionada ao sucesso dos processos sucessórios. Ambas as contribuições serão muito relevantes, em virtude do grande número de pequenas empresas existentes.

Dessa forma, poderão ajudar as famílias empreendedoras a perceberem a necessidade de olhar não somente para a empresa, mas para a pessoa do(a) sucedido(a) e do(a) sucessor(a), tornando os processos de sucessão menos sofridos ou penosos para quem passa e para quem recebe o bastão para prosseguir com o empreendimento da família.

## REFERÊNCIAS

ALDRICH, H. E.; CLIFF, J. E. The pervasive effects of family on entrepreneurship: toward a family embeddedness perspective. **Journal of Business Venturing**, 18, 573- 596. 2003. [https://doi.org/10.1016/S0883-9026\(03\)00011-9](https://doi.org/10.1016/S0883-9026(03)00011-9).

ASTRACHAN, J. H. Commentary on the special issue: the emergence of a field. **Journal of Business Venturing**, 18, 567-572. 2003. [https://doi.org/10.1016/S0883-9026\(03\)00010-7](https://doi.org/10.1016/S0883-9026(03)00010-7).

AVLONITI, A.; IATRIDOU, A.; KALOUPSIS, I.; VOZIKIS, G. S. Sibling rivalry: implications for the family business succession process. **International Entrepreneurship and Management Journal**, 10, 661-678. 2014. <https://doi.org/10.1007/s11365-013-0271-6>.

BAIN, D. The world's top 750 family businesses ranking. **Family Capital**. 2020. Recuperado em 3 março de 2020, de <https://www.famcap.com/the-worlds-750-biggest-family-businesses>.

BEUREN, I.; MARTINS, L. Influence of family ownership on company performance. **International Journal of Managerial Finance**, 12(5), 654-672. 2016. <https://doi.org/10.1108/IJMF-09-2014-0151>.

BRITO, T. S.; ONGARATTO, J.; BUENO, M. P. Desafios e métodos na gestão da empresa familiar. **Research, Society and Development**. 11(3). 2020. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i3.26267>.

CAMFIELD, C.; FRANCO, M. Theoretical framework for family firm management: relationship between personal values and professionalization and succession. **Journal of Family Business Management**, 9(2), 201-227. 2019. <https://doi.org/10.1108/JFBM-06-2018-0020>.

CAMPOPIANO, G.; MASSIS, A.; RINALDI, F. R.; SCIASCIA, S. Women's involvement in family firms: progress and challenges for future research. **Journal of Family Business Strategy**, 8, 200-212. 2017. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2017.09.001>.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo** (Tomo I: sexualidade e trabalho). Paralelo 15. 2012.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho: casos clínicos**. Dublinense. 2017.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. Empresas familiares preveem crescimento para 2021 e 2022. **Diário do Comércio**. 2021. <https://diariodocomercio.com.br/gestao/empresas-familiares-preveem-crescimento-para-2021-e-2022/>.

GLOVER, L. J. Power and succession in family farm business. **International Journal of Gender and Entrepreneurship**, 6(3), 276-295. 2014. <https://doi.org/10.1108/IJGE-01-2012-0006>.

GOMES-BITANCOURT, G.; VERGARA, M. P. L.; BITANCOURT-RAMÍREZ, J. B. Estudio exploratorio de los factores que influyen en la selección de un mecanismo de sucesión patrimonial em las empresas familiares colombianas. **Cuadernos de Administración**, 21(37), 269-292. 2008. <http://www.scielo.org.co/pdf/cadm/v21n37/v21n37a12.pdf>.

HANDLER, W. C. Succession in family business: a review of the research. **Family Business Review**, 7(2), 133-157. 1994. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.1994.00133.x>.

HAUCKA, J.; SUESS-REYESB, J.; BECKC, S.; PRÜGLA, R.; FRANKB, H. Measuring socioemotional wealth in family-owned and-managed firms: a validation and short form of the FIBER Scale. **Journal of Family Business Strategy**, 7, 133-148. 2016. <https://doi.org/10.1016/j.jfbs.2016.08.001>.

KETS DE VRIES, M. F. R.; CARLOCK, R. S.; FLORENTE-TREACY, E. **Family business on the couch: a psychological perspective**. John Wiley. 2007.

LAM, W. Dancing to two tunes: multi-entity roles in the family business succession process. **International Small Business Journal**, 29(5), 508-533. 2011. <https://doi.org/10.1177/0266242610376357>.

LEANDRO, A. A. El proceso de sucesión em la empresa familiar y su impacto em la organización. **Tec Empresarial**, 6(2), 29-39. 2012. <https://doi.org/10.18845/te.v6i2.527>.

LEONE, N. M. C. P. G. **Sucessão na empresa familiar**: preparando as mudanças para garantir sobrevivência no mercado globalizado. Atlas. 2005.

LIMA, G. C. O.; SOARES, A. S.; CARRIERI, A. P. Família e empresa: trajetórias que se cruzam e se desviam no percurso de um mercado. In A. P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, & D. Grzybovski. (Orgs.), **Organizações familiares**: um mosaico brasileiro (pp. 127-152). UPF Editora. FAPEMIG. 2008.

PERRICONE, P. J.; EARLE, J. R.; TAPLIN, I. M. Patterns of succession and continuity of family-owned businesses: study of an ethnic community. **Family Business Review**, 14(2), 105-121. 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.2001.00105.x>.

REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO. **Tudo em Família**. 2017. Recuperado em 23 de setembro de 2022, de <https://revistarba.org.br/tudo-em-familia>.

ROGOFF, E. G.; BARUCH, R. K. Z. H. Evolving research in entrepreneurship and family business: recognizing family as the oxygen that feeds the fire of entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, 18(5), 559-566. 2003. [https://doi.org/10.1016/S0883-9026\(03\)00009-0](https://doi.org/10.1016/S0883-9026(03)00009-0).

SARAIVA, L. A. S.; GARRIERI, A. P.; GRZYBOVSKI, D. Construindo um mosaico brasileiro sobre organizações familiares. In A. P. Carrieri, L. A. S. Saraiva, & D. Grzybovski (Orgs.), **Organizações familiares**: um mosaico brasileiro (pp. 15-28). UPF Editora. FAPEMIG. 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Pais e filhos**: os desafios e valores entre gerações de empreendedores. 2021. Recuperado em 23 de setembro de 2020, de <https://>

www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/artigos/pais-e-filhos-os-desafios-e-valores-entre-geracoes-de-empresarios,f646cf80c782c-710VgnVCM100000d701210aRCRD.

VENTER, E.; BOSHOF, C.; MASS, G. The influence of successor-related factors on the succession process in small and medium-sized family businesses. **Family Business Review**, 18(4), 283-303. 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1741-6248.2005.00049.x>.

ZAMBARBA, A. B.; VORTMANN, L. E. A sucessão familiar em pequenas empresas. **Sinergia**, 24(1), 87-98. 2020. <https://doi.org/10.17648/sinergia-2236-7608-v24n1-9635>.

## CAPÍTULO 10

# A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO PARA TRABALHADORES DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

*Wírnia Roberta Vasconcelos Costa*

*Thaís Augusta Cunha de Oliveira Máximo*

*Lucas Eurikes Melo Vasconcelos*

*Tatiana de Lucena Torres*

*Pablo de Araújo Cruz*

*Maria Gabriela Conceição de Andrade*

## 1 INTRODUÇÃO

O início da pandemia ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2 no primeiro trimestre do ano de 2020, trouxe consigo diversas transformações sociais que repercutiram diretamente nos processos de trabalho, sobretudo no que se refere ao trabalho na saúde. Nesse contexto, os profissionais da área da saúde se viram na urgência de assumir uma posição dianteira no enfrentamento de uma doença infecciosa, inicialmente, desconhecida e que, futuramente, se tornaria o fator responsável por alavancar o número de óbitos no Brasil e no mundo.

Por se tratar de uma problemática que afetou principalmente o campo da saúde pública, o cenário pandêmico contribuiu para evidenciar diversas lacunas estruturais já existentes no Sistema Único de Saúde (SUS), tais como a escassez de leitos nos âmbitos hospitalares, a exiguidade de recursos humanos, a deficiência de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a sobrecarga de trabalho e a ineficiência de políticas de educação e treinamento. No âmbito nacional, um avanço legal na perspectiva de garantia de direitos relativos à saúde e segurança dos trabalhadores pode ser identificado no estabelecimento das Normas Regulamentadoras (NRs). A exemplo, a NR 32 do Ministério do Trabalho e Previdência (Brasil, 2005), a qual tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas no que concerne a implementação de medidas de proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde, assim como dos que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral.

Apesar das NRs representarem um avanço jurídico de grande relevância para a garantia de direitos que assegurem boas condições de trabalho para determinadas categorias profissionais, torna-se necessário a existência mecanismos que efetivem, de fato, tais normativas. Indo ao encontro dessa visão, é válido ressaltar que, de acordo com pesquisas realizadas por Martin-Delgado *et al.*, (2020) a respeito da utilização de EPIs no início da pandemia, diversos profissionais afirmaram não terem recebido treinamentos e/ou orientações a respeito da utilização e/ou manejo de tais equipamentos de proteção. Corroborando esses achados, Da Silva *et al.*, (2023) em uma revisão sistemática sobre a temática da segurança dos trabalhadores da saúde durante a pandemia do Covid-19, encontraram uma alta prevalência de relatos a respeito da escassez de EPIs, ausência de conhecimento sobre os equipamentos e dificuldades em seguir protocolos implementados.

Todos esses fatores em conjunto, aliados a estratégias iniciais que logo se mostraram insuficientes no combate ao vírus tomadas pelo poder público, contribuíram diretamente para o desgaste físico e mental sofrido pelos profissionais da saúde que atuaram na linha de frente no combate ao Covid-19. Ademais, é importante destacar que, quanto mais elevado o número de contaminações pelo novo vírus se tornava, mais os trabalhadores eram convocados a prestar um maior nível de assistência que, relacionado com o excesso de trabalho inerente à complexidade do cuidado aos pacientes, tornou a demanda de serviço mais alta. Nessa perspectiva, é possível encontrar estudos na literatura que apontam que a categoria de profissionais da saúde enfrentou emoções como medo da morte, preocupação em contaminar familiares e pessoas próximas, além de altos níveis de ansiedade por não saberem como seria futuro, intensificando, assim, a pressão emocional vivenciada por esses trabalhadores (Campos *et al.*, 2022; Ribeiro *et al.*, 2022).

Entretanto, mesmo em um contexto de trabalho adverso caracterizado pelo excesso de trabalho e precarizações, estudos recentes revelam que a categoria de profissionais da saúde foi capaz de sentir prazer na atividade laboral, mediante o sentido da realização profissional que atua mais ao nível individual. Não obstante, é válido ressaltar características do trabalho que são geradoras de sofrimento, tais como ausência de liberdade, baixo suporte social e falta de reconhecimento que contribuem para a amputação do prazer e que necessitam de uma maior atenção e intervenção (Campos *et al.*, 2022; Tomasi *et al.*, 2020).

Diante da complexidade das atividades de trabalho advindas de um contexto pandêmico e emergencial, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a saúde e segurança dos profissionais da saúde do nordeste a partir da experiência de trabalho vivenciada por esse público a partir de suas percepções acerca dos desafios envolvidos na atividade laboral que envolvem aspectos da saúde e segurança. Para esta finalidade, será utilizado como aporte teórico a Psicodinâmica do Trabalho formulada pelo médico francês Christophe Dejours.

Esta clínica torna-se uma teoria importante que é capaz de dar subsídios para a compreensão dos processos de saúde e adoecimento no trabalho em diferentes contextos.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma investigação qualitativa descritiva-exploratória. A metodologia qualitativa foi adotada pela capacidade de abordar aspectos subjetivos simbólicos do coletivo, além de proporcionar o entendimento das relações, vivências e contexto histórico. Essa pesquisa foi desenvolvida a partir de um projeto multicêntrico, intitulado: “A saúde dos(as) trabalhadores(as) da saúde no contexto da pandemia da Covid-19: prevenção e cuidado”. Para tanto, o foco de análise dessa pesquisa será apenas a temática “saúde e segurança”, mediante as falas dos profissionais de saúde e suas percepções acerca dos processos de trabalho.

Para cumprir tal objetivo, foi utilizado um roteiro semiestruturado em formato não diretivo, construído pelos próprios pesquisadores, tendo como base os objetivos de pesquisa e o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho. O roteiro abordou questões como a história de vida no trabalho durante a pandemia, organização de tarefas e de pessoal no trabalho, colaboração e cooperação e sentido do trabalho, além de questões sociodemográficas.

Participaram desta pesquisa um total de 51 profissionais de diversas áreas da saúde da região Nordeste que atuaram na linha de frente da Covid-19. As 51 pessoas entrevistadas foram convidadas e selecionadas e seguindo critérios de representatividade de trabalhadores de todos os estados da região nordeste e conforme a indicação de interesse de continuar contribuindo, registrado na primeira fase do estudo multicêntrico, o qual consistia na aplicação de um questionário fechado via *Google Forms*.

No que diz respeito ao perfil desses participantes, 39 são do sexo feminino e 12 do sexo masculino. Quanto à escolaridade, todos os entrevistados tinham no mínimo o ensino superior completo. Dentre os 51 trabalhadores, 9 são enfermeiros(as), 8 psicólogos(as), 8 técnicos(as) de enfermagem, 5 agentes comunitários(as) de saúde, 3 nutricionistas, 3 médicos(as), 3 assistentes sociais, 3 fisioterapeutas, 2 agentes de endemia, 2 farmacêuticos(as), 1 recepcionista, 1 auxiliar de dentista, 1 técnico(a) de radiologia, 1 terapeuta ocupacional, 1 biomédico.

Os entrevistados informaram possuir diversos tipos de vínculos empregatícios, dentre os quais distribuí-se em 54,1% servidores públicos, 16,1% celetistas, 20,9% contratados por tempo indeterminado, 2,8% prestadores de serviços eventuais e 1,2% contrato verbal. Já no que diz respeito à raça, 2,0% identificam-se como pessoas amarelas, 31,1% como brancas, 51,8% como pardas, 14,3% como negras, 0,55% como indígenas e 0,2% não se declararam.

Para a realização dessa pesquisa, inicialmente, foi realizada uma submissão do projeto ao Comitê de Ética (CAAE 38746420.0.0000.5188), cumprindo todos os preceitos determinados pela Resolução N° 510/2016 e da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde que versa sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Após a aprovação do Comitê. Após a aprovação Ética, ocorreu uma divulgação da pesquisa em redes sociais e plataformas digitais nas principais instituições de saúde de referência à covid-19 no Nordeste brasileiro.

Com a efetivação do primeiro contato com o entrevistado, era repassado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual continha informações essenciais sobre a pesquisa e os preceitos éticos envolvidos e, além disso, informações acerca dos objetivos da pesquisa, o anonimato, o sigilo, a possibilidade de a qualquer momento desistir da participação na pesquisa e o assentimento para gravação da entrevista, informando que as imagens e áudios, assim como a identidade dos trabalhadores estavam resguardadas pelos pesquisadores.

Diante da aceitação do participante, os mesmos eram convidados a participar da entrevista a partir de um agendamento prévio com os pesquisadores. Em decorrência das restrições sanitárias estabelecidas no momento inicial e mais crítico da pandemia, as entrevistas necessitaram ocorrer em formato remoto, as quais aconteceram utilizando-se de uma plataforma de videoconferência gratuita (*Google Meet*) e de ferramentas como compu-

tadores, câmeras e microfones. Cada entrevista teve duração média de 1 hora e 15 minutos e aconteceram entre os meses de maio a setembro do ano de 2021. As entrevistas foram gravadas para a facilitação posterior das transcrições para a melhor análise e aprofundamento do material coletado.

As transcrições das 51 entrevistas compuseram um único corpus textual que foi analisado com auxílio do software IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) através da análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) a partir do método de Reinert. Posteriormente, os resultados foram correlacionados com o subsídio teórico da Psicodinâmica do Trabalho, uma vez que a análise textual realizada pela ferramenta não se vincula a nenhum pressuposto teórico pré-estabelecido, aspirando principalmente reduzir o texto, mostrando seus consensos e dissensos, dentro dos contextos das narrativas.

Os critérios de seleção para a análise dos segmentos de texto foram os indicados pela ferramenta, respectivamente:  $p < 0,005$ ;  $X^2 \geq 3,84$  e frequência  $> 11$  (ponto de corte com base na média de ocorrência por forma de palavras). De posse da análise, foi decidido incorporar aos resultados, as palavras que apareciam 100% das vezes em uma mesma classe, ainda que não cumprissem os critérios anteriores, pois interessava saber quais palavras e segmentos de texto eram exclusivos em algumas classes.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As 51 entrevistas transcritas foram organizadas em um único *corpus* textual e este foi submetido à análise por meio do Software de análise textual, o IRAMUTEQ. Inicialmente, foi aplicado o método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Através da aplicação desse método, teve como objetivo classificar os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários. Como resultado, foi gerado um gráfico denominado Dendrograma, o qual demonstra as proximidades e o distanciamento das Unidades de Contexto Elementares (UCE) pertencente aos vocabulários mais significativos nas falas dos participantes. Na figura abaixo, pode ser visualizada a representação dos vocábulos separados por níveis de proximidade de sentido.



### 3.1 CLASSE 1 E 4 – CONDIÇÕES DE TRABALHO EM UM CONTEXTO PANDÊMICO

Nestas classes, as palavras que mais se destacaram foram: “medo”, “dia”, “plantão”, “ficar”, “sair”, “filho”, “entrar”, “angústia”, “sintoma”, “cabeça”, “centro”, “vez”, “individual”, “dar”, “testar”. Essas palavras em conjuntos denunciam a extensa carga horária de trabalho que, no contexto pandêmico, foi imposta ao trabalhador da área da saúde e, além disso, também expõe o sentimento de constante insegurança sentida pelos trabalhadores durante o atendimento dos pacientes.

O relativo aumento no tempo destinado ao trabalho pelos profissionais da saúde implicou diretamente em outros contextos da vida social, como a família e a rede de amigos. A respeito desse tópico, um trabalhador relata:

(...) A gente quer ser feliz, a gente quer ter os nossos filhos, a gente quer chegar em casa e poder dormir sem estar se preocupando de no outro dia ter que sair correndo de um plantão para o outro (Profissional da Saúde).

Historicamente, o trabalho no campo da saúde pública no Brasil é permeado por condições laborais que vulnerabilizam os profissionais que diariamente vivenciam fatores como: a sobrecarga de trabalho, a escassez de equipamentos e suportes institucionais, a fragilidade de vínculos empregatícios, a baixa remuneração e a duplicidade de vínculos laborais. Esse cenário obriga o trabalhador a buscar outras formas de sobrevivências de forma emergencial por meio da ampliação da jornada de trabalho. Nesse sentido, o momento histórico da pandemia da covid-19 serviu como amplificador dos problemas estruturais já existentes na área da saúde, vulnerabilizando ainda mais a categoria (Esperidão; Saidel; Rodrigues, 2020).

Para tanto, o afastamento da família, a fadiga física e mental gerada devido ao estresse do exercício da atividade laboral, somados com as angústias advindas do excesso de responsabilidades, configuram-se enquanto elementos geradores de sofrimento. Essas circunstâncias são responsáveis por provocar níveis de desgaste emocional nos trabalhadores que foram, por vezes, traduzidos em prejuízos para a sua vida cotidiana na forma de desânimo e reclusão, assim como pode ser lido na fala abaixo:

Minha vontade é ficar deitada vendo algum filme, uma coisa bem dentro de casa mesmo. Junta a pandemia e

tudo, aí eu não tenho vontade de sair, não tenho saído para lugar nenhum, fico com medo de me contaminar (Profissional da Saúde).

Esses achados corroboram outros resultados na literatura que abordam as condições de trabalho do profissional de saúde na linha de frente da covid-19 ao encontrarem relatos que denunciam um ritmo acelerado de produção, sobrecarga física, redução nas equipes além de violências institucionais como a ameaça de demissão vinculada a práticas de assédio moral que o trabalhador é submetido, além da constante sensação de insegurança devido à exposição ao vírus (Ribeiro; Giongo; Perez, 2021).

A respeito das percepções de insegurança, um trabalhador relata:

(...) os trabalhadores estão trabalhando sempre nessa ansiedade, nessa angústia de ter que ir trabalhar, muitas vezes usando uma máscara até quinze dias, às vezes suja nesse período e eles acabam utilizando máscara de pano, ou até essa máscara cirúrgica que não protege, e por conta que é muito custo para o município, o município realmente fala que não tem e a gente tem que se virar com o que tem, e aí é isso. (Profissional da Saúde).

A escassez de EPIs e o excesso de carga horária de trabalho foram fatores primordiais para aumentar o risco de infecção pelo SARS-COV-2 nesses profissionais. Para além do medo da própria infecção, o trabalhador da saúde também temiam ser vetor de transmissão para a sua família, para o seu coletivo de trabalho e para seus amigos. Sobre contextos de trabalho precários, Dejourns (2001) pontua que diante de tais condições de violência e estresse individualiza o sujeito e fragiliza o coletivo e as consequentes construções de defesas grupais, nesse sentido, a submissão surge como uma resposta para a manutenção de um vínculo precário.

Embora o trabalho na linha de frente durante a pandemia da covid-19 tenha ocorrido em um contexto de baixas condições de trabalho e alta insalubridade, é válido ressaltar a capacidade do ser indivíduo para lidar com as situações adversas e com o real do trabalho diante de sua capacidade criativa, ou seja, mesmo em situações de trabalho permeadas por sofrimentos, é possível localizar também aspectos geradores de saúde a depender da organização de trabalho.

### 3.2 CLASSE 2 E 3: SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA AO PROFISSIONAL DE SAÚDE

A classe 2 e 3 são compostas pelas palavras: “saúde”, “atuar”, “melhorar”, “frágil”, “papel”, “trabalho”, “relação”, “falar”, “falhar”, “promoção”, “sus”, “psiquiatra”, “serviço”, “servidor”, “horário”, “existir”, “atendimento” e “dever”. Essas palavras expressam a insatisfação diante da insuficiência das políticas assistenciais em saúde e segurança dirigidas aos trabalhadores, conforme como pode ser lido através da fala do trabalhador abaixo:

As políticas de saúde e segurança de trabalho para os trabalhadores de saúde que estão atuando com a covid-19 não foram suficientes, com certeza precisava melhorar. Primeiro porque nunca se chegou a um consenso de verdade. Então a gente ficou meio que na cara e na coragem, todo dia era uma informação nova, os protocolos não existiam de fato, não se entrava num consenso entre os serviços. E aí foi bem deplorável isso. Não teve políticas voltadas para o cuidado com os trabalhadores da saúde (Profissional da Saúde).

Conforme as falas acima, evidenciou-se uma necessidade ligada a estruturação de serviços em saúde mental que buscassem tratar e acolher especificamente os trabalhadores, principalmente por meios acessíveis e organizados, as quais teriam como principal objetivo dirimir as às consequências da organização do trabalho durante a pandemia, o qual foi permeado de imposições desde a necessidade urgente de lidar com o desconhecido até as incontáveis horas de plantão de esforço.

Para tanto, cabe assinalar que serviços voltados para a saúde mental no trabalho vão além de apenas ofertar serviços psicológicos e/ou psiquiátricos, trata-se também de uma postura e cultura organizacional que valorize o trabalhador enquanto o ser humano. Nesse sentido, torna-se imprescindível investir no fortalecimento do coletivo de trabalho, identificar os riscos e desafios inerentes à categoria, trabalhar formas de comunicação mais assertivas que contribuam para o reconhecimento do trabalhador e dispor de espaços de escuta e acolhimento.

### 3.3 CLASSE 5: IMPACTOS PARA A SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

Esta classe é composta pelas palavras: “ansiedade”, “abalado”, “pior”, “piorar”, “lascar” e “modo”. Tais vocábulos exprimem as consequências, provocadas ou agravadas, pelo exercício do trabalho na pandemia para a saúde mental do trabalhador. Dentre os principais adoecimentos, destacam-se a ansiedade e a depressão. A fala abaixo destaca essa problemática:

A minha saúde, enquanto trabalhadora da saúde, chega uma hora que vai decaindo porque é tanta ansiedade, tanta tensão, assim de você chega uma hora que você não vê luz no fim do túnel (Profissional da Saúde).

Os agravos na saúde mental dos trabalhadores da saúde configuram-se enquanto um fator de atenção e principal ponto de denúncia nas falas, já que é esta categoria que lidou com a exposição a maiores cargas virais mais diretamente e as consequências se traduzem na vivência das mais diversas emoções e sensação de impotência. Diante disso, os trabalhadores sentem-se, por vezes, emocionalmente esgotados e abalados psicologicamente.

Indo ao encontro dessa visão, é importante destacar que Dejours (1992) aponta que as manifestações de sofrimento no trabalho podem ser também materializadas mediante sentimentos de surpresa, estupefação, decepção, irritação, contrariedade, entre outros, indo até às fronteiras da depressão, as quais atingem a subjetividade do sujeito e este necessita de ferramentas que o auxiliem na elaboração de defesas e na transformação do sofrimento. Contudo, impossibilidade de ser transformado, esse sofrimento é potencializado e pode levar progressivamente a um estado de adoecimento psíquico.

### 3.4 CLASSE 6: SITUAÇÕES DE RISCO PRESENCIADAS

As palavras mais frequentes nessa classe foram: “risco”, “situação”, “lembrar”, “material”, “álcool”, “agulha”, “viseira”, “epi”, “contaminado”, “exposição”. Nessa perspectiva, essa classe vai abordar os riscos da atividade do profissional de saúde ligados à exposição ao risco e a contaminação. Dentre os acidentes mais citados pelos trabalhadores, foi constatado com maior frequência o relato sobre o acidente de trabalho envolvendo materiais

perfurocortantes, seguidos da má utilização de EPIs e contaminação viral pelos pacientes e acompanhantes. Sobre este tópico, pode-se ler abaixo:

O pessoal não usa EPI direito, os usuários também não sabem utilizar direito. Chegam gripados no hospital, muitas vezes escondendo sintomas gripais para serem atendidos, e chegar médico enquanto ele está esperando. Se ele tiver com covid-19, ele está transmitindo para os outros né? (Profissional da Saúde).

A atividade de trabalho durante o período pandêmico foi marcada por mudanças e por imprevisibilidades da chegada e da falta de EPIs, além do uso inadequado e prolongado de equipamentos individuais, estando estes, relacionados diretamente com o aumento de riscos de contágio e adoecimento. Por consequência disso, protocolos de saúde e segurança foram criados para atender às necessidades dos serviços, sem respaldo científico ou de organismos internacionais, a exemplo da recomendação da reutilização da máscara por um tempo ou número de vezes maior do que o indicado pela fabricante no ano de 2020. Tais fatores expuseram em risco a vida dos próprios trabalhadores atuantes na linha de frente, assim como a dos seus pacientes, equipe e familiares (Miranda *et al.*, 2020).

## 4 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a saúde mental dos trabalhadores de saúde no contexto da pandemia da covid-19. Nesse sentido, foi observado que os profissionais que atuaram na linha de frente no período pandêmico se mostraram fragilizados, sobrecarregados e com agravos ligados à saúde mental devido às consequências das condições de trabalho, marcada pela precariedade, a falta de equipamentos, a exorbitante carga de trabalho e os riscos apresentados diariamente propiciaram o desencadeamento e agravamento de estresses psicológicos e adoecimentos mental.

Diante desse cenário, a partir dos relatos expostos, é sinalizado uma à deficiência de ações por parte da gestão das instituições, a fim de promover diretrizes de saúde e segurança, especialmente na saúde mental, essa apontada como principal fonte de adoecimento. Nesse sentido, o presente estudo surge como a possibilidade de dar visibilidade ao trabalhador em um momento histórico crítico como foi o período da pandemia da covid-19

e, em especial, às experiências subjetivas da atividade de trabalho. Nessa perspectiva, espera-se que os resultados aqui discutidos e analisados possam se contribuir para a construção de políticas públicas efetivas, direcionadas especialmente para a prevenção e promoção de saúde mental do trabalhador da saúde.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Norma Regulamentadora – NR-32. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005.

CAMPOS, P. *et al.* Indicadores de sofrimento e prazer em trabalhadores de saúde na linha de frente da COVID-19. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.5707.3555>.

DA SILVA, S. K. T. *et al.* Segurança dos profissionais de saúde durante a pandemia por covid-19. **Amplamente: conhecimento**, v. 59082, p. 135, 2023.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: um estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2001.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Rio de Janeiro, RJ: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

ESPERIDIÃO, E.; SAIDEL, M. G. B.; RODRIGUES, J.. Saúde mental: foco nos profissionais de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020.

MARTIN-DELGADO, J. *et al.* **Availability of personal protective equipment and diagnostic and treatment facilities for healthcare workers**

**involved in COVID-19 care:** A cross-sectional study in Brazil, Colombia, and Ecuador. PLoS One, v. 15, n. 11, e0242185, 2020.

MIRANDA F. M. A. *et al.* **Condições de trabalho e o impacto na saúde dos profissionais de enfermagem frente a covid-19.** Cogitare enferm., 2020. 25, e72702. <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0>

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 2013.

RIBEIRO, C. L. *et al.* **Ansiiedade e depressão em profissionais de enfermagem de uma maternidade durante a pandemia de COVID-19.** Escola Anna Nery, v. 26, n. spe, e20220041, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0041pt>.

RIBEIRO, B. C.; GIONGO, R. C.; PEZEZ, K. V. “Não somos máquinas!”: Saúde Mental de Trabalhadores de Saúde no contexto da pandemia por Covid-19. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, v. 20, n. 48, 2021.

TOMASI, M.; RISSI, V.; PAULI, J. **Influência do suporte organizacional nas vivências de prazer e sofrimento no trabalho em um contexto hospitalar.** Revista Psicologia: Organizações E Trabalho, v. 20, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17652/rpot/2020.3.18253>.

## CAPÍTULO 11

# A COOPERAÇÃO NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU

*Yana Thamires Mendes Felix  
Anísio José da Silva Araújo*

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo buscou compreender a cooperação no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). O SAMU foi inspirado na Assistência Pré-Hospitalar (APH) francesa e no modelo da cidade de Nova York (EUA). No Brasil é uma das portas de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e sua missão é levar assistência emergencial à população.

O SAMU foi regulamentado por meio da Portaria GM/MS nº 737 do Ministério da Saúde (Felix, 2015). Na cidade onde o estudo foi realizado, o SAMU é constituído por uma base central e 24 bases descentralizadas. Sua equipe é composta por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, condutores, farmacêuticos, atendentes, operadores de rádio e administrativos em geral (Seminotti, 2013).

Ao ligar para o SAMU-192, o usuário será atendido pelo Técnico Auxiliar de Regulação (TARM), depois pelo Médico Regulador que, por sua vez, dará orientações aos usuários e enviará, se necessário, uma ambulância, podendo ser uma Unidade de Suporte Básica ou uma Unidade de Transporte Avançada (para casos mais graves) (Portaria 737, 2001; Portaria 2.048, 2002).

## 2 A COOPERAÇÃO NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Os serviços de saúde evidenciam a necessidade da cooperação, especialmente em situações de crise, urgência e emergência (Barthe; Queinnec, 1999). Na cooperação, os trabalhadores envidam esforços para cumprir uma missão coletiva, participando da tomada de decisão e oferecendo suas

contribuições para atingir os resultados almejados (Barthe; Queinnec, 1999; Backes, 2012; Oliveira, 2014; Ferreira, Dall’agnol, Porto, 2016).

A cooperação impulsiona os trabalhadores a conhecerem as atividades uns dos outros, suas potencialidades e posturas éticas, o que promove a confiança no trabalho e torna possível intervenções coordenadas.

A cooperação tem como critérios a qualidade e eficiência no atendimento e a preservação da saúde dos envolvidos. Embora a organização de trabalho preveja relações hierárquicas, os trabalhadores agem de tal modo que essas diferenças se diluem parcialmente (Schwartz, 1992; Backes, 2012; Oliveira, 2014).

Além disso, a cooperação é mais convocada nas situações de urgência, quando toda a equipe é instada a fazer ajustes e acordos, articulando suas tarefas em benefício do atendimento ao paciente, afastando-se e aproximando-se dos protocolos, tendo em vista as especificidades de cada caso (Backes, 2012; Waldow, 2014; Pinto; Zambroni-de-souza, 2015; Rothebarth *et al.*, 2016; Backes; Azevedo, 2017).

Nos serviços de saúde, a agilidade e a eficiência mostram-se cruciais para salvar vidas, aspecto demonstrado por Cavanellas (2014) em seu estudo com os médicos sem fronteiras e com profissionais no setor de emergência de um hospital público. Mas a dimensão coletiva do trabalho sobressai no caso do SAMU, pois o coletivo de trabalho funciona enquanto recurso de estabilidade organizacional, na medida em que constitui um espaço de trocas, de confiança e de apoio para cumprir as demandas do trabalho e pessoais (Leclerc, 1999; Morin; Aubé, 2009).

Além das normas prescritas, os trabalhadores são regidos por regras elaboradas pelo próprio coletivo de trabalho e que guiam as ações dos trabalhadores no confronto com o imprevisto (Lochouarn, 1983; Vidal, 1985; Daniellou, 1986; Leplat, 1991; Terssac, 1992; Athayde, 1996).

Pode-se considerar quatro tipos de regras que dão suporte à cooperação no trabalho. São elas: (1) *as regras sociais*, que orientam as relações interpessoais e sustentam as regras de equidade, educação, civildade e do saber viver; (2) *as regras técnicas*, relacionadas a execução da atividade; (3) *as regras linguageiras*, que remetem à intercompreensão, ao jargão próprio de cada coletivo e que se mostra de difícil compreensão para os que dele não fazem parte; e (4) *as regras éticas*, que remetem aos valores e as normas que sustentam o coletivo (Dejours, 1993; Dejours, 2012b; Molinier, 2013).

### 3 MÉTODO

A coleta de dados foi realizada na base central do SAMU de uma capital do Nordeste brasileiro, onde existem 24 bases e uma Central de Regulação. Na base central, existem quatro USAs, duas USBs e uma equipe de motolâncias. As demais viaturas estão distribuídas nas bases descentralizadas.

A amostra foi por conveniência, não probabilística e voluntária, tendo sido entrevistados 24 trabalhadores de 10 equipes do SAMU.

Optou-se pela entrevista coletiva com as equipes das unidades móveis na medida em que permite observar a dinâmica de cada equipe.

Para realização das entrevistas foram utilizados os seguintes instrumentos:

- *Questionário sociodemográfico*: com o objetivo de caracterizar a população investigada;
- *Roteiro de entrevista semiestruturado*: com o objetivo de explorar a concepção de cooperação dos participantes; evidenciar situações em que ela se mostra mais necessária; identificar fatores que favorecem ou desfavorecem a cooperação e delinear o que distingue a cooperação no SAMU.

Após a aprovação pelo comitê de ética, a administração do SAMU foi contactada para a realização das entrevistas obtendo a autorização necessária. No total, foram realizadas dez entrevistas coletivas, contabilizando 24 participantes.

As entrevistas foram realizadas na base central. Após a apresentação da proposta da pesquisa, solicitava-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após o que cada participante era convidado a preencher o questionário sociodemográfico. Depois tinha início a entrevista coletiva.

Inicialmente foram apresentados trechos de falas de técnicos em enfermagem do SAMU, retirados da pesquisa de Felix (2015), que ilustravam situações de cooperação no trabalho e, a partir delas, os trabalhadores eram convidados a se posicionarem sobre essas falas.

Para analisar os dados das entrevistas, recorreremos à análise de conteúdo temática, proposta por Laville e Dionne (1999), na qual as estruturas e os elementos do conteúdo são decompostos, permitindo distinguir as suas características e encontrar os seus significados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Participaram dessa pesquisa 24 pessoas, sendo 6 mulheres e 18 homens, que tinham entre 20 e 39 anos. Quanto as funções nas equipes, 10 eram condutores, 10 eram enfermeiras(os) e quatro eram médicos.

No que se refere ao contingente total de médicos do SAMU, 43 atuavam no período da pesquisa, sendo 23 homens e 20 mulheres. Desse total, 40 eram contratados e apenas três são concursados. Os contratos são anuais e podem ou não ser renovados.

Todos os médicos recebiam por plantão R\$ 850,00 de segunda a quinta-feira e R\$ 930,00 de sexta a domingo.

Quanto as enfermeiras/os, foram entrevistadas(os) 10 de um total de 62, sendo 36 mulheres e 26 homens. Desse total, 55 são contratados e apenas 7 são concursados. Recebem por plantão o valor de R\$ 190,00.

Em relação aos condutores socorristas, foram entrevistados 10 de um total de 55 condutores, sendo todos do sexo masculino. Dentre estes, 52 são contratados e 3 são concursados. Todos recebiam R\$ 100,00 reais por plantão.

Diante das diferenças relativas a salário e formas de contratação, tornou-se evidente a desvalorização profissional e a falta de garantias trabalhistas básicas, que colocam esses profissionais, principalmente os regidos por contrato, em uma posição de grande vulnerabilidade. Essa situação reforça o estudo de Verde *et al.* (2013) que constatou que parcela expressiva dos profissionais de saúde está submetida a vínculos frágeis de contratação.

### 4.2 O QUE DISTINGUE O SAMU DOS OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE?

#### 4.2.1 A natureza da cooperação no SAMU

O modo como os entrevistados percebem a cooperação no SAMU mostra diferenças significativas em relação a outros serviços de saúde, especialmente o hospitalar. Neste existem muitos profissionais em atividade assim como mais recursos à disposição.

No SAMU, ao contrário, o fator imprevisto, que é parte da rotina diária, aliado a limitação de recursos e muitas vezes na rua, tornam a cooperação um ingrediente crucial para o sucesso das intervenções realizadas.

Os protocolos são, na medida do possível, respeitados, mas a abertura para o que está sendo enfrentado é peça chave para buscar uma resposta adaptada à cada situação, como confirmam Backes, (2012); Waldow, (2014); Pinto; Zambroni-de-souza, (2015); Rothebarth *et al.*, (2016) e Backes; Azevedo, (2017).

Outra característica que diferencia o SAMU é a exposição a determinados riscos, como dirigir em alta velocidade, condições meteorológicas variadas, contextos de violência etc. Essa exposição envolve também os olhares das pessoas que estão em volta, observando, registrando, julgando e difundindo imagens que podem muitas vezes ser deturpadas. Há, ainda, a intervenção de pessoas que não possuem preparo especializado para lidar com as ocorrências (Dejours, 2012b; Sennett, 2012; Barthe; Queinnec, 1999; Backes, 2012; Oliveira, 2014; Ferreira, Dall’Agnoli; Porto, 2016).

No SAMU, portanto, a cooperação é uma exigência da atividade, o que implica fazer o melhor uso dos recursos disponíveis e das competências de cada componente da equipe.

Outro aspecto a destacar é que a cooperação não se restringe a equipe, mas envolve outros atores, como os que estão na base central, os que aguardam para receber as equipes nos hospitais, a polícia militar e o corpo de bombeiros, entre outros (Felix, 2015).

Alguns entrevistados entendem que cooperar remete mais à vontade dos indivíduos do que a uma exigência da organização. Em um hospital, por exemplo, onde há tempo, recursos humanos e estruturais, os prontuários não apenas servem de registro do atendimento realizado, mas constituem uma forma de comunicação entre os profissionais da equipe que se revezam em plantões. (Guérin *et al.*, 2001; Barthe; Queinnec, 1999; Backes, 2012; Dejours, 2012b; Oliveira, 2014;).

A cooperação no SAMU se manifesta no enfrentamento cotidiano das ocorrências, num *tête-à-tête* que passa pela linguagem (verbal, não verbal) e por ações sincronizadas, mais do que pelos registros escritos (Dejours, 1993; Dejours, 2012b; Molinier, 2013).

### **4.2.2 Liberdade para agir**

Em um ambiente cooperativo, os trabalhadores se sentem livres para agir, tomando decisões, contribuindo com suas habilidades, criatividade, experiência, para o melhor desempenho da equipe (Alter, 2007; Sennett, 2012; Dejours, 2012b).

A relevância social que o SAMU adquiriu é um reflexo dessa cooperação (apesar da precariedade) que, por sua vez, motiva os trabalhadores a prestarem a melhor assistência possível.

O SAMU possui uma forma própria de organização do trabalho, com hierarquia, postos de trabalho, cargos, atribuições, gerência, diretrizes, protocolos, normas, enfim tudo o que é próprio de uma organização. Entretanto, essa organização do trabalho não elimina os acordos realizados pelo coletivo, muito menos retira dos indivíduos a liberdade para agir em benefício de todos (Dejours, 2012b; Sennett, 2012; Guérin *et al.*, 2001; Barthe; Queinnec, 1999; Caroly; Barcellini, 2016).

### **4.2.3 Habilidades para cooperar**

A cooperação depende de algumas condições, dentre as quais a confiança, a solidariedade e a reciprocidade. Os entrevistados destacaram algumas características que julgam essenciais.

A primeira delas é a habilidade de fazer bons diagnósticos. Na rua, com recursos limitados, fazer um bom diagnóstico aumenta a possibilidade de sucesso na ação. Outra característica é o controle emocional, pois a atuação sempre acontece em situações de tensão, com pessoas em sofrimento, buscando alívio imediato. Agindo assim, é possível oferecer o melhor aos usuários, permitindo a fluidez nas ações, a criatividade e a capacidade de encontrar boas soluções.

A importância das relações interpessoais também aparece nas falas dos entrevistados. Saber conviver com as diferenças, superar as limitações pessoais em benefício do coletivo, apresenta-se como algo valioso para o desenvolvimento do serviço. A habilidade de adaptar-se, também, é importante nesse trabalho, considerando sua natureza marcada por imprevistos.

#### **4.2.4 Limitações à cooperação**

Quanto as limitações apontadas pelos entrevistados, estas estão mais relacionadas a aspectos estruturais, sociais e econômicos. Como exemplos: a má utilização do SAMU pelos usuários, que ligam sem uma real necessidade; limitações de recursos; efetivo insuficiente.

Segundo Felix (2015), o SAMU havia incorporado, graças a uma norma do Conselho Federal de Enfermagem, os enfermeiros às suas equipes. Entretanto, algum tempo depois, houve a demissão dos técnicos em enfermagem, o que gerou uma sobrecarga de trabalho para os remanescentes.

Os entrevistados relatam também a falta de reconhecimento por parte de colegas de outros serviços de saúde, pois muitas vezes são hostilizados nos hospitais que vão receber os pacientes.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho buscou caracterizar o SAMU a partir da confrontação com o serviço de saúde hospitalar. Desse modo, foi possível acessar o modo como o SAMU atua, as limitações que sofre, de recursos humanos e materiais e as razões pelas quais a cooperação se mostra determinante no sucesso das intervenções realizadas.

A necessidade de estabilizar o mais rapidamente possível as pessoas atendidas faz com que os esforços se dirijam para esse alvo e, nesse sentido, as diferenças hierárquicas e profissionais são atenuadas em função desse objetivo.

Enquanto limitações, ficou evidente que a demissão de todos os técnicos de enfermagem dificultou enormemente a prestação de um serviço de qualidade, sobrecarregando as equipes remanescentes. Além disso, a baixa remuneração e a instabilidade contratual desfavorecem a consolidação de um ambiente cooperativo. Esse estudo procurou colocar em evidência o processo de trabalho, fortemente sustentando na cooperação e as condições para que essa cooperação aconteça. Além disso, procurou dar visibilidade ao SAMU e seu importante papel para a saúde pública brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALTER, N. A dádiva e o egoísmo como fundamento da cooperação entre pares. In: CHANLAT, J. F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs). **Análise das organizações: perspectivas latinas: poder, cultura, subjetividade e vida simbólica**. V. 2. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

ATHAYDE, M. R. C. **Gestão de coletivos de trabalho e modernidade: questões para a engenharia de produção**. 1996. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 1996.

BACKES, J. C. **Paradoxos do trabalho em equipe em um CTI-pediátrico: entre procedimentos, sofrimento e o cuidado**. 2012. 173p. Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, Brasil, 2012.

BACKES, J. C.; AZEVEDO, C. S. Os paradoxos do trabalho em equipe em um Centro de Tratamento Intensivo Pediátrico (CTI-Pediátrico): explorando as articulações psicossociais no trabalho em saúde. **Interface**, 21(60), 77-87, 2017. DOI: 10.1590/1807-57622015.0875. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/YphFycc5DwYD67GJbVYvvsf/?lang=pt>. Acesso em: 25 de jun. 2016.

BARTHE, B.; QUEINNEC, Y. Terminologie et perspectives d'analyse du travail collectif en ergonomie. **L'année psychologique**, 4. ed. 663-686p, 1999. Retrieved from: [https://www.persee.fr/doc/psy\\_0003-5033\\_1999\\_num\\_99\\_4\\_28501](https://www.persee.fr/doc/psy_0003-5033_1999_num_99_4_28501).

CAROLY, S.; BARCELLINI, F. O desenvolvimento da atividade coletiva. In: FALZON, P. (Org.), **Ergonomia construtiva**, 1. ed. São Paulo: Blucher, 2016. 55-72 p.

CAVANELLAS, L. B. **Os desafios do cuidado em situações-limite: as dramáticas da atividade no trabalho humanitário e na emergência hospitalar**. 2014. 366p. Tese (Doutorado em Ciências na área de Saúde Pública). Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, Brasil, 2014.

DANIELLOU, F. **L'opérateur, la vanne, l'écran: l'ergonomie des salles de contrôle**. Montrouge: ANACT, 1986.

DEJOURS, C. Cooperação e construção de l'identité en situação de travail. **Futur Antérieur**, 2. ed. 1993.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo I: Sexualidade e Trabalho** (F. Soudant, Trad). Brasília: Paralelo 15, 2012a.

DEJOURS, C. **Trabalho Vivo II: Trabalho e Emancipação** (F. Soudant, Trad). Brasília: Paralelo 15, 2012b.

FELIX, Y. T. M. **Análise da atividade dos técnicos em enfermagem do SAMU**. 2015. 180p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, 2015.

FERREIRA, G. E.; DALL'AGNOL, C. M.; PORTO, A. R. **Repercussões da proatividade no gerenciamento do cuidado**: Percepções de enfermeiros. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, 20(3). DOI: 10.5935/1414-8145.20160057, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/ZRDLJKDNV54mY6kMSTzK4WR/?lang=en>. Acesso em: 13 de jul. 2015.

GUÉRIN, F.; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J.; KERGUELEN, A. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia. São Paulo: Blücher, 2001.

KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In M. J. Lopes, D. Meyer, & V. Waldow (Orgs.), **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 14-27p.

LAVILLE, C. A.; DIONNE, J. **Construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEPLAT, J. Compétence et ergonomie. In R. Amalberti, M. Montomollin & J. Theureau (Orgs.). **Modèles en analyse du travail**. Bruxelles: Mardaga, 1991. 163-278p.

LECLERC, C. **Comprendre et construire les groupes**. Québec: Prés de L'Université, 1999.

MOLINIER, P. O. **Trabalho e a Psique**: Uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2013.

MORIN, E. M.; AUBÉ, C. **Psicologia e Gestão**. Tradução de Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, A. P. **Percepções de trabalhadores de enfermagem de um hospital universitário sobre a integração de estagiários na equipe**. 2014. 81p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2014.

PINTO, F. M.; ZAMBRONI-DE-SOUZA, P. C. A atividade de trabalho de motoristas de ambulância sob o ponto de vista ergológico. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 131. ed. 2015. 49-58p.

PORTARIA N° 737 (2001, 16 de maio). Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências. **Diário oficial da União**, n° 96, Brasília-DF. Retrieved from: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0737\\_16\\_05\\_2001.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2001/prt0737_16_05_2001.html).

PORTARIA N° 2.048 (2002, 5 de novembro). Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. **Brasília-DF**. Retrieved from: <http://www.sgas.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/105/2016/08/Portaria-2048-2002-Regulamento-T%C3%A9cnico-dos-Sistemas-Estaduais-de-Urg%C3%Aancia.pdf>.

ROTHEBARTH, A. P.; CESÁRIO, J. B.; LIMA, L. P. S.; RIBEIRO, M. R. R. O trabalho em equipe na enfermagem: da cooperação ao conflito. **Revista**

**Eletrônica Gestão & Saúde.** 2016. 2. ed. 521-534p. Retrieved from: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5555895.pdf>.

SEMINOTTI, E. P. **“QRD À BASE SAMU”! Etnografia de um serviço de urgência: O SAMU – João Pessoa/PB.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil, 2013.

SENNETT, R. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação** (C. Marques, Trad.). Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCHWARTZ, Y. A dimensão coletiva do trabalho: as ‘ECRP’. In: SCHWARTZ, Y.; TERSSAC, G. **Autonomie dans le travail.** Paris: Presses Universitaires de France (Sociologie d’aujourd’hui), 1992.

VERDE, F. F.; BERNARDO, M. H.; BÜLL, S. Trabalho e precarização na saúde pública. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade.** 2013. 1. ed. 19-31p. Retrieved from: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1125/816>. 2013.

VIDAL, M. **La variabilité du travail sur les chantiers en France et Brésil: origines et modalités de la dimension gestionnaire du travail ouvrier.** 1985. Tese (Doutorado) Paris: CNAM, 1985.

WALDOW, V. R. Cuidado Colaborativo em Instituições de Saúde: a enfermeira como integradora. **Texto & Contexto Enfermagem**, v23. 2014. 1145-1152p. DOI: 10.1590/0104-07072014001840013, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/bWBPMmBMBjLHsFbmQHMPMBkz/?lang=pt>. Acesso em: 22 de jul. 2016.

## CAPÍTULO 12

# REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA LOUCURA, SISTEMAS DE REPRESENTAÇÕES E VÁCUO REPRESENTACIONAL: UMA VISÃO INTEGRADORA<sup>3</sup>

*Linniker Matheus Soares de Moura  
Silvana Carneiro Maciel*

À Deus fonte de toda sabedoria

## 1 INTRODUÇÃO

As representações sociais (RS) da loucura assumem uma complexa estrutura ao longo do tempo e em diversas culturas. Sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS), compreendemos que tal complexidade decorre da construção compartilhada de conhecimentos sobre o mundo por meio da interação social. Essas representações surgem da interseção entre conhecimentos científicos e populares, influenciados por fatores culturais, históricos, políticos e econômicos, moldando a percepção e o tratamento de fenômenos sociais (Jodelet, 2005; Moscovici, 1961).

A análise das RS relacionadas à loucura revela um viés predominantemente negativo, permeado por estereótipos, preconceitos e estigmas, que impactam o comportamento e o pensamento social. Além disso, essa análise permite identificar mudanças históricas na compreensão das doenças mentais, transformações nos sistemas de cuidado e a compreensão dos discursos e narrativas que cercam esse tema em diferentes épocas e culturas (Barbosa; Costa, 2023; Santos; Eskinazi, 2022; Sousa; Maciel; Medeiros, 2018; Ribeiro Neto; Costa *et al.*, 2016). Isso é especialmente relevante em

---

<sup>3</sup> Este texto foi escrito com base no trabalho de tese não publicado e em desenvolvimento (2021-2025) do primeiro autor sob orientação da segunda autora no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

um contexto em que a loucura é objeto de debates públicos que afetam as políticas de saúde mental e a inclusão social de pessoas com transtornos mentais.

Para compreender um fenômeno tão complexo quanto a loucura, a TRS desempenha um papel crucial, oferecendo uma estrutura sólida para analisar como os indivíduos constroem e compartilham RS, e como essas RS atuam como mediadoras na relação entre o indivíduo e a sociedade. Elas constituem sistemas dinâmicos que estão intrinsecamente ligados à gênese e à evolução do pensamento social (Jodelet, 1991).

Este trabalho tem como objetivo discutir as RS da loucura sob a ótica da TRS, propondo uma visão integradora dos desafios que a loucura apresenta à teoria. Essa abordagem será aliada aos conceitos de polifasia cognitiva, sistemas de representações sociais e vácuo contextual, que oferecem uma lente única para investigar como as RS se organizam e evoluem.

## 2 TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A TRS teve seu surgimento no século XX, impulsionada pelo trabalho pioneiro do renomado psicólogo social francês Serge Moscovici. Em 1961, Moscovici publicou *“La Psychanalyse, son image et son public”* (A Psicanálise, sua imagem e seu público), uma obra seminal que investigou como grupos franceses incorporaram os conhecimentos da psicanálise em suas vidas cotidianas, transformando esses conhecimentos em elementos do senso comum relacionados à psicologia humana. Esse trabalho marcou o início da TRS na psicologia social europeia e lançou um desafio profundo: como o ser humano constrói sua própria realidade?

A TRS oferece uma perspectiva psicossociológica sobre o processo de formação do pensamento social, considerando as RS como um conjunto que engloba conceitos, proposições e explicações da vida cotidiana. Essas RS são compartilhadas por meio da comunicação entre indivíduos e grupos, sendo comparáveis aos sistemas de mitos e crenças presentes nas sociedades. Moscovici e outros pesquisadores enfatizam que as RS estão profundamente enraizadas na linguagem, no pensamento simbólico e no desenvolvimento dos indivíduos como seres sociais. Elas carregam consigo a cultura, ideologias e crenças dos grupos sociais, representando a maneira pela qual aprendemos a dar sentido ao mundo (Moscovici, 2012; Moscovici, 1978; Jodelet, 1989).

Dessa forma, as RS sempre se referem a objetos sociais, originando-se e fluindo no contexto social, mas também incorporam componentes cognitivos, tornando-se formas de compreensão dos fenômenos sociais. Elas desempenham um papel fundamental na construção e na comunicação da realidade, atuando como pontos de ancoragem entre a vida psíquica do emissor e o objeto social representado (Moscovici, 1978; Jovchelovitch, 2000; Moscovici, 2012; Abric, 2000).

Nesse contexto, os processos de objetivação e ancoragem desempenham um papel crucial na formação das RS. A objetivação é o processo de transformar conceitos abstratos em representações mais concretas e acessíveis, permitindo que as pessoas compartilhem significados sobre objetos sociais complexos. Por outro lado, a ancoragem envolve a conexão das RS a elementos culturais e sociais mais amplos, proporcionando estabilidade e coerência a essas representações ao longo do tempo. Ambos os processos são essenciais para a formação e a manutenção das RS, facilitando a compreensão e a comunicação compartilhada da realidade social, permitindo a integração cognitiva do novo, a interpretação da realidade e a orientação de comportamentos e relações sociais. Isso possibilita que as RS cumpram sua função primordial, que é tornar familiar o que é desconhecido, atuando como guias e organizadoras do comportamento social (Moscovici, 2003).

As abordagens da TRS, como a processual, a estrutural e a societal, complementam-se para fornecer uma compreensão abrangente das RS. A abordagem processual destaca a influência do contexto social e cultural na formação das representações, enquanto a abordagem estrutural se concentra na organização interna dessas representações. Por sua vez, a abordagem societal considera a dinâmica das relações sociais e como elas afetam as representações individuais e coletivas (Sousa; Sousa, 2021; Parreira *et al.*, 2018; Almeida, 2009). Ao integrar essas perspectivas, obtemos uma visão mais completa e aprofundada das RS, contribuindo para uma compreensão mais rica e completa dos fenômenos psicossociais, como a construção das RS sobre a loucura.

### **3 O QUE AS PESQUISAS TÊM A DIZER?**

As Representações Sociais (RS) sobre temas como a loucura, a esquizofrenia e a doença mental são intrincadas e multifacetadas, refletindo a interação complexa entre cultura, mídia, experiência pessoal e educação.

Vários estudos têm explorado essas representações, revelando a diversidade de significados associados a esses temas e a persistência dos estigmas que os cercam.

É importante destacar que, em muitos momentos, utilizamos o termo “doença mental” como um marcador histórico, conforme empregado em pesquisas, uma vez que esse termo tem sido presente no imaginário social em relação a transtornos mentais mais graves.

Denise Jodelet (2005) observou como RS negativas relacionadas à loucura podem levar à exclusão e à marginalização de pessoas com doenças mentais. Em um hospital psiquiátrico baseado no conceito “hétero-familiar”, os moradores locais viam os pacientes como estranhos e diferentes, criando um distanciamento significativo entre eles.

Estudos, como os de Rosa (1987) e Serino (1987), mostraram como a doença mental é frequentemente associada a estigmas, desvio social e perigo. Essas pesquisas destacaram que as representações ancoraram a loucura em crenças antigas, retratando-a como algo mágico, monstruoso ou socialmente desviante.

Rose (1995) analisou a representação da loucura na televisão britânica, identificando uma tendência a retratar pacientes psiquiátricos como violentos e perigosos. A pesquisa também indicou que a falta de representações positivas contribuiu para o estigma associado à doença mental.

Morant (1995) investigou as representações de doença mental entre profissionais de saúde mental na Grã-Bretanha e na França, revelando a diversidade e ambivalência presentes em suas representações. Profissionais muitas vezes descreviam os pacientes como “Outros”, diferentes e distantes, mas também expressavam empatia por sua angústia.

Wagner *et al.* (1999) exploraram as representações da loucura na Índia, mostrando como as respostas dos entrevistados eram influenciadas pelo contexto das entrevistas. A loucura era associada a comportamentos que fugiam dos padrões sociais, e sua gravidade era percebida de forma variada.

Brito e Catrib (2004) apresentaram resultados que categorizaram as RS da loucura em quatro núcleos de significado, incluindo a visão da loucura como algo fora da norma social e associado a comportamentos estranhos. Gheorghiev, Lahutte e Boisseaux (2011) abordaram a estigmatização associada à periculosidade na França, destacando que muitas pessoas associam “insanidade” ou “doença mental” a atos criminosos ou violentos. Barros e

Jorge (2011) analisaram músicas brasileiras e identificaram diferentes zonas de sentido relacionadas à loucura, desde a loucura como encontro consigo mesmo até à associação com a violência e a doença mental.

Cherif *et al.* (2012) investigaram as RS associadas à “loucura”, “doença mental” e “depressão”. A “depressão” foi percebida como mais suave e reacional às dificuldades da vida, enquanto a “loucura” era marcada por uma conotação pejorativa, associada à periculosidade e à exclusão social.

Peres *et al.* (2012) analisaram as RS da loucura entre crianças, destacando como essas representações incluem a percepção do louco como perigoso, excluído socialmente, doente e alienado. No entanto, algumas crianças demonstraram uma visão mais inclusiva e respeitosa do louco, sugerindo a influência da Reforma Psiquiátrica na sensibilização das novas gerações.

Lampropoulos, Fonte e Apostolidis (2018) analisaram as associações cognitivas e percepções sobre a esquizofrenia na França. Para pessoas sem o transtorno, a esquizofrenia foi associada a termos médicos e estereótipos como “perigo”, “personalidade dividida” e “loucura”.

Moura (2021) investigou as RS da esquizofrenia e destacou a associação à doença mental, transtorno psiquiátrico, loucura, medo, sintomas como alucinações e estigmas como perigo e descontrole, influenciados por emoções negativas, como o medo.

Santos e Eskinazi (2022) examinaram como as RS da loucura são ancoradas em textos jornalísticos brasileiros, evidenciando o estigma persistente associado à loucura e sua representação como algo estranho e diferente da norma social.

Todos os estudos citados acima confirmam a afirmação de que as RS sobre a loucura são complexas e multifacetadas, incluindo outros elementos correlatos, como esquizofrenia e doença mental. Vimos que essas representações são influenciadas por fatores como cultura, mídia, experiência pessoal e educação, e vários estudos têm explorado essa temática, destacando a persistência de estigmas em relação a esses temas.

Diversos pesquisadores têm examinado as RS negativas associadas à loucura e à doença mental. Essas representações muitas vezes levam à exclusão e à marginalização das pessoas afetadas, contribuindo para o estigma e o distanciamento entre pacientes e suas comunidades. Esses estudos ressaltam a necessidade de analisar de forma mais aprofundada

as representações presentes na sociedade e na mídia, buscando promover uma compreensão mais equilibrada e empática desses temas. Agora, tendo apresentado a TRS e estudos sobre a loucura nesta perspectiva, confrontaremos os resultados frente a proposições teóricas da abordagem e levantaremos reflexões sobre como podemos integrar nossas discussões.

## **4 REPRESENTAÇÕES DA LOUCURA: QUE DESAFIO É ESSE?**

Morant e Rose (2002) exploram como as RS da loucura desafiam a TRS, que prega que o objetivo do processo representacional é tornar familiar o que é desconhecido. Entretanto, a loucura é frequentemente vista como algo não familiar, carregando ambivalência e insegurança. Os autores oferecem duas interpretações: a primeira considera a não-familiaridade como conteúdo representacional, afastando o louco como “outro” para preservar a identidade social. A segunda interpretação sugere que a não-familiaridade da loucura é estrutural, devido à multiplicidade de significados.

Essa complexidade desafia as RS tradicionais, tornando difícil enquadrar a loucura nos padrões normais de familiarização. Wachelke (2005) concorda com essa perspectiva e propõe que a compreensão da representação social da loucura deve considerar tanto a cultura quanto a ciência como sistemas de RS complementares.

Ele descreve uma dinâmica na qual a falta de conhecimento adequado, tanto cultural quanto científico, impede a ancoragem adequada da loucura, levando à sua representação com um tom de algo não familiar, inspirando ansiedade e ameaçando a ordem social. Essa impossibilidade de tornar a loucura um objeto social familiar leva à sua rejeição e à atribuição de um caráter “outro” (Wachelke, 2005).

Tanto a ciência quanto a cultura têm limitações em oferecer uma explicação completa para a loucura como objeto social. Isso destaca a complexidade da relação entre sociedade e loucura, com implicações significativas para a compreensão desse fenômeno.

## **5 POLIFASIA COGNITIVA**

Nas sociedades modernas, as RS da loucura são moldadas pela coexistência de dois universos de pensamento: o universo reificado e o

universo consensual. Segundo Moscovici (2007), o universo reificado é caracterizado por conhecimentos definidos por instituições normativas, como ciências e religiões, que estabelecem hierarquias de detentores legítimos de conhecimento. Aqueles que expressam ideias nesse contexto atuam como porta-vozes dessas instituições. Em contraste, o universo consensual é baseado em conhecimentos informais construídos por grupos e indivíduos em suas interações e comunicações. Nesse contexto, quem se expressa age como um teórico de senso comum, compartilhando sua experiência pessoal e visão de mundo.

Essa atividade de representação é caracterizada pela coexistência dinâmica de diversas formas de conhecimento, conhecida como polifasia cognitiva. Ela reconhece que diferentes perspectivas e influências moldam as RS, incluindo crenças antigas, influências contemporâneas e experiências pessoais (Jovchelovitch, 2004). Por exemplo, nas RS da loucura, observamos como as percepções variam entre grupos e ao longo do tempo, refletindo a complexidade das influências culturais, sociais e individuais.

Essa polifasia cognitiva é evidente nos estudos sobre RS da loucura em diferentes contextos. Profissionais de saúde mental e estudantes de áreas como a Psicologia representam o universo reificado, com visões mais humanizadas da loucura, enquanto o senso comum e interações sociais cotidianas representam o universo consensual, frequentemente ancorando a loucura em estereótipos e simplificações (Barbosa; Costa, 2023; Santos; Eskinazi, 2022; Sousa; Maciel; Medeiros, 2018; Ribeiro Neto; Costa *et al.*, 2016).

Portanto, múltiplas formas de conhecimento, influências e perspectivas coexistem dentro das RS da loucura e doença mental. Essa coexistência contribui para a complexidade e diversidade das interpretações sobre o tema, com indivíduos atuando como porta-vozes de diferentes formas de conhecimento e experiências, influenciando a construção das RS.

## **6 SISTEMA E METASSISTEMA**

A TRS utiliza os conceitos de sistema e metassistema para compreender como os grupos sociais constroem e compartilham conhecimento sobre objetos e conceitos específicos. Os sistemas de Representações Sociais (SRS) surgem da interação entre o sistema e o metassistema, formando estruturas organizadas de RS interligadas em torno de objetos ou elementos

representacionais. Esses sistemas são dinâmicos e evoluem ao longo do tempo, influenciados por fatores como políticas de saúde mental e mudanças culturais (Felix *et al.*, 2016).

Dentro dos SRS, os elementos de diferentes RS podem ser ativados e influenciar a percepção coletiva de um conceito ou fenômeno. Por exemplo, nas representações da loucura, doença mental e esquizofrenia, elementos compartilhados, como estranheza e periculosidade, podem influenciar a compreensão de diferentes aspectos da saúde mental.

Essa interconexão de elementos entre RS reflete a natureza complexa e dinâmica das percepções coletivas, onde diferentes representações coexistem e se influenciam mutuamente, moldando a compreensão de conceitos como a saúde mental.

## 7 VÁCUO CONTEXTUAL

Wachelke (2005) introduz a hipótese do “vácuo representacional” na TRS para explicar a complexa relação entre os sistemas representacionais da cultura e da ciência no contexto da loucura. Essa hipótese destaca a coexistência da não-familiaridade na representação da loucura, levando em consideração a interação entre os SRS.

Ele ressalta que os sistemas representacionais não são equivalentes ao conhecimento em si, mas sim conjuntos de RS baseadas em conhecimento científico ou cultural. Com a ascensão da ciência, houve um conflito entre esses sistemas, com as representações científicas gradualmente substituindo as culturais. No entanto, a ciência não consegue explicar todos os aspectos da loucura, criando uma lacuna na compreensão do fenômeno (Walcheke, 2005).

Essa lacuna pode ser vista como um “vácuo representacional” e ocorre quando as representações culturais lidam com aspectos da loucura que não são esclarecidos pelas representações científicas. Assim, há uma cobertura complementar da loucura pelos dois sistemas representacionais, criando uma situação em que alguns aspectos da doença mental permanecem mal compreendidos (Walcheke, 2005).

A hipótese do vácuo representacional destaca o problema estrutural na representação da loucura, que pode ser uma causa da complexidade e da falta de âncoras adequadas na compreensão desse fenômeno (Walcheke, 2005).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos sobre as representações sociais da loucura, percebemos a complexa interação entre percepções individuais e coletivas sobre doenças mentais, refletindo como a sociedade concebe e representa a loucura ao longo do tempo. Essas representações frequentemente incorporam elementos de periculosidade, desvio e violência, ativando um sistema de representações sociais que engloba loucura, esquizofrenia e doença mental. Isso contribui para a estigmatização e o isolamento das pessoas com transtornos mentais na sociedade. Mudanças políticas e sociais influenciaram a evolução das representações sociais da loucura, evidenciando a luta pelos direitos e pela humanização dos pacientes psiquiátricos. No entanto, ainda enfrentamos desafios e obstáculos nesse caminho.

Além disso, a mídia desempenha um papel significativo na formação dessas representações, muitas vezes retratando a loucura de maneira sensacionalista. No entanto, também existem esforços para transformar essas representações. A Reforma Psiquiátrica, implementada em diversos países, busca uma abordagem mais inclusiva e humanizada em relação aos transtornos mentais. No entanto, práticas e discursos antiquados persistem, afetando a relação das famílias com os portadores de transtornos mentais. A mudança dessas representações requer esforços políticos, econômicos e educacionais.

Os estudos sobre as representações sociais da loucura revelam sua complexidade e influência na sociedade, moldadas por contextos históricos, culturais e ideológicos. A TRS destaca essa complexidade, ressaltando a interação entre sistemas de representações sociais e a dinâmica da polifasia cognitiva. Os sistemas de RS organizam ideias e significados compartilhados sobre a loucura, coexistindo e inter-relacionando-se com as representações de doença mental e esquizofrenia.

A polifasia cognitiva destaca a coexistência de diferentes formas de conhecimento, como o científico e o cultural, moldando a compreensão multifacetada da loucura e resultando em uma percepção ambígua desse fenômeno. A hipótese do “vácuo representacional” ressalta que a complexidade da loucura pode criar lacunas nas RS, dificultando sua ancoragem em sistemas representacionais estáveis. Portanto, estudos com uma abordagem integrativa, considerando a interação entre sistemas de representações e a diversidade de formas de conhecimento presentes na sociedade, são

essenciais para uma compreensão abrangente e enriquecedora da loucura como um fenômeno complexo.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia: AB, 2000. p. 27-38.

ALMEIDA, A. M. O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 3, p. 713–737, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922009000300005>

BARBOSA, M.; COSTA, N. A loucura nas famílias em tempos de Reforma Psiquiátrica: uma revisão bibliográfica. **Revista Psicologia em Pesquisa**, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 1-35, 2023.

BARROS, J. P. P.; JORGE, M. S. B. Vozes da loucura cantada: sentidos sobre a loucura e o louco em canções brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 16, n. 12, p. 4845–4854, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001300033>

BRITO, H. B.; CATRIB, A. M. F. Representação social e subjetividade do adoecer psíquico. *Estudos De Psicologia*, Natal, v. 9, n. 2, p. 285–296, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000200010>

CHERIF, W. *et al.* Social representations of psychiatric care in Tunisia. **La Tunisie Medicale**, [s.l.], v. 90, n. 12, p. 862-866, 2012.

COSTA, J.; JORGE, M.; COUTINHO, M.; COSTA, E.; HOLANDA, Í. A reforma psiquiátrica e seus desdobramentos: representações sociais dos profissionais e usuários da atenção psicossocial. **Psicologia e Saber Social**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 35-45, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/psi.saber.soc.2016.15855>.

FÉLIX, L. B.; ANDRADE, D. A.; RIBEIRO, F. S.; CORREIA, C. C. G.; SOUZA, M. D. F. S. O conceito de Sistemas de Representações Sociais na produção nacional e internacional: uma pesquisa bibliográfica. **Psicologia e Saber Social**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 198-217, 2016.

GHEORGHIEV, C.; LAHUTTE, B.; BOISSEAU, H. P01-534- Dangerousness and mental disease in France: From stigmatization to prevention process. **European Psychiatry**, [s.l.], v. 26, 2011.

JODELET, D. **Las representaciones sociales: un campo en expansión**. Jodelet D, compilador. Les representatios sociales. [S.l.]: Presses Universitaires de France, 1989.

JODELET, D. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JODELET, D. **Madness and social representations**: Living with the mad in one French community. V. 5. [S.l.]: Univ of California Press, 1991.

JOVCHELOVITCH, S. Psicologia Social: saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 20-31, 2004.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e espaço público**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LAMPROPOULOS, D.; FONTE, D.; APOSTOLIDIS, T. **Exploring the link between stigma and social representations among people with and without schizophrenia in the French context**. [S.l.]: Psychiatry Research, 2018.

MORANT, N. What is mental illness?: social representations of mental illness among British and French mental health professionals. **Papers on social representations**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 41-52, 1995.

MORANT, N.; ROSE, D. Loucura, multiplicidade e alteridade. In: ARRUDA; A. (Org.), **Representando a alteridade**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 129-148.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **La Psychanalyse, son image**, son public. Paris: PUF, 1961.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOSCOVICI, S. The phenomenon of social representations. In: FARR, R. V.; MOSCOVICI, S. (Eds.). **Social representations**. Cambridge University Press, 2007. p. 3-69.

MOURA, L. M. S. **Preconceito, religiosidade e representações sociais: articulações sobre a esquizofrenia**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

PARREIRA, P. *et al.* Abordagem estrutural das representações sociais. In: PARREIRA, P. *et al.* (Coords.), **Análise das representações sociais e do impacto da aquisição de competências em empreendedorismo nos estudantes do Ensino Superior Politécnico**. Guarda: IPG/PIN, 2018. p. 55-68.

PERES, G. M. *et al.* Representações sociais do louco/Loucura para estudantes de nível fundamental. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 96-103, 2012.

ROSA, A. The social representation of mental illness in children and adults. In: Doise, W.; Moscovici, S. (Eds.). **Current Issues in European Social Psychology**. V. 2. Cambridge University Press: Cambridge, 1987.

ROSE, D. **Representations of madness on British television: a social psychological analysis**. 1995. Dissertação (Doutorado em Economia e Ciência Política) – London School of Economics and Political Science, London, 1995.

SANTOS, M. F. S.; ESKINAZI, R. H. (2022). Madness and Anchoring in the Brazilian Press: A Study in Social Representation. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 32, e3231, p. 1-9, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4327e3231>.

SERINO, C. Entre 'Normal' et 'Différent': aspects du lien soi/autrui dans le processus de représentation sociale. In: BELLELLI, G. (Ed.). **La Représentation Sociale de la Maladie Mentale**. Ligouri: Naples, 1987.

SOUSA, K. N.; SOUZA, P. C. Representação social: Uma revisão teórica da abordagem. **Research, Society and Development**, [s.l.], v. 10, n. 6, p. 1-12, 2021. e38610615881-e38610615881

SOUSA, P. F.; MACIEL, S. C.; MEDEIROS, K. T. Paradigma biomédico x psicossocial: onde são ancoradas as representações sociais acerca do sofrimento psíquico?. **Trends in Psychology**, [s.l.], v. 26, p. 883-895, 2018.

Wachelke, J. F. R. O vácuo no contexto das representações sociais: uma hipótese explicativa para a representação social da loucura. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 10, p. 313-320, 2005.

WAGNER, W. *et al.* Theory and method of social representations. **Asian Journal of Social Psychology**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 95-125, 1999.

## CAPÍTULO 13

# “SOU O VÍRUS ENCARNADO”: PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO VIVENCIADOS POR TRABALHADORES DA SAÚDE DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

*Petra Júlia Santos de Azevedo  
Tatiana de Lucena Torres  
Thaís Augusta de Oliveira Máximo*

## 1 INTRODUÇÃO

Durante a pandemia de covid-19, trabalhadoras e trabalhadores da saúde que atuaram no enfrentamento da doença, foram nomeados de forma midiática como “heróis” e “heroínas”, no entanto, precisaram lidar com dificuldades diversas, a saber: contexto de risco de contaminação, fragilização dos vínculos de trabalho, falta de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs) e insumos, longas jornadas de trabalho (Galon; Navarro; Gonçalves, 2022). A situação emergencial de saúde expôs, sob diferentes ângulos, fragilidades, vulnerabilidades, dificuldades e impedimentos vivenciados no cotidiano do trabalho na saúde (Fiocruz, 2020), envolvendo as subjetividades dos/as trabalhadores/as (Máximo et. al., 2022; Lhuillier, 2009; Borsoi, 2007; Oliveira & Bastos, 2014). Especialmente, aqueles situados na saúde pública, que também vivenciam a desregulamentação e precarização do trabalho contemporâneo (Vieira; Chinelli, 2013; Gondim et. al., 2018). A situação de pandemia expôs de forma visceral tais problemas, amplificando suas consequências na vida dessas pessoas.

Neste cenário, o Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST) desenvolveu um projeto de pesquisa<sup>4</sup> voltado para a saúde e a segurança dos trabalhadores da saúde durante a pandemia de covid-19. Diante dos

---

4 Projeto “A Saúde dos Trabalhadores da Saúde no contexto da pandemia de covid-19: prevenção e cuidado”, financiado pelo MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Dedit Edital de Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves.

resultados alcançados nos três anos de pesquisa (2020-2023), nos surpreendemos com a constatação de que os trabalhadores da saúde precisaram lidar com todas as questões já citadas, mas precisaram também, no contexto pandêmico, conviver com situações sociais de preconceito e discriminação por atuarem diretamente com a covid-19.

Estudos clássicos da Psicologia Social (Allport, 1979) exploraram a temática do preconceito e discriminação, e conceituaram o preconceito como uma atitude de hostilidade dirigida a uma pessoa pelo pertencimento da mesma a um determinado grupo, pressupondo que esta pessoa apresentaria as “qualidades desagradáveis desse grupo” (Allport, 1979, p.7).

Concordamos com Seligmann-Silva (2011) sobre a necessidade de compreender melhor as situações de preconceito e discriminação vivenciados no trabalho. Desde a evitação até a exclusão (Allport, 1979; Camino *et al*, 2013), ouvimos relatos de profissionais que foram retirados de transportes públicos, evitados por transportes de aplicativos, retirados de estabelecimentos comerciais, isolados compulsoriamente por decretos públicos, vigiados em suas residências, ao passo em que foram evitados por familiares, amigos e até colegas de trabalho que não atuavam com a covid-19, além de serem vítimas de assédio moral, violência física e psicológica, e até ameaças de morte (Máximo *et al.*, 2022). Vivenciar tal exclusão (Sawaia, 1999) em tantas instâncias (familiar, laboral, organizacional, institucional, social) reverberou consequências à saúde mental dessas pessoas que trabalharam no enfrentamento à covid-19 (Da Silva *et al.*, 2022).

Para a Clínica da Atividade (Clot, 2010), aspectos como reconhecimento e valorização pela sociedade, pares e família são muito importantes para entender o processo identitário dos trabalhadores, e ainda o seu potencial para suportar o sofrimento e conseguir resistir às dificuldades sem o adoecimento psíquico (Clot, 2013).

Partindo de dois estudos empíricos que acompanharam os diferentes momentos da pandemia, buscamos analisar experiências de trabalhadores da saúde que vivenciaram situações de preconceito e discriminação durante o trabalho na pandemia de covid-19.

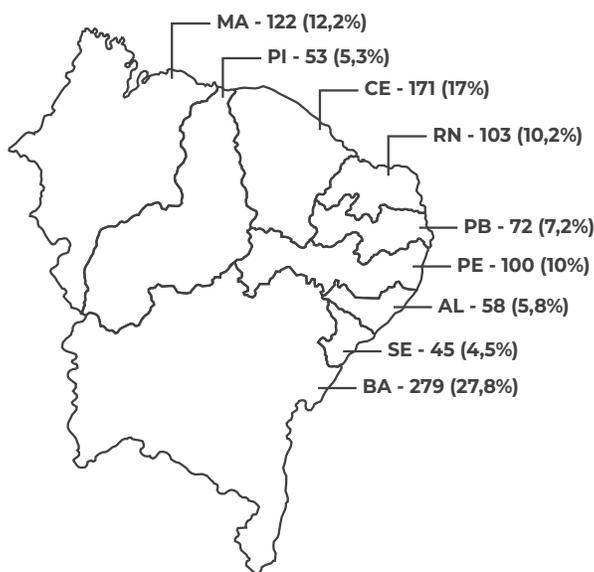
## 2 MÉTODO

O estudo multicêntrico (região nordeste) apresentou delineamento transversal, com abordagem mista-sequencial do tipo quali-quantitativo.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPB (parecer 4.827.082, CAAE 38746420.0.0000.5188), garantindo o sigilo e a participação voluntária.

O Estudo I foi realizado entre julho e novembro de 2021, com uma amostra de conveniência de 51 participantes, todos profissionais de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), atuantes na pandemia de covid-19, distribuídos entre os nove estados da região Nordeste (Figura 1).

**Figura 1.** Distribuição da frequência de participantes por estado do Nordeste (N=51, Estudo 1).



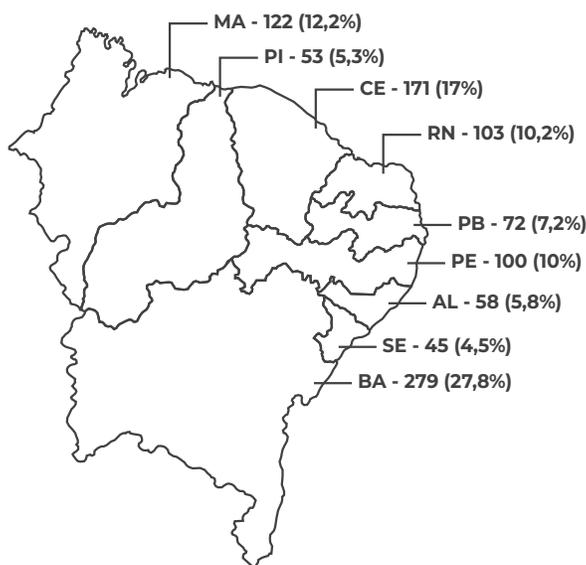
Utilizamos entrevistas semiestruturadas, realizadas de forma remota com duração de 40 minutos à 1 hora e 20 minutos. O roteiro continha questões sobre perfil sociodemográfico, história de trabalho, sentido e significado do trabalho, cooperação, reconhecimento, preconceito, entre outros. Os Termos de Consentimentos Livres e Esclarecidos (TCLE) e termos de gravação das falas e vídeos foram assinados através de um formulário disponibilizado em plataforma digital.

A transcrição das entrevistas foi separada em 5 *corpora* diferentes, e neste capítulo de livro, descrevemos as análises temáticas (Minayo, 2012) do *corpus* “Impactos da pandemia de covid-19”, aprofundando a compreensão

sobre a relação entre o trabalho na pandemia e as violências vividas no contexto de trabalho.

O Estudo II, realizado entre os meses de agosto de 2021 e abril de 2022, contou com cálculo amostral proporcional ( $e=3\%$ ,  $Z=95\%$ ), obtendo a participação de 1003 pessoas que responderam 26 questões com respostas de múltipla escolha, em aplicações presenciais e remotas. As questões versaram sobre o perfil do respondente, condições, processos e relações de trabalho. Todos os procedimentos éticos utilizados no Estudo I, foram repetidos no Estudo II. Os critérios de inclusão nos dois estudos foram: (a) atuar no Sistema Único de Saúde (SUS), (b) atuar em locais de referência no enfrentamento à covid-19, (c) atuar na região nordeste. Na Figura 2 é possível identificar a distribuição dos participantes:

**Figura 2.** Distribuição da frequência de participantes por estado do Nordeste (N=1003, Estudo II).



As respostas foram organizadas e analisadas com auxílio de um programa para análise estatística avançada. Neste capítulo, utilizamos as estatísticas descritivas (Estudo II) que se relacionaram com a temática do preconceito e discriminação, de modo a ampliar as análises do Estudo I. Os resultados de ambos os estudos serão descritos na próxima seção.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No intuito de deixar a leitura mais fluida, a descrição e discussão dos resultados da pesquisa serão apresentados de forma articulada, considerando tanto o Estudo I (qualitativo) quanto o Estudo II (quantitativo).

Em ambos os estudos, um perfil de participante ficou muito evidente: mulheres, pardas, adultas jovens e de meia idade, profissionais da enfermagem (Tabela 1). Quanto à participação na Rede de Atenção à Saúde observamos que houve equiparação no estudo I: 33,3% primária (17), 27,4% secundária (14) e 35,2% terciária (18), diferente do Estudo II, com prevalência da atenção primária (28,8%) e terciária (32,9%).

**Tabela 1.** Perfil das pessoas participantes (Estudo I e II).

Perfil sociodemográfico	Estudo I		Estudo II		Perfil laboral	Estudo I		Estudo II	
	F	%	F	%		F	%	F	%
Gênero					Profissão*				
Feminino	39	76,4	800	79,8	Enfermagem	9		254	25,3
Masculino	12	23,6	202	20,2	Téc. Enfermagem	8		152	15,2
Outro	-	-	1	0,01	Medicina	3		81	8,1
Raça/Etnia					Fisioterapia	3		73	7,3
Parda	23	45,9	520	51,8	ACS	5		71	7,1
Branca	18	35,2	313	31,2	Psicologia	8		60	6,0
Preta	7	13,7	143	14,3	Serviço Social	3		56	5,6
Amarela	1	1,9	20	2,0	Odontologia	-		44	4,4
Indígena	-	-	5	0,5	Aux. de dentista	1		41	4,1
Não declarou	2	3,9	2	0,2	Farmácia	1		40	4,0
Idade					Nutrição	3		33	3,3
20 a 30 anos	12	23,5	130	13	Aux. Serv. Gerais	-		30	3,0
31 a 40 anos	18	35,2	363	36,2	Recepção	2		26	2,6
41 a 50 anos	12	23,5	277	27,6	Maqueiro	-		17	1,7
51 a 60 anos	7	13,7	130	13	Fonoaudiologia	-		12	1,2
61 anos ou mais	-	-	31	3,1					

\*As profissões: Terapia Ocupacional, Agente de endemias, Técnico de Radiologia e Biomedicina obtiveram menos de 1% e, por isso, não estão na Tabela 1.

No Estudo I, mais de 60% dos/as profissionais relataram alguma situação de preconceito e/ou discriminação vivenciada. Destes, 50,9% eram

mulheres, enfermeiras ou técnicas de enfermagem. Entre os homens que vivenciaram tal situação (10% do total), 60% eram pardos ou pretos; 40%, brancos. No conjunto de trabalhadores que não relatou ter vivenciado preconceito ou discriminação por atuar na saúde (36,21%), ao menos seis (30%), disseram conhecer colegas que sofreram discriminação.

Para além dos riscos de saúde e segurança enfrentados pelos/as trabalhadores/as da saúde, o preconceito e a estigmatização também estavam presentes em seu cotidiano. Resultados semelhantes foram encontrados em uma pesquisa realizada pela Fiocruz (2021) voltada para as Condições de Trabalho dos Profissionais de Saúde no contexto da covid-19, quando 40% dos participantes afirmaram ter sofrido algum tipo de violência no trabalho, 33,7% alguma discriminação por trabalhar na saúde em sua vizinhança e 27,6% no trajeto casa-trabalho.

Nas entrevistas que realizamos no Estudo I, também identificamos que as situações de discriminação e exclusão aconteceram em diferentes grupos/espços sociais, inclusive na própria família dos/as trabalhadores/as:

Minha filha disse que eu sou podre. Ela disse ‘mainha, você não existe, você é podre’ (Mulher, branca, psicóloga).

Minha irmã simplesmente no dia que eu fui começar a atuar na pandemia ela disse: ‘pode ir para hotel, não quero mais você aqui’. E a sorte é que tinha esse hotel para ir. E quem não tinha esse hotel, né? (Mulher, branca, técnica de enfermagem).

Desde formas mais sutis, como olhares e comentários paralelos, até situações em que o preconceito levou ao ato da discriminação, observamos que profissionais da saúde, anteriormente percebidos como heróis, foram considerados um grupo que precisava estar separado. Nas palavras de uma trabalhadora, eram vistos “como se você fosse o próprio *vírus encarnado*, preparado para sair infectando todo mundo” (Mulher, parda, fisioterapeuta; grifo nosso).

Esta é uma forte característica da estigmatização: o estabelecimento de uma relação de desvalorização do outro, de sua coisificação. Foi isto que a trabalhadora evidenciou ao dizer que se sente como “o *próprio vírus encarnado*”, os/as trabalhadores/as da saúde passaram a ser, no imaginário social, a representação do coronavírus. A cor branca estampada no jaleco

e o pijama hospitalar, antes com prestígio social, tornou-se uma marca que acompanhava os/as profissionais:

Aquela roupa quando você está vestida nela parece que tem assim uma letra escarlate no seu peito, você está estigmatizado, ninguém quer encostar em você quando você está vestida em uma roupinha daquela, no pijaminha cirúrgico daqueles. Você nota olhares de todos os lados. (Mulher, amarela, nutricionista).

Durante a pandemia, o preconceito e a discriminação contra trabalhadores/as da saúde revelaram-se como consequências perversas da estigmatização dos/as profissionais. Em março de 2020, o Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo recebeu mais de 20 denúncias de agressões, em sua maioria verbais, contra trabalhadores/as da enfermagem em espaços como ônibus, trens e metrô. A discriminação ocorreu em diferentes atos, seja no impedimento para acessar o transporte público, seja através de falas diretas registradas nas denúncias, em que agressores disseram: “sai do vagão, seu doente”; “nesse vagão você não entra” (Lorran, 2020). Relatos como esse, de discriminação em situações sociais, foram constantes nas entrevistas:

No início, como eu vou de ônibus, eu lembro que foi um dia bem engraçado, todo mundo sabia que eu trabalhava no hospital e que estava no covid-19, aí eu entrei no ônibus e quando eu entrei o cobrador disse: ‘espera, espera’. Aí eu fiquei na roleta, ele correu e foi abrir as janelas, Ele tinha esquecido de abrir as janelas do ônibus, aí eu fiquei e ele olhou para mim: ‘pronto, pode passar’. Eu disse meu Deus, eu devo ser o vírus ambulante (Mulher, parda, enfermeira).

Tais relatos testemunhados pelos profissionais evidenciam o que Allport (1979) tipificou sobre o preconceito, como a verbalização negativa (antilocução), evitação de contato (esquiva), e discriminação. É possível analisar nas falas dos/as trabalhadores/as, ainda, reflexos de preconceito flagrante, e, principalmente, de formas do preconceito sutil, que se caracterizam como maneiras mais discretas e indiretas de discriminação, dispostas a não serem lidas como preconceito (Pettigrew; Meertens, 1995). No contexto pandêmico, este se destacou proeminentemente, tendo em vista que muitos agressores se justificavam- por estarem se protegendo contra o coronavírus, naquele

momento representado pela figura do outro grupo – os/as trabalhadores/as da saúde. Essa questão influenciou, inclusive, a maneira como os próprios profissionais enxergaram as situações de preconceito sofridas:

Até o momento, não presenciei nenhuma situação de preconceito. Mas às vezes quando sai o povo diz que aquela pessoa trabalha na saúde e já tem medo de pegar, como se na nossa cara tivesse escrito covid-19. Eu não acho que seja tão preconceito, mas tudo bem (Mulher, parda, técnica de enfermagem).

Nota-se, assim, a dificuldade de nomear a violência sofrida. Ribeiro (2019), ao tratar sobre questões relacionadas ao preconceito racial, discorre acerca da “importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome” (p. 21). Seligmann-Silva (2011), apresenta a ideia de que existem tarefas e ocupações que, partindo de um viés psicossocial, levam à discriminação e desvalorização dos/as trabalhadores/as que as executam, trazendo como exemplo o trabalho em esgotos, depósitos de lixo e cemitérios. Segundo a autora, “a desvalorização frequentemente é introjetada. Isto é, o trabalhador tende a se auto desvalorizar e, muitas vezes, a se identificar com os conteúdos ‘sujos’ e ‘mortos’ do seu trabalho” (p. 222). No relato dos/as profissionais entrevistados/as, percebemos a ocorrência desse fenômeno:

Sofri preconceito por ser profissional da saúde durante a pandemia por parte da minha família [...]. Mas eu acho que o maior preconceito era eu mesma, eu não gostava de, no início, pelo menos até esse ano, assim eu tinha muito medo. [...]. Me sentia muito mal de estar próxima das pessoas (Mulher, branca, técnica em radiologia).

Mesmo no próprio ambiente de trabalho, trabalhadores/as relataram ter vivido situações de preconceito pelos colegas que estavam atuando no cuidado em saúde, mas não na linha de frente à covid-19:

A gente sofria preconceito dentro do próprio hospital. A gente não podia circular no hospital [...]. Mandaram trancar uma vez a gente lá dentro, não podia sair para canto nenhum (Mulher, parda, enfermeira).

[...] E me deu vontade de chorar no fundo, mas eu não chorei não, respirei fundo e saí (Mulher, parda, técnica de enfermagem).

Para Camino (2013), é na relação intergrupais que se expressam os comportamentos depreciativos e as condutas discriminatórias, proposição consoante com os estudos clássicos de Tajfel e Turner (1986), que indicaram que os conflitos intergrupais se relacionam com a identidade social. A partir dos relatos trazidos pelos/as trabalhadores/as, identificamos ainda, formas de preconceito e discriminação que tiveram como agentes os/as próprios/as usuários/as dos serviços de saúde:

Na comunidade, quando eles me viam na primeira casa da rua, eles começavam a fazer papel e colar na porta, ‘não quero sua visita’. Foi bem difícil no começo, existia muito. Eles ficavam com medo que a gente levasse a covid-19 para transmitir para eles (Mulher, branca, ACS).

As narrativas se destacam por serem de trabalhadores/as da Atenção Básica, como Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate a Endemias (ACE) foram fundamentais na identificação de casos de covid-19 e, conseqüentemente, na oferta do melhor tratamento disponível em cada tempo da pandemia. Então, apesar do reconhecimento social dos/as profissionais da linha de frente em muitos momentos ter sido voltado para aqueles/as que estavam atuando nos hospitais, o nível primário de atenção também precisou se reinventar para atuar na pandemia.

A dualidade entre ser considerado/a um/a herói ou heroína ao mesmo tempo em que era evitado/a no elevador do prédio, excluídos por familiares e amigos ou mesmo apartado nos espaços sociais como ônibus, metrô e mercados atingiu esses/as trabalhadores/as:

Rapaz, eu tinha uma cabeça muito boa, não me atingia muito não. Eu até entendia, sabe? Porque é leigo. Mas tinha gente que ficava chateada, muitas das minhas amigas ficaram com raiva, chateadas. A gente estava ali dando o sangue para contornar aquela situação e ainda tinha gente que via com maus olhos (Mulher, parda, técnica de enfermagem).

Essas pessoas foram vítimas de ações e atitudes que causaram sua exclusão social em razão de seu trabalho. No entanto, ao questionar sobre essa temática, identificamos também outros episódios de preconceito ou discriminação no trabalho. A narrativa de uma profissional, nos chamou a atenção para o preconceito racial:

Eu já passei por situação no hospital por ser uma mulher negra, mas não por ser trabalhadora da saúde (Mulher, preta, assistente social).

Em 2017, um estudo realizado em São Paulo, com a participação de 200 moradores/as negros/as, revelou que 92% das pessoas acreditam que existe racismo na contratação de candidatos/as e que 60% deles/as já sofreu com o preconceito racial no ambiente de trabalho. O racismo estrutural (Almeida, 2019) arraigado na sociedade, apresenta-se no mundo laboral através de relações de trabalho específicas que caracterizam a trajetória profissional de pessoas negras brasileiras. No caso específico aqui discutido, trata-se de uma mulher negra, o que expande a discussão para a interseccionalidade existente em ser uma mulher ao mesmo tempo em que se é uma pessoa negra. Sobre essa questão, Martins (2014) afirma: “Portanto, se se observa a exploração/opressão de gênero relacionada a todas as mulheres, não resta dúvida de que essa exploração/opressão se afirma duplamente no que tange às mulheres negras: pelas relações de gênero e étnico-raciais” (p. 120).

Em nossa pesquisa surgiu, ainda, um relato sobre a vivência de preconceito não necessariamente pelo trabalho na saúde, mas pela função ocupada:

(...) aí eu falei assim: eu nem vou de uniforme, aí a minha filha falou: ‘por quê?’, porque só deles verem que é ACS eles matam no cansaço, eles tratam mal, eles deixam a gente esperando. Aí eu disse: ‘eu vou de roupa normal, porque aí eu sou bem tratada (Mulher, branca, ACS).

A problemática da desvalorização dos ACS se apresenta na dificuldade de estabelecer as fronteiras entre valorização e desvalorização da categoria profissional (Guanaes-Lorenzi, Pinheiro, 2016). Se, por um lado, existe o reconhecimento da centralidade de seu trabalho na Estratégia de Saúde da Família como ponte entre a RAS e a comunidade, por outro, os/as profissionais se sentem desvalorizados pelos salários baixos e pouco reconhecimento.

Os dados encontrados no Estudo II corroboram os achados e as análises realizadas no material qualitativo do Estudo I. Através das respostas que os/as profissionais trouxeram nos questionários foi possível identificar a mesma dualidade: de um lado, a pandemia oportunizou aos/às trabalhadores/as da saúde maior visibilidade e reconhecimento social de seu trabalho, questão que pôde ser vista no título de “herói/heroína” ou mesmo nas homenagens recebidas nas redes sociais e em frente a prédios hospitalares; todavia, esses mesmos profissionais foram vítimas de preconceito e discriminação por estarem atuando na linha de frente da covid-19.

Quando questionados/as sobre o reconhecimento e a satisfação no trabalho, 26% dos/as participantes acreditam que os usuários demonstraram satisfação (ou gratidão) pelo seu trabalho, mas apenas 6,8% afirmaram que a sociedade valoriza o seu trabalho. Além disso, 15,7% consideraram seu trabalho útil. Contraditoriamente, 17% dos trabalhadores/as não se sentiram reconhecidos pelo trabalho realizado.

Dentre mais de mil respondentes, participantes do Estudo II, 29,9% relatou ter sido vítima de agressão verbal; 13,6% de assédio moral; 8,7% de discriminação por ser trabalhador/a da saúde atuando com covid-19; 4,3% preconceito ou discriminação por outros motivos, como o racial; 4% por agressão verbal e física; 0,8% por assédio sexual; e 0,4% por agressão física. No total, estes/as trabalhadores/as somam 618 participantes, o que significa que mais de 60% dos/as profissionais que participaram do estudo sofreram alguma violência durante a atuação no trabalho de enfrentamento a covid-19. Compreendemos, assim, que os/as profissionais sofreram preconceito e discriminação por estarem atuando na linha de frente à covid-19, mas, também, preconceito ou discriminação no trabalho por outros motivos (raça/etnia e profissão).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, defendemos a necessidade de visibilizar o preconceito que acontece nos ambientes do trabalho em saúde. A relevância deste estudo se revelou nos relatos dos/as trabalhadores/as durante a pandemia de covid-19. Esperamos que tais profissionais sejam sempre lembrados, não como heróis ou heroínas, mas como trabalhadoras e trabalhadores essencialmente humanos, em trabalhos sob vários aspectos precarizados, que encontraram força no coletivo e no sentido que possuem da sua atividade para continuar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019.

BORSOI, I. C. F. Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental. **Psicologia & Sociedade**, v.19, p. 103-111, 2007.

CAMINO, L.; TORRES, A. R. R.; LIMA, M. E. O.; PEREIRA, M. E. (Org.) **Psicologia Social: temas e teorias**. Brasília: Technopolitik, 2013.

CLOT, Y. **Trabalho e poder de agir**. Frabefactum, 2010.

CLOT, Y. O ofício como operador de saúde. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 16, n. spe, p. 1-11, 2013.

DA SILVA, J. A.; SANTOS, R. C.; DA SILVA, J. A.; CARDOSO, F. S.; CAMPOS, L. A. M. **Impactos da Pandemia da Covid-19 na saúde mental**. Ribeirão Preto: Escrita Livros, 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). **Covid-19: a saúde dos que estão na linha de frente**. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/covid-19-saude-dos-que-estao-na-linha-de-frente>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). **Os trabalhadores invisíveis da saúde: condições de trabalho e saúde mental no contexto da COVID-19 no Brasil**. 2021. Disponível em: <http://conter.gov.br/pdf/upload/upload/quadro-fiocruz-trabalhadores-invisiveis.pdf>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

GALON, T.; NAVARRO, V. L.; GONÇALVES, A. M. D. S. Percepções de profissionais de enfermagem sobre suas condições de trabalho e saúde no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 47, 2022.

GONDIM, A. A.; PINHEIRO, J. A. M.; MENDES, C. F.; NEVES, L. O impacto do processo de precarização laboral em serviços de saúde. **Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, v. 21, n. 1, p. 56-73, 2018.

GUANAES-LORENZI, C.; PINHEIRO, R. L. A (des) valorização do agente comunitário de saúde na Estratégia Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 21, p. 2537-2546, 2016.

LAI J.; MA S.; WANG Y.; CAI Z.; HU J.; WEI N.; WU J.; DU H.; CHEN T.; LI R.; TAN H.; KANG L.; YAO L.; HUANG M.; WANG H.; WANG G.; LIU Z.; HU S. Factors Associated With Mental Health Outcomes Among Health Care Workers Exposed to Coronavirus Disease 2019. **JAMA**, v.3, n.3, e203976, 2020.

LORRAN, T. (2020, 25 de março). Enfermeiras são hostilizadas em vagões de trens: “sai do vagão, seu doente”. Disponível em: <https://www.metro- poles.com/brasil/enfermeiras-sao-hostilizadas-em-trens-sai-do-vagao-doente>. Acesso em: 31 de agosto de 2023.

LHUILIER, D. Travail, management et santé psychique. **Connexions**, v. 91, n.1, p. 85-101, 2009.

MARTINS, T. C. S. Determinações do racismo no mercado de trabalho: implicações na “questão social” brasileira. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 113-132, 2014.

MÁXIMO, T.A.O.; MOURA, E.; TORRES, T. L., ARAÚJO, A. J.; ZAMBRONI DE SOUZA, P.; CRUZ, R.P. Uma Análise sobre a Saúde de Trabalhadores que estão no Enfrentamento à Pandemia, **Laboreal**, v. 18, n. 2, p. 1-18, 2022.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Ed. Vozes: Petrópolis/RJ, 1999.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

TAJFEL, H., TURNER, J. C. The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel & L. W. Austin (Eds.), **Psychology of Intergroup Relations**. Chicago: Nelson-Hall, 1986.

TEIXEIRA, C. F. D. S.; SOARES, C. M.; SOUZA, E. A.; LISBOA, E. S.; PINTO, I. C. D. M.; ANDRADE, L. R. D.; ESPIRIDIÃO, M. A. A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 3465-3474, 2020.

VIEIRA, M.; CHINELLI, F. Relação contemporânea entre trabalho, qualificação e reconhecimento: repercussões sobre os trabalhadores técnicos do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 6, p.1591-1600, 2013.

## CAPÍTULO 14

# SINTOMAS DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM PESSOAS COM E SEM HISTÓRICO DE COVID-19

*Jandirly Julianna de Souza Souto*

*Gabriella Medeiros Silva*

*José Marcos Nascimento de Sousa*

*Rafaela Maria Ribera Gonçalves de Souza*

*Daniele de Fátima de Paiva Abreu*

*Natanael Antonio dos Santos*

## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia causada pela COVID-19 provocou um cenário devastador, com prejuízos sociais e econômicos incalculáveis (El-Sadr; Vasan; El-Mohandes, 2023). Ao final de 2021, havia mais de 287 milhões de casos e medidas de distanciamento social se tornavam cada vez mais consistentes (Msemburi *et al.*, 2023; Panchal *et al.*, 2023).

A doença é causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), atinge o trato respiratório e pode evoluir para um quadro inflamatório sistêmico, com insuficiência respiratória grave e morte (Biancolella *et al.*, 2022). O sistema nervoso pode ser afetado e desencadear alterações sensoriais, cognitivas (Ousseiran; Fares; Chamoun, 2023).

Há evidências sobre a genética do vírus, interação com o hospedeiro e eficácia das vacinas (Biancolella *et al.*, 2022). No entanto, estressores como insegurança e medo foram associados ao aumento de morbidade psiquiátrica e por isso, sintomas ansiosos e depressivos continuam sendo investigados (Alonzi; La Torre; Silverstein, 2020; Westrupp *et al.*, 2023).

Após a pandemia causada pela COVID-19, estudos revelaram que sintomas de ansiedade aumentaram 25% e os sintomas depressivos cerca de 35% no acompanhamento a curto, médio e longo prazo (Mazza *et al.*, 2022; Fei *et al.*, 2023). Aumentos no índice depressivo podem estar relacionados com estresse psicossocial, mortes na família e ao fato de estar vacinado ou não (Mahmud *et al.*, 2023).

Durante a pandemia, a associação americana de psiquiatria reconheceu que as incertezas sobre o vírus e a espera pela vacinação contribuíram para o aumento da ansiedade e depressão com maior taxa de elevação (Freiling *et al.*, 2023; Daniali; Martinussen; Flaten, 2023). Além disso, países com melhor controle de propagação do vírus apresentavam prevalência menor de ansiedade e depressão (Xu *et al.*, 2020).

Assim, investigar aspectos relacionados aos sintomas neuropsiquiátricos continua sendo crucial, pois morbidades psiquiátricas causadas ou acentuadas pela pandemia, podem causar um declínio da saúde mental em massa (Ayuso-Mateos *et al.*, 2023; Haikalis *et al.*, 2022). Nesse sentido, o objetivo desse estudo foi avaliar os sintomas de ansiedade e depressão em pessoas com e sem histórico de COVID-19 durante a pandemia.

## 2 MÉTODO

### 2.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo quantitativo, analítico, quasi-experimental, com análise intersujeitos e intra-sujeitos.

### 2.2. LOCAL

A pesquisa foi realizada no Laboratório de Percepção, Neurociências e Comportamento (LPNeC), localizado no Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA (Departamento de Psicologia), Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa – PB.

### 2.3 AMOSTRA

Participaram do estudo 30 voluntários ( $M = 27.5$ ;  $DP = 9.20$  anos). A maioria dos participantes era do sexo feminino (70%), solteira (86.7%) e estudante universitário (53.3%). A amostragem foi não probabilística (por conveniência), através de divulgação nas redes sociais.

Os participantes foram divididos em dois grupos com base no histórico diagnóstico para COVID-19: Grupo de Estudo (GE) e Grupo Controle (GC), compostos, respectivamente, por 13 e 17 voluntários.

## 2.4 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – UFPB (CAAE 46414921.0.0000.5188), respaldado na Resolução nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que respeita o anonimato dos participantes, confidencialidade dos dados e considera fundamental o respeito à dignidade humana e preza pela proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Os participantes receberam informações sobre os testes e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, sendo disponibilizada uma cópia para o voluntário e outra arquivada pelo pesquisador.

## 2.5 INSTRUMENTOS

*Questionário de dados sociodemográficos e clínicos* – Instrumento composto por questões relacionadas a (1) Caracterização do participante (sexo, idade, etnia, grau de escolaridade, tipo de trabalho), (2) Informações clínicas relacionadas a COVID-19 (histórico e mapeamento de tratamento precoce, tempo acometido pela doença, tipo de teste confirmatório, principais sintomas relatados ou assintomáticos, hospitalização, internação, gravidade da doença); vacinação (Tipo de vacina, período da vacinação, quantidade de doses, reações adversas relacionadas ao período pós-vacinação), histórico patológico pregresso (doenças oculares e/ou respiratórias, diagnóstico de síndromes orgânicas neuropsiquiátricas, outros transtornos neuropsiquiátricos) e (3) Hábitos de vida (consumo de drogas lícitas ou ilícitas e histórico de atividade física).

*Mini Exame do Estado Mental (MEEM)*: Instrumento composto por questões relacionadas à orientação temporal espacial, atenção, cálculo, linguagem e memória de evocação. Utilizado para rastreio cognitivo, onde o somatório final corresponde a 30 pontos, de modo que o desempenho cognitivo é calculado baseando-se na proximidade desse valor (Folstein *et al.*, 1975).

*Inventário de ansiedade de Beck (BAI)*: Composto por 21 questões de múltipla escolha, onde o score máximo é 63 pontos. Os pontos de corte são: grau mínimo de ansiedade (0-7), ansiedade leve (8-15); ansiedade moderada (16-25) e ansiedade severa (26-63). Utilizado para medir graus

de severidade de ansiedade a partir da percepção de sintomas comuns da doença. (Beck; Steer; Garbin, 1988).

*Inventário de Depressão de Beck (BDI II)*: Composto por 21 conjuntos de afirmações, onde os pontos de corte para cada grau de severidade são: mínimo ou sem depressão (0-13 pontos), depressão leve (14-19 pontos), depressão moderada (20-28 pontos) e depressão severa (29-63 pontos). Utilizado para avaliar a presença de sintomas depressivos nos últimos 15 dias, incluindo o dia que for aplicado (Gomes-Oliveira et al., 2012; Beck et al., 1988).

## 2.6 PROCEDIMENTOS

O estudo foi dividido em três fases. Na primeira fase, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) através da Plataforma Brasil. Na segunda fase, após a aprovação do CEP, os participantes foram informados quanto à proposta da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em seguida, foram avaliados quanto aos critérios de inclusão, exclusão e recolhidas às informações sócio demográficas e clínicas (processo de triagem). Na terceira fase, foram aplicados os inventários relacionados a sintomas de ansiedade e depressão.

Os participantes foram acompanhados pelos pesquisadores durante toda a coleta de dados, respeitando as medidas de biossegurança recomendadas pela OMS durante a pandemia pela COVID-19. Assim, o uso de máscaras era obrigatório, havia a medição de temperatura utilizando um termômetro digital e álcool em gel em todas as salas.

## 2.7 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada através do *Software estatístico Statistical Package for the Social Sciences – SPSS® versão 20.0 para Windows®*. Foram realizados testes estatísticos descritivos como medidas de tendência central e de dispersão para caracterização da amostra. Utilizou-se o nível de significância ( $\alpha$ ) de 5% ( $p < 0,05$ ) para a estatística inferencial e para verificar a normalidade dos dados. As diferenças entre as condições foram avaliadas por meio de testes não-paramétricos de *Mann-Whitney*. Ainda foram calculados os tamanhos de efeito ( $r$ ) de cada comparação, de acordo com os pontos de corte estabelecidos por Cohen (1992):  $r > 0,10$  (efeito fraco);  $> 0,30$  (efeito moderado);  $> 0,50$  (efeito forte).

## 3 RESULTADOS

### 3.1 ASPECTOS CLÍNICOS DA AMOSTRA

A COVID-19 foi diagnosticada em todos os participantes através do teste PCR-RT. Os principais sintomas apresentados foram cefaleia ( $n=9$ ), febre ( $n=7$ ), ageusia ( $n=6$ ), fadiga muscular ( $n=6$ ) e dores pelo corpo ( $n=5$ ). A maior parte do GE (57.1%) não realizou tratamento farmacológico durante o período de sintomatologia. Os demais participantes do GE (42.9%) fizeram uso de fármacos como cloroquina e azitromicina, e apenas 23.1% relataram melhora dos sintomas. O tempo médio entre o diagnóstico de COVID-19 e a participação na pesquisa foi de 141.6 ( $DP = 65.2$ ) dias.

Metade dos participantes havia sido vacinado até a data de participação no estudo, sendo apenas 5 do GE (38.5%) e 10 do GC (56.2%). Cerca de 30% já haviam tomado as duas doses programadas. A vacina mais frequente entre os participantes foi a AstraZeneca (20%) e o intervalo de tempo entre a última dose da vacina e a participação na pesquisa foi de 68,44 ( $DP = 59,84$ ) dias.

### 3.2 ANÁLISE DOS TESTES MEEM, BAI E BDI

No MEEM, os participantes apresentaram média de pontos de 29.5 ( $DP = 0.7$ ) no GE e 29.0 ( $DP = 1.2$ ) no GC. No BAI, observaram-se sintomas de leve a moderados no GE ( $M = 11.6$ ;  $DP = 10.2$  pontos) e GC ( $M = 12.7$ ;  $DP = 10.7$  pontos). No BDI II, os sintomas apresentados também foram classificados de leve a moderados para o GE ( $M = 14.1$ ;  $DP = 12.7$  pontos) e GC ( $M = 15.5$ .  $DP = 7.3$  pontos).

As análises com o *Mann-Whitney* não mostraram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos para nenhuma das escalas aplicadas: BAI ( $Z = -0.27$ ;  $p = 0.805$ ;  $r = 0.05$ ), BDI ( $Z = -1.11$ ;  $p = 0.281$ ;  $r = 0.06$ ) e MEEM ( $Z = -1.15$ ;  $p = 0.300$ ;  $r = 0.21$ ).

#### 3.2.1 Análises de subgrupos

Foram conduzidas subanálises intragrupos quanto à vacinação. A Tabela 1 apresenta as médias e desvio-padrão para cada escala nos subgrupos de GE.

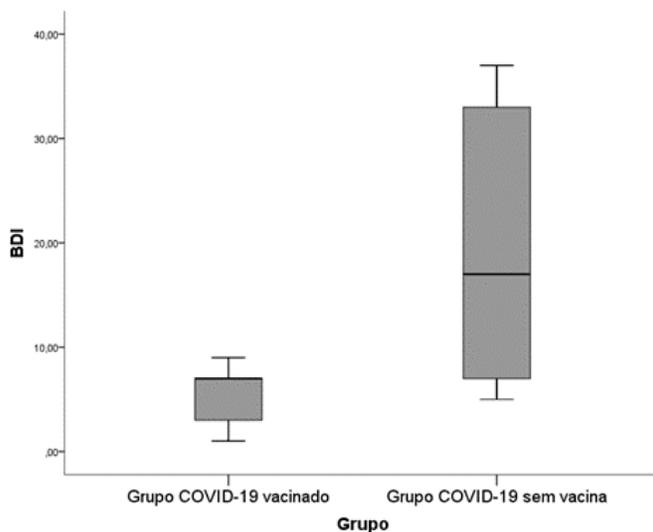
**Tabela 1.** Média de pontos para os testes MEEM, BAI e BDI II nos subgrupos de GE quanto à vacinação

	GE Vacinados	GE
	m ± dp	Não vacinados m ± dp
MEEM	29.8 ± 0.4	29.3 ± 0.7
BAI	4.4 ± 2.9	16.1 ± 10.6
BDI	5.4 ± 3.3	19.5 ± 13.4

Fonte: Elaborada pelos autores.

As análises com o *Mann-Whitney* demonstraram diferença significativa para o subgrupo de GE não vacinado na escala BDI II (Figura 1), quando comparados aos vacinados ( $Z = -1.98$ ;  $p = 0.045$ ;  $r = 0.55$ ; **efeito forte**). Não foram encontradas diferenças significativas para a BAI ( $Z = -1.83$ ;  $p = 0.065$ ;  $r = 0.51$ ; **efeito moderado**) e o MEEM ( $Z = -1.10$ ;  $p = 0.354$ ;  $r = 0.31$ ; **efeito moderado**).

**Figura 1.** Gráfico de Boxplot comparando os valores do BDI II entre os subgrupos de GE quanto à vacinação.



A Tabela 2 apresenta as médias e desvio-padrão para cada escala nos subgrupos de GC quanto à vacinação.

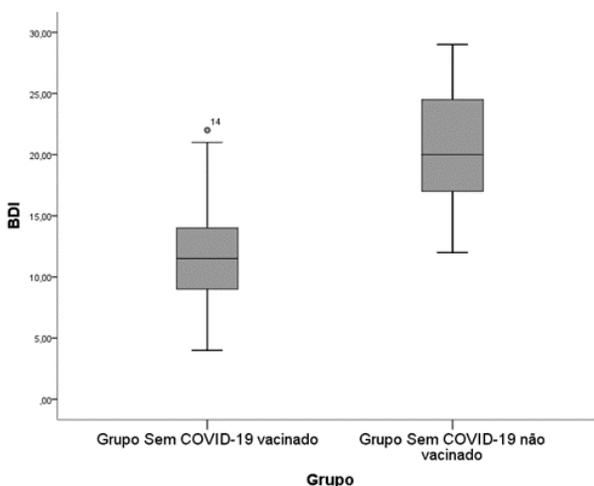
**Tabela 2.** Média de pontos para os testes MEEM, BAI e BDI II nos subgrupos de GC quanto à vacinação

	GC	
	Vacinados m ± dp	Não vacinados m ± dp
MEEM	29.2 ± 1.3	28.7 ± 1.1
BAI	11.5 ± 10.6	14.4 ± 12.1
BDI	12.0 ± 5.9	20.6 ± 6.2

Fonte: Elaborada pelos autores.

As análises com o *Mann-Whitney* demonstraram diferença significativa no subgrupo de GC não vacinado (Figura 2) para a escala BDI ( $Z = -2.30$ ;  $p = 0.019$ ;  $r = 0.56$ ; **efeito forte**). Não foram encontradas diferenças significativas para BAI ( $Z = -0.68$ ;  $p = 0.536$ ;  $r = 0.16$ ) e MEEM ( $Z = -1.14$ ;  $p = 0.315$ ;  $r = 0.28$ ).

**Figura 2.** Gráfico de Boxplot comparando os valores do BDI II entre os subgrupos de GC quanto à vacinação.



## 4 DISCUSSÃO

O objetivo do presente estudo foi avaliar os sintomas de ansiedade e depressão em pessoas com e sem histórico de COVID-19 durante a pandemia. Esperava-se que houvesse diferença entre os grupos, e que

os participantes com histórico de COVID-19 apresentassem maiores escores nas escalas aplicadas, pois estudos têm demonstrado prevalência de sintomas depressivos e ansiosos em uma parcela das pessoas que foram diagnosticadas com a doença e sobreviveram (Fei *et al.*, 2023; Mazza *et al.*, 2022; Piumatti *et al.*, 2022). Entretanto, os resultados não corroboraram com essa hipótese, conforme as análises realizadas ( $p < 0.05$ ).

Apesar disso, os participantes do GE foram classificados pelo escore médio no BDI-II com sintomatologia depressiva leve (14.1 pontos). Ou seja, uma classificação mínima dentro do esperado para essa população (Mazza *et al.*, 2022). Contudo, os participantes do GC apresentaram média muito parecida, também sendo classificados com sintomas depressivos leves. Tais achados podem ser explicados pelos diferentes estressores psicossociais relacionados à pandemia e que não necessariamente estavam ligados ao diagnóstico da COVID-19, como perturbações da vida, preocupação com doenças, medo de consequências econômicas negativas e o tempo prolongado de isolamento social (Mahmud *et al.*, 2023).

Esses estressores psicossociais, especialmente o isolamento social prolongado, podem causar alterações estruturais e funcionais no encéfalo (Xiong *et al.*, 2023). As estruturas que parecem mais afetadas são regiões do mesencéfalo, como a pars compacta da substância negra e a área tegmentar ventral, relacionadas à localização e à projeção de neurônios dopaminérgicos para as demais estruturas do sistema de recompensa (Tomova *et al.*, 2020). Considerando que na depressão há diminuição da neurotransmissão de dopamina, as alterações dessas regiões após o isolamento social poderiam explicar o aumento da prevalência de sintomas depressivos durante a pandemia (Dunlop; Nemeroff, 2007).

Outra possível explicação para os resultados encontrados refere-se às características da própria amostra. Primeiro, a maior parte dos participantes era do sexo feminino (70%), e a literatura aponta que, durante a pandemia, as mulheres apresentaram maiores níveis de ansiedade, depressão e estresse quando comparadas aos homens (Daniali *et al.*, 2023). Em segundo lugar, o próprio tamanho amostral pode ter contribuído para a ausência de diferenças significativas entre os grupos. Talvez a amostra não tenha sido grande o suficiente para demonstrar relações entre as variáveis (Burmeister; Aitken, 2012).

Por outro lado, as análises de subgrupos demonstraram diferenças significativas entre participantes vacinados e não vacinados, independen-

temente do histórico de COVID-19. Esses resultados podem ser explicados através de dois caminhos distintos. Uma possível explicação para o nível mais elevado de sintomas depressivos entre os não vacinados seria justamente a vulnerabilidade que a falta de proteção contra a doença poderia provocar. Um estudo demonstrou relação entre a insegurança por não estar vacinado e níveis elevados de sintomas severos de depressão, ansiedade e estresse. Isto é, a percepção de risco e medo de se infectar pelo vírus parecem tornar as pessoas mais suscetíveis a transtornos psicológicos (Silva-Costa; Griep; Rotenberg, 2022).

Em contrapartida, outra perspectiva que poderia explicar esses dados envolve o medo de ser vacinado. Um estudo com mais de 70 mil pessoas, realizado nos Estados Unidos em 2021, mostrou que pessoas com sintomas ansiosos e depressivos apresentavam menor probabilidade de receber a vacinação contra a COVID-19. Os motivos para não se vacinar incluíam preocupações sobre possíveis efeitos colaterais, eficácia, custo, bem como falta de confiança no governo e nas vacinas (Nguyen *et al.*, 2022). Ou seja, se os resultados fossem interpretados à luz dessas informações, os voluntários que não estavam vacinados à época da coleta de dados do presente estudo apresentaram sintomatologia depressiva por qualquer outra razão, como o isolamento social, e não pela vulnerabilidade de não estarem protegidos contra doença, como apontado pelo outro estudo (Silva-Costa; Griep; Rotenberg, 2022). Para se investigar e aprofundar esses aspectos, seriam necessárias perguntas acerca dos motivos para não estar vacinado e a intenção de vacinação contra a COVID-19. Portanto, tudo o que foi debatido trata-se apenas de conjecturas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia causada pela COVID-19 sensibilizou o mundo principalmente pela quantidade de mortes e a ciência continua buscando formas de compreender as consequências da doença e conter a disseminação do vírus.

O presente estudo demonstrou que a doença e provavelmente o contexto de “insegurança” que ela causa, podem associar-se a fatores secundários como alterações emocionais, por exemplo. No entanto, os resultados aqui apresentados devem ser interpretados com cautela. Como citado anteriormente, o estudo apresenta limitações, principalmente quanto ao tamanho amostral e predominância de um gênero, o que impede que

generalizações sejam realizadas. Para estudos futuros, como forma de melhor aproveitamento e ampliação da amostra, sugere-se reaplicação dos testes e a inclusão de novas variáveis como tipos de vacina e intervalos de tempo nos períodos pós-COVID e combinação de outras técnicas.

## REFERÊNCIAS

ALONZI, S.; LA TORRE, A.; SILVERSTEIN, M. W. The psychological impact of preexisting mental and physical health conditions during the COVID-19 pandemic. **Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy**, v. 12, n. S1, p. S236-S238, 2020.

AYUSO-MATEOS, J. L. *et al.* Changes on depression and suicidal ideation under severe lockdown restrictions during the first wave of the COVID-19 pandemic in Spain: a longitudinal study in the general population. **Epidemiology and Psychiatric Sciences**, v. 32, p. e55, jan. 2023.

BECK, A. T.; STEER, R. A.; CARBIN, M. G. Psychometric properties of the Beck Depression Inventory: Twenty-five years of evaluation. **Clinical Psychology Review**, v. 8, n. 1, p. 77-100, 1988.

BIANCOLELLA, M. *et al.* COVID-19 2022 update: transition of the pandemic to the endemic phase. **Human Genomics**, v. 16, n. 1, p. 19, 1 jun. 2022.

BURMEISTER, E.; AITKEN, L. M. Sample size: How many is enough? **Australian Critical Care**, v. 25, n. 4, p. 271-274, 1 nov. 2012.

DANIALI, H.; MARTINUSSEN, M.; FLATEN, M. A. A global meta-analysis of depression, anxiety, and stress before and during COVID-19. **Health Psychology**, v. 42, n. 2, p. 124-138, 2023.

DUNLOP, B. W.; NEMEROFF, C. B. The Role of Dopamine in the Pathophysiology of Depression. **Archives of General Psychiatry**, v. 64, n. 3, p. 327-337, 1 mar. 2007.

EL-SADR, W. M.; VASAN, A.; EL-MOHANDES, A. Facing the New Covid-19 Reality. **New England Journal of Medicine**, v. 388, n. 5, p. 385-387, 2 fev. 2023.

FEI, J. *et al.* Exploring the Impact of Emotional and Cognitive Factors on Anxiety Symptoms of Chinese Adolescents: a Serial Mediation Study. **International Journal of Mental Health and Addiction**, 9 jan. 2023.

FOLSTEIN, M. F.; FOLSTEIN, S. E.; MCHUGH, P. R. “Mini-mental state”. A practical method for grading the cognitive state of patients for the clinician. **Journal of Psychiatric Research**, v. 12, n. 3, p. 189-198, nov. 1975.

FREILING, I. *et al.* Believing and sharing misinformation, fact-checks, and accurate information on social media: The role of anxiety during COVID-19. **New Media & Society**, v. 25, n. 1, p. 141-162, 1 jan. 2023.

GOMES-OLIVEIRA, M. H. *et al.* Validation of the Brazilian Portuguese version of the Beck Depression Inventory-II in a community sample. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 34, p. 389–394, dez. 2012.

HAIKALIS, M. *et al.* Changes in College Student Anxiety and Depression From Pre- to During-COVID-19: Perceived Stress, Academic Challenges, Loneliness, and Positive Perceptions. **Emerging Adulthood**, v. 10, n. 2, p. 534-545, 1 abr. 2022.

MAHMUD, S. *et al.* The Global Prevalence of Depression, Anxiety, Stress, and Insomnia Among General Population During COVID-19 Pandemic: A Systematic Review and Meta-analysis. **Trends in Psychology**, v. 31, n. 1, p. 143-170, 1 mar. 2023.

MAZZA, M. G. *et al.* Post-COVID-19 Depressive Symptoms: Epidemiology, Pathophysiology, and Pharmacological Treatment. **CNS Drugs**, v. 36, n. 7, p. 681-702, 1 jul. 2022.

MSEMBURI, W. *et al.* The WHO estimates of excess mortality associated with the COVID-19 pandemic. **Nature**, v. 613, n. 7942, p. 130-137, jan. 2023.

NGUYEN, K. H. *et al.* Mental health symptoms and association with COVID-19 vaccination receipt and intention to vaccinate among adults, United States. **Preventive Medicine**, v. 154, p. 106905, 1 jan. 2022.

PANCHAL, U. *et al.* The impact of COVID-19 lockdown on child and adolescent mental health: systematic review. **European Child & Adolescent Psychiatry**, v. 32, n. 7, p. 1151-1177, 1 jul. 2023.

PIUMATTI, G. *et al.* Associations between Depression and Self-Reported COVID-19 Symptoms among Adults: Results from Two Population-Based Seroprevalence Studies in Switzerland. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 24, p. 16696, 12 dez. 2022.

SILVA-COSTA, A.; GRIEP, R. H.; ROTENBERG, L. Percepção de risco de adoecimento por COVID-19 e depressão, ansiedade e estresse entre trabalhadores de unidades de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00198321, 16 mar. 2022.

TOMOVA, L. *et al.* Acute social isolation evokes midbrain craving responses similar to hunger. **Nature Neuroscience**, v. 23, n. 12, p. 1597-1605, dez. 2020.

WESTRUPP, E. M. *et al.* Child, parent, and family mental health and functioning in Australia during COVID-19: comparison to pre-pandemic data. **European Child & Adolescent Psychiatry**, v. 32, n. 2, p. 317-330, 1 fev. 2023.

XIONG, Y. *et al.* Social isolation and the brain: effects and mechanisms. **Molecular Psychiatry**, v. 28, n. 1, p. 191-201, jan. 2023.

XU, C. *et al.* Estimation of reproduction numbers of COVID-19 in typical countries and epidemic trends under different prevention and control scenarios. **Frontiers of Medicine**, v. 14, n. 5, p. 613-622, 1 out. 2020.

## **SOBRE AUTORES**

### **Alice Victória Simplício Fernandes**

Graduanda do curso de Psicologia (Bacharelado) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA).

E-mail: [alicevictoria789@gmail.com](mailto:alicevictoria789@gmail.com)

### **Ana Raquel Rosas Torres**

Psicóloga (1988) com mestrado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (1992), e doutorado em Psicologia pela University of Kent at Canterbury (Grã-Bretanha, 1996). Possui pós-doutorado pela Université de Provence (França, 2006) e pela Universidade Federal de Pernambuco (2022). Atualmente é professora da Universidade Federal da Paraíba, lecionando na graduação em Psicologia e no mestrado e doutorado em Psicologia Social. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Processos Grupais e de Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: preconceito e discriminação, identidade social e relações intergrupais.

E-mail: [arr.torres@gmail.com](mailto:arr.torres@gmail.com)

### **Anielson Barbosa da Silva**

Professor do Departamento de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Coordenador do Núcleo de Estudos em Aprendizagem e Conhecimento – NAC. Os principais temas de interesse são: Liderança, Carreira, Gestão de Pessoas por Competências, Aprendizagem, Conhecimento, Metodologias ativas e Competências socioemocionais.

E-mail: [anielson@uol.com.br](mailto:anielson@uol.com.br)

### **Anísio José da Silva Araújo**

Professor Titular Voluntário, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social-PPGPS/UFPB, membro do GPST (UFPB) e Labores (UFPB). Mestre em Administração de Recursos Humanos/UFPB, Doutor em Ciências/FIOCRUZ/RJ, Pós-doutorado em Psicologia Social/UERJ.  
E-mail: anisiojsa@uol.com.br

### **Anna Beatriz Gonzaga Costa Lopes**

Graduanda do curso de Psicologia (Bacharelado) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA).  
E-mail: annabeatrizgonzaga5@gmail.com

### **Anne Caroline Nascimento da Silva**

Graduanda do curso de Psicologia (Bacharelado) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA).  
E-mail: annecacal3215@gmail.com

### **Carlos Eduardo Pimentel**

Professor Associado do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB. Doutor em Psicologia Social pela UnB, mestre em Psicologia Social, Formado e Licenciado em Psicologia pela UFPB. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e coordenador do Laboratório de Psicologia da Mídia. É fellow da *International Society for Research on Aggression* (ISRA).  
E-mail: cep@academico.ufpb.br

### **Cícero Roberto Pereira**

Professor-pesquisador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB.

Ele possui doutorado em Psicologia Social Experimental pelo Instituto Universitário de Lisboa e realizou estudos pós-doutorais no ICS-ULisboa, onde desenvolveu o Modelo de Discriminação Justificada. Sua pesquisa, financiada por órgãos como CAPES, CNPq e FCT, se concentra em temas como desigualdades sociais, relações intergrupais, preconceito e discriminação, além de questões relacionadas a racismo, homofobia e sexismo.  
E-mail: [crp@labesp.org](mailto:crp@labesp.org)

### **Cláudia Helena Costa de Oliveira Zambroni**

Empresária do setor de seguros (JF Corretora de Seguros). Doutora em Psicologia Social pela UFPB. Mestre em Psicologia Social pela UFPB. Pós-graduada em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional pelo Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ). MBA em Gestão de Seguros pela Escola Nacional de Seguros (FUNENSEG). MBA Executivo em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  
E-mail: [claudia.helena9798@gmail.com](mailto:claudia.helena9798@gmail.com)

### **Cleonice Pereira dos Santos Camino**

Doutora e Mestre em Psicologia pela Université Catholique de Louvain, Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba. Interesses de pesquisa: Desenvolvimento moral, Direitos Humanos e Socialização Parental.  
E-mail: [cleocamino@yahoo.com.br](mailto:cleocamino@yahoo.com.br)

### **Daniele de Fátima de Paiva Abreu**

Graduanda em psicologia pela Universidade Federal da Paraíba e pós-graduanda em Neuropsicologia Clínica pelo Instituto Genus.  
E-mail: [danielefpabreu@gmail.com](mailto:danielefpabreu@gmail.com)

### **Débora Cristina Nascimento de Lima**

Doutoranda e Mestra em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba e Graduada em Psicologia pela Faculdade Barão do Rio Branco – UNINORTE. Suas pesquisas focam nas violências e desigualdades de gênero nos diversos contextos midiáticos.

E-mail: [deboracristinalima58@gmail.com](mailto:deboracristinalima58@gmail.com)

### **Fabíola de Sousa Braz Aquino**

Graduada em Psicologia pela UFPB. Doutora em Psicologia Social (PPGPS, UFPB). Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (UFPB). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Interação Social, Desenvolvimento Infantil e Processos Educacional (NEISDI). Orienta pesquisas nos campos da Psicologia do Desenvolvimento inicial, Educação Infantil e Psicologia Escolar e Educacional.

E-mail: [fabiolabrazaquino@cchla.ufpb.br](mailto:fabiolabrazaquino@cchla.ufpb.br)

### **Gabriella Medeiros Silva**

Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: [medeirosgabriella7@gmail.com](mailto:medeirosgabriella7@gmail.com)

### **Hilka Pelizza Vier Machado**

Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002), Doutorado Sandwich pela École des Hautes Études Commerciales de Montreal (200-2001). Pós-Doutorado pela Universidade Federal de Natal e Pesquisadora visitante da Universidade de Bremen (UNIBREMEN, 2018). Professora aposentada da Universidade Estadual de Maringá. Professora Titular da Universidade UniCesumar. Professora no Programa de Doutorado em Administração da Universidade Federal do Paraná. Editora Associada da *Brazilian Business Review*. É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq.

E-mail: [hilkavier@yahoo.com](mailto:hilkavier@yahoo.com)

### **Hyalle Abreu Viana**

Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB (2020), Mestre em Psicologia Social pela UFPB (2016) e graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (2013). Docente da graduação em Psicologia na UNINASSAU – JP. Atua como Psicóloga Clínica pela abordagem Terapia Cognitivo-Comportamental. Pesquisadora dos temas: gênero; relações intergrupais; análise psicossocial dos processos de discriminação social; sexismo e estereótipos.

E-mail: hyalle\_20@hotmail.com

### **Iluska Pinto da Costa**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual da Paraíba. Especialista em Enfermagem do Trabalho, Saúde Coletiva e Saúde da Família. Professora da Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras/ Universidade Federal de Campina Grande. Desenvolve estudos nos seguintes temas: Sentidos do Trabalho; Resiliência; Gestão e educação na Saúde e Enfermagem; Trabalho de profissionais de saúde; Qualidade de vida.

E-mail: iluska.pinto@professor.ufcg.edu.br

### **Ingrid Rayssa Lucena Ferreira**

Psicóloga formada pela UFPB, mestra em Psicologia Social pelo PPGPS/ UFPB, doutoranda em Psicologia Social pelo mesmo programa de pós-graduação. Tem experiência em pesquisa na área da Psicologia Histórico-cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia do desenvolvimento, desenvolvimento da pessoa com deficiência, necessidades educacionais específicas, educação inclusiva, inclusão escolar, psicologia escolar/ educacional.

E-mail: ingridrayssal.ferreira@gmail.com

### **Isabella Leandra Silva Santos**

Doutoranda e Mestre em Psicologia Social e Graduada em Psicologia. Suas pesquisas focam em impactos da mídia no comportamento.

E-mail: isalss2010@gmail.com

### **Jaqueline Gomes Cavalcanti Sá**

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (PPGPS-UFPB). Mestre em Psicologia Social pela mesma universidade (PPGPS-UFPB) e graduada em Psicologia (UFPB). Atualmente é Professora Adjunta nível A do Departamento de Fundamentação da Educação, lotada no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba. É também professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB.

E-mail: gomes.jaqueline@gmail.com

### **Jandirly Julianna de Souza Souto**

Fisioterapeuta, mestre e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Fisioterapia Neurofuncional pela Faculdade Metropolitana de São Paulo.

E-mail: jandirlysouto08@gmail.com

### **José Marcos Nascimento de Sousa**

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: jmns@academico.ufpb.br

### **Júlio Rique Neto**

Prof. do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral (NPDSM). Possui Doutorado em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Wisconsin-Madison, Wisconsin, Estados Unidos.

E-mail: julio.rique@cchla.ufpb.br

### **Lilian Kelly de Sousa Galvão**

Doutora e Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba. Interesses de pesquisa: Direitos Humanos, Empatia e Comportamentos Agressivos.

E-mail: liliangalvao@yahoo.com.br

### **Linniker Matheus Soares de Moura**

Bacharel em Psicologia, Mestre e Doutorando em Psicologia Social pela UFPB. Terapeuta Cognitivo-Comportamental. Membro do Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química-UFPB/CNPq.

E-mail: linnikersoaresmoura@gmail.com

### **Lucas Eurikes Melo Vasconcelos**

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) pela mesma Universidade. Membro do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST).

E-mail: lucas.eurikes@gmail.com

### **Maria de Fatima Pereira Alberto**

Professora Titular do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós – Graduação em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Coordenadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). Pesquisadora 1C do CNPq. Membro do GT Juventude e Resiliência da ANPEPP. Integrante do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Defesa ao Trabalhador Adolescente (FEPETI).

E-mail: jfalberto89@gmail.com

### **Maria Edna Silva de Alexandre**

Psicóloga (UFCG), Mestre e Doutora em Psicologia Social (PPGPS/UFPB), Professora na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

E-mail: edna\_silva20@hotmail.com

### **Maria Gabriela Conceição de Andrade**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e membro do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST).

E-mail: gabrielacnds@gmail.com

### **Marília Pereira Dutra**

Psicóloga (UFCG), Mestre e Doutoranda em Psicologia Social (PPGPS/UFPB), Professora na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Interesses de pesquisa: Empatia, Comportamento agressivos e Desenvolvimento Moral.

E-mail: mdutrajp@gmail.com

### **Natanael Antonio dos Santos**

Doutor em Neurociências e Comportamento pela Universidade de São Paulo. Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: natanael\_labv@yahoo.com.br

### **Pablo de Araújo Cruz**

Graduando em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e membro do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST).

E-mail: pablo.araujojp@hotmail.com

### **Patrícia Nunes da Fonseca**

Graduada em Psicologia e Direito, é Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) da Universidade Federal da Paraíba. Coordenada o Núcleo de Estudos de

Desenvolvimento Humano, Educacional e Social (NEDHES) e é Membro do Grupo: Bases Normativas do Comportamento Social (BNCS).  
E-mail: pnfonseca.ufpb@gmail.com

### **Paulo César Zambroni-de-Souza**

Docente do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB. Psicólogo, mestre em Psicologia (UFRJ), doutor em Psicologia Social (UERJ), pós-doutor pelo *Conservatoire National des Arts et Métiers* (CNAM – Paris). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2. Membro do GPST (UFPB), da *Société d’Ergonomie de Langue Française – SELF* e da *Société Internationale d’Ergologie – SIE*.  
E-mail: paulozamsouza@yahoo.com.br

### **Petra Júlia Santos de Azevedo**

Graduanda em Psicologia, bolsista PIBIC e membro do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).  
E-mail: petrasantosjulia@gmail.com

### **Rafaela Maria Ribera Gonçalves de Souza**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.  
E-mail: rafaela.goncalves@academico.ufpb.br

### **Rayssa Soares Pereira**

Graduada em Psicopedagogia pela UFPB, é Psicopedagoga Clínica – Clínica Infantil Integrada Fono com Amor. Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) – Universidade Federal da Paraíba e membro do Núcleo de Estudos de Desenvolvimento Humano, Educacional e Social (NEDHES) e Bases Normativas do Comportamento Social (BNCS).  
E-mail: rayssasp95@gmail.com

### **Rômulo Lustosa Pimenteira de Melo**

Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Psicologia Social pela mesma universidade e graduado em Psicologia Universidade Estadual da Paraíba. É professor e pesquisador do Departamento de Fundamentação da Educação e da Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB. Atualmente participa do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sociomoral (NPDSM), com interesse nas áreas de psicologia do desenvolvimento humano e interação com novas tecnologias. E-mail: romulo.lustosa@academico.ufpb.br

### **Rytha de Cassia Silva Santos**

Graduanda do curso de Psicologia (Bacharelado) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância, Adolescência e Juventude (NUPEDIA) vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: psirytha.santospb@gmail.com

### **Silvana Carneiro Maciel**

Psicóloga. Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora Psicologia Social pela UFRN/UFPB. Pós-Doutorado em Psicologia Social pelo ICS-Portugal. Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Saúde Mental e Dependência Química (GPSMDQ) CNPQ/UFPB. E-mail: silvana.carneiro.maciel@academico.ufpb.br

### **Suiane Magalhães Tavares**

Pesquisadora no campo da psicologia social, doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB. Ela também é bacharel em psicologia pela mesma instituição. Seu foco de pesquisa concentra-se nos temas de justiça, desigualdade social e culpabilização de

vítimas de violência, explorando os aspectos psicossociais relacionados a essas questões.

E-mail: suianetavares1@gmail.com

### **Tâmara Ramalho de Sousa Amorim**

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora adjunta no Departamento de Fundamentação da Educação, do Centro de Educação da UFPB. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA). Desenvolve atividades, estudos e pesquisas nos temas: trabalho infantil, práticas restaurativas, socioeducação e formação de professores(as).

E-mail: tamara.rsa@gmail.com

### **Tatiana de Lucena Torres**

Psicóloga e professora associada no Departamento de Psicologia, com mestrado e doutorado em Psicologia (UFSC), pós-doutorado em Psicologia Social (UFPB), membro da Pós-Graduação em Psicologia Social (UFPB), membro do GPST (UFPB) e Labores (UFPB).

E-mail: tatiana.torres@academico.ufpb.br

### **Thaís Augusta de Oliveira Máximo**

Doutora em psicologia social pela UFPB. Pós doutora em Psicologia pela UFMG. Professora adjunta do departamento de Psicologia da UFPB. Professora do Programa de Pós- graduação em Psicologia Social da UFPB. Vice líder do Grupo de Pesquisa em Subjetividade e Trabalho (GPST).

E-mail: thaisaugusta@gmail.com

### **Viviane Alves dos Santos Bezerra**

Psicóloga (UFCG), Mestre e Doutoranda em Psicologia Social (PPGPS/UFPB), Professora na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Interesses de pesquisa: Direitos Humanos, Empatia, Suicídio e Prevenção.

E-mail: vivianebezerrapsi@gmail.com

### **Wirnia Roberta Vasconcelos Costa**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e atualmente bolsista de Iniciação Científica. Membro do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST).

E-mail: wirniaroberta@gmail.com

### **Yana Thamires Mendes Felix**

Psicóloga clínica, formadora, supervisora, coordenadora da Clínica 'Félix: Saúde e Bem-estar', mestre e doutora em Psicologia Social pela UFPB, com formação em Terapia dos Esquemas (Wainer).

E-mail: yanamendesfelix@gmail.com



Este livro foi diagramado pela  
Editora UFPB em 2024,  
utilizando a fonte Proxima Nova.

